



DL

A delinquência armada aumenta, a GNR e a PSP respondem com o fogo e a violência e a segurança dos cidadãos corre perigo por causa de uns e de outros.

Aos marginais e provocadores interessaria a passividade que as forças da ordem praticava até há meses e que tanto se podia atribuir a um complexo de culpa como à intenção de deixar alastrar o caos que as chamasse a intervir em esquema antigo, brutal e impune. Aos comandos, logísticos, não temos dúvidas, preocupa-os estabelecer um equilíbrio cívico de recuperação democrática. Aos agentes, porém, por mais leituras de caserna e por mais insistentes ordens-do-dia que se lhes ministrem, o conceito de segurança acessível é ainda o «terror profilático» que o fascismo lhes ensinou e que lhes permitiu serem superiormente manipulados pela PIDE/DGS e disfrutar de prestígio e de corruptions locais. As chefias mudaram, mas os quadros-base em quase nada sofreram alteração.

E viu-se. Está-se a ver, dia-a-dia, com mortes na via pública.

Entretanto, surge um comunicado — mais outro — do Ministério da Administração Interna, que «reitera a reprovção, já anteriormente expressa, sobre o uso despropositado das armas de fogo em acção de policia», a propósito de duas mortes causadas pela GNR numa recente operação «Stop» em Amarante.

Mas nem só com o fogo se mata — mesmo quando há poucos dias em plena Baixa com bastonadas e pistolas a PSP impôs a paz derradeira a um jovem (que não era assaltante de ouivesarias, como se sugeriu, nem marginal) e enviou para os bancos dos hospitais vários feridos.

Não. Nem só com o fogo se mata, e a PSP e GNR sabem isso pela experiência de humilhar, provocar e intimidar que o fascismo lhes ensinou. É essa a forma lenta de matar colectivamente, aquela que mais dói à liberdade que os cães de rua de Maltez Soares tão faustosamente esartejaram.

Em comunicação enviada ao senhor ministro da Administração Interna referimo-nos a

Continua na pág. 20



TEMPORAL NA BARRA

O temporal que ontem se fez sentir em parte do litoral afectou a barra e provocou vaga alta no Tejo, «dambendo» alguns trechos de muralha na Costa do Sol. Este instantâneo foi tirado em Casdas, onde o tráfego automóvel se processou com bastante dificuldade. A própria Ponte 25 de Abril esteve em risco de ser fechada ao trânsito.

GRUPO MELO RECONSTITUI-SE NO ESTRANGEIRO

Jorge e José Manuel de Melo, conhecidos industriais que detiveram no nosso país o monopólio de alguns dos sectores mais produtivos e dominantes na economia, continuam a desenvolver os seus negócios no estrangeiro, especialmente no Brasil, utilizando técnicos, gestores e «know-how» importados de Portugal. Entretanto o prestígio que mantêm nos meios financeiros e políticos do capitalismo ocidental parece estar a influenciar as decisões de empresas e organismos na contratação de serviços a firmas portuguesas e na concessão de empréstimos para investimentos. Tudo isto é perturbante quando se especula sobre a possível intenção manifestada pelos dois irmãos em regressarem a Lisboa (e não seriam só eles a alimentar esse desígnio, mas vários outros ex-homens fortes da economia portuguesa).

Os negócios dos Melos estão apoiados nos escritórios que possuem em Nova Iorque, dirigidos por Luís Gregório, ex-administrador-delegado da Companhia Nacional de Navegação; em Londres (Subroy), dirigido por José Manuel de Melo, Manuel Perestrelo e José Manuel Prazeres, da D. C. I.; na Suíça (Lausanne), em ligação com Barbosa, Lda., do Brasil, e com os árabes, e dirigido por Jorge de Melo e Cruz Rodrigues; e pela Prodicchem, empresa «trading» internacional com sede em Lausanne, dirigida por Samuel Levi e Roque de Pinho.

O Brasil e os países árabes são os principais centros de desenvolvimento dos seus negócios. No Brasil, a Sogepa — Sociedade de Gestão e Participação, é uma empresa «holding» encarregada de estudar oportunidades e de gerir os negócios da família Melo. Inicialmente dirigida por Luís Soares de Oliveira, antigo cônsul em S. Paulo e em Londres, e ex-administrador do Banco Totta, esta empresa tem actualmente a gerir-la uma equipa

constituída por Faria Blanc, Serra Lopes e Mire Dorez. Mire Dorez pediu a sua demissão em 12 de Janeiro de 1976, em virtude de ser funcionário da Isacuf, empresa associada da Cuf.

LEVAR «KNOW-HOW»

Além desta empresa a família Melo possui totalmente ou participa no capital das seguintes empresas: Barbosa — Comércio e Representações, Lda., importadora de bacalhau, exportadora de café, etc., à frente da qual se encontra

Francisco d'Orey, com a função de estabelecer a ligação comercial com a Transitel, empresa ligada aos árabes do Bahrein; ENI Brasileira (Electricidade Naval e Industrial, S. A. R. L.) ligada à Cobrena, do grupo brasileiro Sonave, representante da Lisnave no Brasil; Sogetec, empresa de «engenharia», do tipo da Profabril, e de cuja direcção fazem parte Luís Soveral (ex-director adjunto da Profabril), Cabral de Meneses e Brás de Oliveira, da mesma empresa; Prodicchem, «trading» internacional de produtos químicos, especialmente de fertilizantes, que está a implantar-se em S. Paulo e no Rio Grande do Sul, e no qual participa o grupo brasileiro Ipiranga (monopólio com refinaria de petróleos, fábrica de adubos, etc.) com 50 por cento e a Sogepa, do grupo dos Melos, com os restantes 50 por cento.

Outras empresas estão em formação e são já conhecidas algumas iniciativas em diversos sectores. A Sogepa está

ARGELINOS RETIRAM APÓS LUTA NO SARA

ARGEL, 30 — (R.) — A batalha de dois dias entre tropas argelinas e marroquinas no Sara Ocidental terminou quando a unidade argelina foi obrigada a retirar do Oásis de Amgala, a cerca de 290 quilómetros da sua fronteira ocidental.

A reacção argelina à luta é aguardada hoje. A única resposta, até agora, foi actividade diplomática a alto nível insistindo com a afirmação de Argel de que a população do Sara está a ser suprimida impiedosamente pelos marroquinos.

A A.P.S., a agência noticiosa oficial, informou que a unidade argelina fora forçada a retirar em face de efectivos militares esmagadores, após contínuo bombardeamento de aviões, blindados e artilharia marroquinos.

Funcionários marroquinos declararam estar satisfeitos por ter sido gorada uma tentativa inicial feita pela Argélia de intervir militarmente no Sara Ocidental.

Uma força argelina, muitíssimo bem armada e equipada com mísseis e artilharia, foi obrigada a retirar, abandonando muitos mortos e 101 prisioneiros, após uma batalha de dois dias no Oásis de Amgala, a 290 quilómetros da fronteira argelina — dizia ontem, à noite, um comunicado oficial marroquino.

O jornal pró-governamental «Maroc Soir», diz que o conflito era parte de um confronto global entre os chamados Governos progressistas e reacçãoários, com a Argélia servindo os propósitos da União Soviética.

Vários milhares de refugiados concentraram-se em Amgala, segundo informou a Frente Polisario, movimento nacionalista sariano,



Este é o «Guarda António» em acção. Paranoia persecutiva ou fidelidade aos métodos fascistas?

PROTESTO EM BRAGA CONTRA AS BOMBAS

(Pág. 2)

20 PAGINAS

Nacional

ESTA TARDE, COMO PROTESTO CONTRA AS BOMBAS

Trabalho paralisa em Braga

BRAGA, 30 — Entre as 15 e as 16 horas de hoje, paralisou o trabalho em Braga. A decisão foi tomada pelos sindicatos bracarense como sinal de repulsa contra os últimos atentados bombistas.

Elevam-se, segundo conseguimos apurar, a mais de três mil contos os prejuízos causados pelas explosões verificadas no edifício onde estavam instalados os Sindicatos da Construção Civil e dos Trabalhadores de Garagem. A violência dos rebentamentos reduziu a escombros o interior do prédio e o seu recheio, atingindo o próprio telhado que foi pelos ares e as paredes exteriores que também foram abaladas. Os danos causados no conjunto de todas as outras organizações também atingem alguns milhares de contos.

A propósito do atentado con-

tra o Sindicato dos Trabalhadores de Calçado e Maleiros, ouvimos um sindicalista: «Nem o Sindicato mais pobre de Portugal, que nem dinheiro tem para uma máquina de escrever, deixaram escapar».

Estranhava-se, entretanto, no sector sindical, o facto do Sindicato de Vestuário ter sido o único (de entre os promotores da jornada realizada no último sábado) a escapar à vaga bombista, mas logo se encontrou uma razão: por baixo das instalações daquele Sindicato, está o «Jornal do Cávado», bem conhecido pelo seu saudosismo fascista.

Segundo conseguimos apurar, terão rebentado duas bombas no INATEL. Uma terá sido colocada na Secretaria, para o que os bombistas terão de qualquer forma penetrado naquelas instalações.

Um trabalhador daquela instituição, que reside nas traseiras do prédio, ao ouvir a primeira deflagração acorreu ao local e, quando se aproximava do edifício, ouviu novo estrondo, tendo sido atingido pela onda de ar. Uma vizinha conta que, pouco depois da primeira explosão, dois carros arrancaram um para cada lado.

Outros trabalhadores viriam a manifestar-nos a sua estranheza pelo facto de os guardas que estão permanentemente de serviço junto ao Banco de Portugal, a cerca de 300 metros do INATEL, não terem dado por nada.

Ontem à tarde nove representantes dos Sindicatos de Braga relataram ao brigadeiro Pires Veloso os acontecimentos. Após a reunião com o comandante da Região Militar do Norte, os sindicalistas disseram que «promessas não faltam» e reafirmaram a sua determinação nestes termos: «Não são as bombas que fazem recuar os operários».

Os Sindicatos de Braga decidiram, entretanto, enviar moções aos órgãos da governação e à Região Militar do Norte «criticando a sua passividade perante o avanço descarado da direita fascista».

Por seu turno, 26 sindicatos e três federações de sindicatos de Lisboa emitiram um comunicado através do qual manifestam a sua solidariedade com os camaradas de Braga.

sindicatos na luta contra o regresso do fascismo, pela defesa das conquistas democráticas e por melhores condições de vida e de trabalho para todos os trabalhadores.

Insistindo em que os reaccionários pretendem «intimidar e desmobilizar as massas trabalhadoras, abrindo caminho ao fascismo», a «Inter» recorda que «os trabalhadores, que não se vergam, durante a longa noite fascista, não cederão às acções terroristas daqueles que pretendem o seu regresso».

OUTRAS REACÇÕES

Entretanto, vários sindicatos, partidos políticos e outras organizações fazem chegar comunicados às instâncias militares, ao Governo e aos órgãos da Informação.

Um dos comunicados, o da UDP, aponta para a «inoperância cúmplice das autoridades e do VI Governo». O PCP, por seu turno, denuncia a «completa falta de medidas oficiais de combate ao banditismo fascista», enquanto que o MDP/CDE exige «que seja feito imediato inquérito ao RIB, PSP, GNR e governador civil» de Braga. Também a FSP emitiu um comunicado, através do qual exorta os partidos da classe trabalhadora e todo o povo

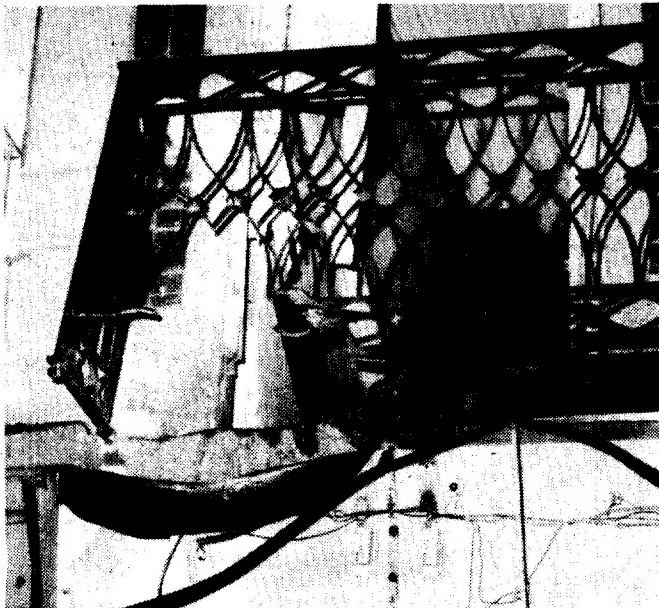


As destruições na sede da U.D.P.

a unir-se na luta antiterrorista e antifascista.

De entre outros comunicados, destaca-se o da Fed-

eração Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, que faz um alerta: «O terrorismo avança em liberdade».



O que resta de uma varanda da sede do Sindicato dos Trabalhadores de Calçado e Maleiros, à Rua de S. Marcos

Almeida e Costa recebe Afonso Dias

INTERSINDICAL: «OS TRABALHADORES NÃO CEDERÃO»

Face à escalada de violência, partidos políticos organizações sindicais e outras tomam posição.

Para a Intersindical Nacional, o que se procura é impedir o normal funcionamento

A seu pedido o deputado da UDP, Afonso Dias, avistou-se ontem com o ministro da Administração Interna, Almeida e Costa. Na entrevista foram abordados diversos assuntos

da actualidade política nomeadamente a «actuação de forças repressivas como a GNR e a PSP nas últimas semanas», e as recentes afirmações do governador civil do Porto, dr. Cal Brandão sobre os acontecimentos de Custóias.

Quanto à vaga de terrorismo, o comunicado de Imprensa da UDP informa que o ministro respondeu «com evasivas, nada adiantando de concreto e afirmando que era difícil descobrir os culpados». A UDP estranha que não haja elementos suficientes para o prosseguimento das investigações «quando os jornais dão indicações sobre tipografias que recebem encomendas do ELP e MDLP».

O comunicado informa ainda que o ministro não respondeu claramente sobre os excessos por parte da PSP e da GNR. Quanto às declarações do governador civil do Porto «sobre a UDP e outras forças antifascistas a respeito dos inciden-

tes de Custóias, o ministro Almeida e Costa não reconheceu «qualquer responsabilidade do seu Ministério nessas afirmações», informa o referido comunicado.

AMANHÃ NOS ESTADOS UNIDOS

O ministro da Administração Interna, Vasco de Almeida e Costa, desloca-se amanhã aos Estados Unidos, a convite do Governo de Ford, para analisar as possibilidades de assistência técnica no domínio da formação de pessoal de gestão das autarquias.

No programa da visita, está incluído o estudo de várias experiências de desenvolvimento regional, além de contactos com entidades governamentais norte-americanas e com as comunicações portuguesas.

Almeida e Costa é acompanhado, nesta visita, pelo director-geral da Acção Regional, dr. Henrique Granadeiro.

PUB

Organização Sindical dos Trabalhadores da Função Pública

DIUTURNIDADES NA FUNÇÃO PÚBLICA

As Comissões Directivas das Zonas Norte, Centro e Sul fizeram hoje a entrega ao Governo, na pessoa do Secretário de Estado da Administração Pública, da proposta de diuturnidades aprovada a nível nacional pelos trabalhadores da Função Pública.

São pontos fundamentais dessa proposta a atribuição de diuturnidades aos 5, 10, 15, 20 e 25 anos de serviço, de montante igual a 15 % do vencimento correspondente à letra U — 750\$00 — e com efeitos retroactivos a 1 de Maio de 1975.

Nos próximos dias terão lugar outros contactos com o Governo, de modo a, no mais curto espaço de tempo, ser dada satisfação a esta justa reivindicação dos trabalhadores.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976

AS COMISSÕES DIRECTIVAS DAS ZONAS NORTE, CENTRO E SUL

PUB

Aviso aos Ex.^{mos} Senhores Exportadores e Importadores Portugal/Reino Unido-Irlanda/Portugal

SOBRETAXA DE AJUSTAMENTO CAMBIAL

As companhias abaixo mencionadas informam que a desvalorização da libra esterlina está a ter sérios efeitos nos custos operacionais dos navios. Lamenta-se por esse motivo ser necessário introduzir uma sobretaxa de ajustamento cambial nos fretes dos navios a sair em ou após 5 de Fevereiro de 1976.

— O nível da sobretaxa será:

Carga convencional e em grupagem	5 %
Contentores completos de 20 pés	£. 10,00
Contentores completos de 35 e 40 pés	£. 15,00

- Anglo Iberian SS Co.
- Booth SS Co.
- Commodore Iberia Line
- C. N. N. — Companhia Nacional de Navegação
- C. T. M. — Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos
- Ellerman City Liners
- Ellerman Container Service
- Ibesca Container Line
- Moss Hutchison Line
- Sea-Land Services, Inc.
- Unimar Container Line
- United States Lines

PUB

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

prof. V. Afanassiev

Acaba de sair o 2.º volume

Edições Avante!

Preço 30\$00

Distribuidora:

C. D. L. — Central Distribuidora Livreira

Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa

Rua do Almada, 18-2.º F Porto

Rua 1.º de Dezembro, 23 Faro

post scriptum

Armas lacrimogéneas, precisam-se

Como é do conhecimento público, criminosos de toda a espécie (salteadores, tarados sexuais e arruaceiros) agem cada vez em maior número e com mais atrevimento, especialmente contra mulheres, crianças e pessoas idosas.

Ao passo que qualquer cidadão está proibido de trazer consigo qualquer arma sob pena de prisão e multa (a não ser os raros privilegiados que obtiveram a sua licença de porte de arma), os marginais que se estão nas tintas para a lei possuem todo um vasto arsenal. Ainda há dias foi ferido um inspector da PSP quando pretendia deitar a mão a um perigoso cadastrado que já assassinou um guarda da PSP e outro da GNR.

Assim, a melhor solução será a de sair com a carteira bem recheada e se surge um bando, «toma lá mil escudos e deixa-se passar», surge outro bando, «toma lá mais mil escudos», etc. etc.

Contudo este modo de agir só poderá ser praticado por grandes latifundiários e ricos pertencentes à alta burguesia, e os pelintras como eu que trazem 20 paus na algibeira, esses sujeitam-se a levar um enxerto de pancadaria.

Em face disto, solicito a quem de direito que não só seja revista a questão do cancelamento das licenças de porte de arma, mas também que seja concedida autorização imediata para a venda de armas lacrimogéneas, mediante licença especial passada pela PSP.

Eduardo Moura — Linda-a-Velha

A regra G 3

Com uma frequência espantosa, os jornais dão notícias de pessoas abatidas a tiro, pela PSP ou pela GNR, por não terem obedecido ao sinal de paragem de uma qualquer operação «stop». Num país onde não existe pena de morte, gostaria de saber se é lícito matar, mesmo um ladrão de automóveis, que tente fugir ao controlo policial. Isto para não falar de um tipo desencartado, nervoso, que apenas tente, com a fuga, safar-se de uma multa ou de uns dias de cadeia. Mas vamos supor que são mesmo criminosos perigosos: Comem chumbo se não pararem? Será que se pretende resolver pela regra G 3 os problemas da delinquência no nosso país?

Mário S. Pinto — Lisboa

Os comprometimentos da Igreja

O sentido religioso que a Igreja católica tem procurado testemunhar, não é mais do que o incentivo da adoração, caridade, amor, tornando o humano em divino, mas num objectivo de escravizar a vida humana a ideias altamente conservadoras. Tem sido a hierarquia da Igreja, que através dos anos tem fugido ao seu sentido messiânico, ligando-se aos poderes estatais, ao capitalismo. Deixou toda uma obra revolucionária, para se tornar no apogeu dos altares, das procissões, dos sermões. A Igreja da verdade desapareceu, para se encontrar o interesse pessoal, a ambiguidade, do clero, e a riqueza como forte aliado. Continua-se a verificar a sua decadência, o seu impasse nos problemas sociais, o padre sem lutar pela sua subsistência, sendo um porta-voz do bispo; um episcopado altamente equivocado na sua missão e reaccionário. Constroem-se novos templos, baptiza-se e realizam-se casamentos; invoca-se o terço e orações impregnadas de santidade; tudo se tornando em sinais de uma Igreja estéril. Surge o 25 de Abril (?), mas tudo caminha praticamente no mesmo sentido, não se verificando uma acção dinamizadora no meio das massas. No entanto, não deixam de surgir variados factos, que reflectem bem a posição daquela, que diz defender a verdade. Anotemos dois acontecimentos, surgidos a 1 de Janeiro.

No templo da Damaia numa das homilias efectuadas nesse dia, certo sacerdote focava com alguma determinação, que o ocorrido no 25 de Novembro, veio trazer maior liberdade ao cristão em Portugal, caso que não sucedia anteriormente. Estas palavras são sintoma da verdade, que a Igreja apregoa, mas traduzem um significado conservador e duvidoso das ideias do Mestre, a quem certos padres dizem defender até à morte (?). Mas não deixa de ser significativo, ou talvez o dito sacerdote não soubesse ou não se lembraria na altura, que alguns cristãos progressistas foram marginalizados após o 25 de Abril, porque as suas ideias estavam em contraste com o pároco. Também é elucidativo, que antes de surgir essa data, esperava-se um subsídio de dois mil contos do Governo de Marcelo Caetano, para a construção do novo templo, originando a situação criada na comunidade pelo pároco e certos beatos, em não se permitir a realização das comemorações do 1.º de Maio, facto que veio a realizar-se devido a surgir o 25 de Abril. De que espécie de liberdade, paz, e amor falava o referido sacerdote? É evidente a moral destes srs. tomando cada vez mais falsa a doutrina que apregoa.

Não deixou de se reflectir de encontro ao passado, a homilia do Cardeal Patricarca de Lisboa. Foi profundamente chocante o sentido de certas palavras, em referência à guerra de Angola.

É com pesar meu, como cristão, que não deixo de repudiar tais afirmações, por não serem possuídas da verdade que apregoa, e lhe faltar a ombridade revolucionária de Cristo. Será que ao longo de treze anos de luta no Ultramar, a Igreja nunca teve tempo de tomar posição séria, contra o anterior regime? Será que a expulsão do bispo de Nampula, teve a devida actuação da Igreja? Não será, que esta mesma Igreja detentora da verdade, também encobriu a verdade do tão falado massacre de Wiriamu em Moçambique? Não seria esta mesma Igreja a culpada da expulsão de certos sacerdotes do Ultramar, entre eles o padre Sampaio? Onde estaria nessa altura o episcopado português? Seria que nessa altura também era focado nas suas homilias, o caso de Angola ou os casos referentes? A resposta é o silêncio, e ele sempre foi e continua a ser, o sinal de comprometimento da Igreja com o fascismo, com o capital, com o colonialismo.

Horácio C. Calço — Damaia

NICOS POULANTZAS

"É NECESSÁRIO DESENVOLVER A AUTO-ORGANIZAÇÃO"

Entrevista de HELENA BALSA

O marxista Nicos Poulantzas esteve em Lisboa a convite do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.), onde proferiu duas conferências sobre a questão da análise actual do Estado capitalista.

Conhecido dos leitores portugueses, nomeadamente através da obra «A Crise das Ditaduras» onde aborda a queda do fascismo em 25 de Abril, Poulantzas evitou pronunciar-se sobre a nossa actual situação política.

Há possibilidade de retorno ao fascismo na Europa? Que importância revestem os actuais movimentos nacionalistas? Como se articula a auto-organização com a necessidade de um partido? Quais as novas formas de ideologia revolucionária que contestam a ideologia capitalista? Estas são algumas das questões levantadas nesta entrevista com Poulantzas.

«DL» — A partir da sua exposição no I.S.C.S.P. podemos concluir que a hipótese de retorno ao fascismo não é de momento viável na Europa? Qual é a base científica em que se apoia para defender esta tese?

Eu não disse exactamente, que não haja possibilidade de regresso ao fascismo na Europa, em geral. Também não disse que esteja afastada a hipótese de regresso ao fascismo num longínquo. Penso é que, na maior parte dos países europeus, não há lugar para um meio-termo. Num futuro previsível, não há possibilidade de vitória do fascismo ou mesmo de um estado de excepção, pois face a uma crise política não quer dizer que surja necessariamente o fascismo: pode ser instaurada uma ditadura militar de tipo novo ou uma forma de bonapartismo.

Os elementos essenciais ao fascismo, e também a outras formas de estado de excepção não se instauram de assalto numa conjuntura revolucionária pois pressupõem a derrota da classe operária. Por outro lado, como o fascismo tem uma implantação de massas, sobretudo a nível da pequena burguesia, o seu regresso implica uma viragem à direita desta classe.

Não encontramos estes dois elementos na maior parte dos países europeus na actualidade. Constatamos, pelo contrário, que há uma ofensiva crescente da luta da classe operária sem que haja, bem entendido, uma situação revolucionária. Trata-se de um movimento extremamente importante que começa a desenvolver-se, e face ao qual o Estado está em posição de fraqueza. Também não observamos uma viragem à direita da pequena burguesia, que já não é a tradicional, recrutada no pequeno comércio e artesanato, constituída por empregados, funcionários, técnicos e quadros médios onde se procura uma viragem à esquerda. Há assim uma ruptura na aliança tradicional da pequena burguesia com o capital monopolista, tendo em vista objectivos de industrialização, produtividade, rendimento e modernização.

Esta viragem à esquerda da pequena burguesia não se processa forçosamente, no sentido dos partidos comunistas, embora em França e Itália se verifiquem adesões ao P.C. Esta viragem faz-se em direcção à social-democracia contribuindo para que esta se dife-

rencie no sentido do Socialismo.

Os dois elementos essenciais ao fascismo, que são uma derrota da classe operária e depois uma viragem à direita da pequena-burguesia, não os vemos na Europa Ocidental; refiro-me a um futuro previsível. Se entramos em tempestade, o processo pode acelerar-se nesse sentido. Num futuro imediato, não vejo contudo possibilidade de fascismo, mesmo pensando num período conturbado em que haverá crises políticas.

INTERVENÇÃO ESTATAL DIVERSIFICADA

«DL» — Ao mesmo tempo que o Estado capitalista reveste novas formas, nomeadamente uma intervenção económica cada vez maior, verificamos que se intensifica a politização das classes exploradas. Como se desenvolve este processo?

Na medida em que o Estado é obrigado a interferir em toda

mente se apercebe que esta modernização significa, para ela a intensificação do ritmo de exploração do trabalho. Desenvolvem-se então lutas muito importantes no que concerne à qualidade do trabalho e à produtividade. A classe operária vê imediatamente o papel do Estado nesta transformação. Os conflitos ultrapassam o sentido capitalista e voltam-se imediatamente contra o Estado como responsável directo por esta modernização tecnológica que é sinónimo de aumento da exploração.

CARÁCTER JPROGRESSISTA DO NACIONALISMO

«DL» — Na conferência afirmou que «a unidade nacional criada pelos estados capitalistas está em vias de se quebrar. Em que contexto se deve inserir esta afirmação e quais as consequências directas do facto para as populações exploradas?»



«Os aparelhos de Estado conseguem cada vez menos desempenhar o seu papel de domesticação da classe operária»

uma série de domínios que anteriormente pertenciam à iniciativa do capital, nomeadamente o modo como organiza a inflação e o desemprego, vemos que há hoje uma politização importante numa série de domínios em que havia lutas, sobretudo a nível económico.

Um exemplo característico disto é o que se passa no sector do urbanismo e alojamento. Aqui, os conflitos eram sobretudo económicos, contra os proprietários mas agora a acção a nível de comissões de bairro que vemos em Portugal e em todos os países europeus, tem objectivos directamente políticos e táticos. A luta pela saúde, que era uma reivindicação de segurança social, cooperativa muitas vezes, desenvolve-se cada vez mais e tem como objectivo político o poder do Estado.

Verifica-se uma situação idêntica no domínio da organização do trabalho, na medida em que há uma intervenção cada vez maior do Estado no sector da tecnologia, para estimular o aumento da mais-valia. Em França, o Estado financia a parte mais modernista do capital. A classe operária, que participa neste capital monopolizado, numa primeira fase fica contente. Porém rapida-

«Hoje assiste-se a um processo acelerado que se chama internacionalização do capital. Já não estamos no princípio do capitalismo em que se verificava uma exportação de capitais, investida em matérias-primas e no domínio financeiro. Vemos que, em todos os países, o capital estrangeiro se integra cada vez mais no processo industrial, toma conta de fábricas inteiras, do capital directamente produtivo. Isto cria um aspecto particular, que é a desigualdade de desenvolvimento no próprio seio de cada formação social.

Nos países europeus, a partir da criação do Mercado Comum, com uma implantação maciça em cada um deles do capital estrangeiro, houve um acentuar das desigualdades de desenvolvimento no seio de cada formação social, o que originou o problema do chamado de desenvolvimento».

Não é exacto, como diz Mandel e outros, que o Estado nacional não tenha um papel importante face a esta industrialização do capital multinacional. O estado nacional continua a ter um papel muito importante, porque o capital estrangeiro tem necessidade de um estado nacional forte no qual se apoia para se reproduzir no seio de cada formação social.

Esta irregularidade de desenvolvimento, acentua o movimento nacionalista e a ruptura de formação social em que está assente o estado capitalista. Vemos um ressurgimento extremamente importante dos movimentos nacionalistas em Espanha, França, Inglaterra e Alemanha.

O federalismo, o problema regional, provocam assim uma ruptura na unidade nacional. Durante muito tempo esta questão do nacionalismo nos países capitalistas teve muitas vezes um carácter reaccionário. Em grande número de casos a luta nacionalista era dirigida por co-proprietários terratenentes contra uma unidade nacional criada pela burguesia, pela industrialização.

Vemos hoje que estes movimentos nacionalistas começam a ter um significado progressista bastante nítido. A classe operária e a pequena burguesia relacionam o nacionalismo com a exploração pelo capital estrangeiro ajudado pelo Estado nacional. Desenvolve-se uma luta não apenas contra o Estado Central, pela língua, pelo folclore, mas contra o capital sobretudo o estrangeiro».

CENTRALISMO EM QUESTÃO

«DL» — Verificamos que por toda a parte os explorados caminham cada vez mais no sentido de uma organização própria, o que levanta problemas novos que requerem soluções fora do processo tradicional de luta. Como têm sido equacionadas estas formas de combate ao capitalismo?

Em relação a novas formas de organização, é certo que o Estado intervém cada vez mais numa série de domínios de reprodução do capital nos quais não intervinha anteriormente. Na medida em que há uma crise latente e permanente do capitalismo, surgem contradições muito importantes nos aparelhos de Estado e nas suas várias intervenções económicas em múltiplos domínios. Estas intervenções são muitas vezes contraditórias entre si.

Face a um estado fortemente centralizado, era suficiente, em certa medida, a concepção de uma organização da classe operária muito centralizada do tipo bolchevista tradicional. Tínhamos um centralismo extremo contra outro. Na medida em que as intervenções do Estado dizem respeito a toda uma série de fracções populares que não pertencem à classe operária — como acontece com a pequena burguesia — penso que se torna cada vez mais importante a necessidade de uma certa diversificação nas formas de organização da classe operária, sem abandonar a necessidade de um partido marxista-leninista ou seja o centralismo democrático.

Nas comissões de utentes do domínio da saúde, verifica-se que não é só um partido muito centralizado que pode tomar contra do problema de forma tradicional. Que quer isto dizer? Até agora havia um partido com as suas organizações de massas que ele controlava de forma estrita. As comissões de utentes são formas de organização muito amplas apoiadas numa espontaneidade de massas que tem em conta os seus próprios problemas,

Continua na pág. 4

Geral

Nicos Poulantzas ao "Diário de Lisboa"

Continuação da pág. 3

ainda que ligada aos movimentos políticos em geral.

Acontece o mesmo em relação à luta das mulheres. É evidente que se trata de um problema extremamente importante e a solução não está num partido, mesmo tratando-se de um partido comunista aberto. Aliás, os partidos comunistas são normalmente muito fechados em relação ao assunto, embora os partidos comunistas italiano e francês comecem a mudar um pouco. Mesmo sendo abertos em relação à questão, a solução não está no partido bolchevista com a sua organização tradicional de mulheres que ele controla.

Vemos cada vez mais organizações autónomas que têm relações com as organizações políticas directas. Esta nova forma de organização estende-se à luta sindical com o ressurgimento das comissões operárias, que não cortocircuitam os sindicatos. Há uma diversificação de problemas que dizem respeito não só à classe operária, mas aos técnicos que estão nas fábricas. É necessário formas de organização mais amplas, mais espontâneas, mais directamente ligadas às massas, como se verifica nas comissões de trabalhadores e nas comissões de luta.

Face à velha concepção tradicional de um partido ultra-centralizado que tudo controla atendendo à diversificação do aparelho de Estado e à multiplicidade de domínio em que ele intervém, é necessário criar, paralelamente, toda uma série de formas de auto-organização. A relação que se deve estabelecer entre um partido revolucionário e estas formas de auto-organização é um problema importantíssimo, para o qual se procuram soluções.

«DL» — Quais são os meios utilizados pelos aparelhos ideológicos do Estado que continuam a bloquear o caminho para o Socialismo?

Os aparelhos ideológicos do Estado desempenham sempre o seu papel: desenvolver e reproduzir a ideologia dominante. Assistimos a uma crise ideológica muito importante nas formações capitalistas: a crise da ideologia dominante. Esta crise manifesta-se directamente no seio dos aparelhos do Estado ou seja nas fracções internas do sistema escolar, editorial, imprensa, o que significa que toda uma série de intelectuais orgânicos da burguesia, estão actualmente em vias de tomar partido pela classe operária.

Constatamos que os aparelhos de Estado conseguem cada vez menos desempenhar o seu papel de domesticação da classe operária. Continuam,

contudo o seu papel porque de outra forma haveria um colapso no sistema capitalista. Esta acção processa-se encontrando novas formas de ideologia dominante entre outros no sector jurídico-político, na liberdade pública, na soberania nacional, em direcção a uma ideologia tecnocrata ou seja uma ideologia do rendimento, da eficácia. Assim, a ideologia do sistema escolar já não preconiza a igualdade de possibilidades do cidadão mas um sistema escolar tecnicamente eficaz para formar novos quadros aumentar a produtividade. Verificamos isto em todos os aparelhos ideológicos».

«DL» — Perante a ideologia capitalista quais são as novas alternativas ideológicas revolucionárias mais significativas?

Quanto às formas ideológicas da classe operária, temos que ter presente que nos países capitalistas avançados há um duplo movimento. Em primeiro lugar, perante a crise de ideologia dominante, há avanços muito importantes da ideologia da classe operária ou seja da ideologia marxista-leninista que diz respeito ao problema da teoria da luta de classes no sentido mais amplo.

Por outro lado, é muito interessante verificar que uma parte da pequeno-burguesia está ao lado da classe operária mas visa a derrota do capital de um modo que não é inteiramente igual ao desta. Vemos também o ressurgimento de toda uma série de ideologias progressistas no seio da classe operária não marxistas-leninistas como acontece com o anarquismo e o anarco-sindicalismo.

Há também as formas de ideologia antiautoritária como a luta contra as instituições, contra a autoridade em toda uma série de domínios: saúde, urbanismo, mulheres. Estas lutas não põem imediatamente em relação a sua exploração com a classe operária, mas são ideologias que têm honestamente uma conotação progressista, na medida em que põem em causa as formas políticas ideológicas de dominação do capital.

Ensino

I.S.C.S.P. está sem verba para pagar vencimentos

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas encontra-se neste momento sem orçamento aprovado pelo que não poderá pagar os vencimentos destes meses. O pagamento aos funcionários e docentes do I.S.C.S.P. deveria começar a processar-se no passado dia 23.

Face à situação, e reunidos em Assembleia, os docentes denunciaram a política geral do M.E.I.C. que visaria «através da provocação, do caos e da insegurança nas Escolas existentes — restrições orçamentais, medidas restritivas das acululações — levar a cabo o seu projecto de reestruturação do Ensino Superior, com base na criação de escolas novas».

A Assembleia de docentes acabaria ainda por repudiar a circular 4/75 DS-14/1038 emanada do M.E.I.C. e que visa a regulamentação das acumulações. É parecer da Assembleia que além do problema das acumulações não poder ser resolvido independentemente da discussão e resolução do estatuto da carreira docente, a circular vem atingir uma elevada percentagem de docentes.

Medida considerada arbitrária com a agravante de ser tomada no meio do ano lectivo, os docentes do I.S.C.S.P. são de opinião que «as pretensas medidas moralizantes mais não visam do que perpetuar e intensificar a divisão existente não só a nível de hierarquia docente mas também a nível de diferenciadas condições de prestação de serviço». Pelo que: repudiam a circular do M.E.I.C., denunciando o seu carácter arbitrário e considerando-a factor de perturbação no funcionamento das escolas.

Serviço Cívico

Candidatos ao 1.º ano do Ensino Superior recusam o Serviço Cívico Estudantil, foi reafirmado ontem num plenário dos estudantes em causa realizado na aula magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Os porquês da recusa prendem-se a justificações dadas pelo Secretariado das Intermunições de Luta. Segundo este, há instalações suficientes para pôr o 1.º ano a funcionar. Quanto a verbas, «basta dizer que, no ano passado, o Governo pôs à disposição do Serviço Cívico 10 mil contos e que este ano cedeu 70 mil contos». Ora, pensa aquele Secretariado, este dinheiro é mais do que suficiente para pôr o 1.º ano a funcionar.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

A primeira fase da colocação dos professores deve terminar em 5 de Fevereiro. No dia seguinte, será divulgado um mapa de vagas a preencher por concorrentes da segunda fase. Dia 21 de Fevereiro deverá estar concluída a segunda fase de colocações.

Entretanto, para que estas datas sejam cumpridas, sobretudo em relação à segunda fase processo, o M.E.I.C. fez um apelo aos professores afim de se apresentarem nas escolas mal recebam ordem de convocação, prescindindo portanto do uso do prazo legal que lhes é concedido.

João Coito no jornal "O Dia"

Depois de ter corrido como rumor parece confirmar-se a notícia de que João Coito vai ingressar no matutino «O Dia», regressando assim à actividade jornalística de que se encontra afastado desde a sua saída do «Diário de Notícias» na sequência do 25 de Abril de 1974.

João Coito foi chefe de Redacção do «DN» até à queda do regime fascista, e era conhecido do público através dos seus apontamentos semanais na televisão, onde se distinguia como um dos maiores e mais magos do regime deposto e do Governo chefiado por Marcelo Caetano.

A entrada de João Coito para «O Dia» estava mais ou menos prevista desde o aparecimento deste jornal.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes dos Distritos de Setúbal e Santarém

ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo n.º 31 das alíneas (b) (c) dos Estatutos convoco a Assembleia Geral, para o dia 15 de Fevereiro de 1976, pelas 15 horas no Pavilhão Gimnodesportivo do Montijo.

ORDEM DE TRABALHOS

Aprovar o relatório de contas do ano 1975
Orçamento para o ano 1976
Intersindical
Diversos
A Assembleia Geral tem início à hora marcada com a presença de qualquer número de sócios.

NOTA: É essencial a apresentação do cartão de sócio do Sindicato.
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
EDUARDO DE ALMEIDA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACT. SIMILARES

(Antigo Sind. dos Contínuos e Porteiros)

COMUNICADO N.º 4

AOS TRABALHADORES PORTEIROS

Companheiro (a) Porteiro (a):

Conforme a classe já por muitas vezes se pronunciou, vão-se realizar reuniões de Trabalhadores Porteiros para se debater assuntos referentes à actual Portaria e à futura, e para se analisar a Dinamização do Sector Porteiros. Assim, e conforme o quadro abaixo, vão-se realizar consoante as ZONAS DE HABITAÇÃO:

DIA

30	Alvalade e Areeiro	Anfiteatro de Eng. do Inst. Superior Técnico
3/2	Cascais e Oeiras	Bombeiros de Oeiras
4/2	Almada	Acad. Almadense — Rua Capitão Leitão
6/2	Setúbal	Capricho Setubalense — Largo da Misericórdia

Companheiro (a), comparece à reunião da tua ZONA e avisa os teus colegas de trabalho.

NÃO FALTES

SOS NADA SOMOS — UNIDOS VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

NOTA — TODAS AS REUNIÕES SÃO ÀS 21 HORAS

Primar

ROSSIO, 115
AV. DE ROMA, 17-A
R. ALMEIDA E SOUSA, 20-A
R. FREDERICO AROUCA, 45 — CASCAIS

SALDA A PARTIR DE 2.ª FEIRA

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA ELEIÇÕES REGULAMENTO ELEITORAL

De acordo com o Regulamento Eleitoral aprovado no plenário de dia 20 de Janeiro, vem a CDP informar a classe que:

- 1) As eleições se realizam no dia 25 de Março de 1976.
- 2) As listas concorrentes devem ser entregues na sede do Sindicato até às 21.00 horas do dia 6 de Fevereiro de 1976. (Rua das Gaivotas, 6).
- 3) Quer os candidatos, quer os eleitores deverão estar no pleno gozo dos seus direitos sindicais, sindicalizados até 31 de Janeiro de 1976 e com a quota de Janeiro paga.

Apela-se a todos os professores para que regularizem a sua situação sindical, do seguinte modo:

- a) pagando as quotas ao seu delegado sindical, caso exista, para que este as possa entregar até 15 de Fevereiro.
- b) pagando directamente as suas quotas, quando não exista delegado sindical, dirigindo-se, para isso, à Rua do Conde Redondo, 22-1.º (Tesouraria).

Apela-se ainda aos delegados sindicais para que entreguem até 15 de Fevereiro as quotizações acompanhadas dos mapas devidamente preenchidos. (Deles dependem os cadernos eleitorais).

A COMISSÃO DIRECTIVA

Nacional



Rocard no Palácio de S. Bento (à esquerda), acompanhado por Pedro Sousa Santos, director do Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado

Michel Rocard adverte

"Se a C.E.E. puser condições políticas para ajudar Portugal..."

«Se a ajuda da C.E.E. a Portugal tivesse condições políticas seria melhor recusar esta ajuda, pois seria o início de uma pressão para o regresso ao capitalismo» — declarou o economista e dirigente do Partido Socialista Francês, Michel Rocard, em entrevista concedida à Anop.

Michel Rocard, que se encontra em Portugal a convite do Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado, chefando uma missão de técnicos franceses, vincou claramente a sua rejeição da via social-democrata afirmando que «pôr a questão da social-democracia em Portugal é navegar no domínio do absurdo».

Na sua análise da situação económica portuguesa, o economista francês considerou

que, embora haja bastantes dificuldades a ultrapassar, há factores positivos na situação económica portuguesa que permitem encarar o futuro com confiança se houver uma planificação da economia e um aproveitamento completo dos recursos nacionais.

Rocard alertou, no entanto, para a questão dos investimentos estrangeiros que considera serem em perigo a independência nacional. «O capital estrangeiro é muito perigoso» — acentuou.

O dirigente do PS francês sublinhou, ainda, que em Portugal se torna necessária a aliança do operariado, do campesinato e de camadas da pequena e média burguesia para defender a democracia e construir o socialismo em Portugal.

Vítor Constâncio revela

Só depois das eleições o Governo decidirá das empresas ocupadas

O secretário de Estado do Planeamento Económico e Orçamento, dr. Vítor Constâncio, afirmou ontem, durante um discurso proferido no Club Americano de Lisboa, que a resolução governamental relativa à situação das empresas ocupadas por trabalhadores só se efectivará após a realização das próximas eleições para a Assembleia Legislativa.

Noutro passo do discurso aquele membro do Governo considerou se necessário «delimitar rigorosamente os cam-

pos de acção dos sectores público e privado, de forma a determinar as nacionalizações que devem ser mantidas e aquelas que têm de ser revistas».

Entretanto a Comissão de Relações Externas do Senado recomendou a noite passada que Portugal recebesse 50 milhões de dólares (cerca de 1 400 000 contos), o que representa uma redução de 5 milhões de dólares, do empréstimo previsto inicialmente.

Provável sucessor de Sá Machado

Para preencher o lugar deixado vago pela morte de Sá Machado, que foi adjunto do Primeiro-Ministro, está indicado o nome do dr. Antero Dinis — segundo apurou a Anop junto de fontes fidedignas.

O dr. Antero Dinis, magistrado de carreira, é actualmente auditor jurídico no Ministério da Justiça, exercendo as funções de ajudante do procurador-geral da República.

Recorde-se que há anos o dr. Antero Dinis interveio como acusador público no célebre processo judicial «Herança Sommer», em que figurava, como réu, o industrial António Champalimaud.

Nos meios judiciais, o dr. Antero Dinis é considerado «magistrado íntegro e isento, sendo muito apreciadas as suas qualidades de trabalho».

I.P.E. quando funciona?

«Podem ser extremamente graves as consequências políticas e económicas do atraso da entrada em funcionamento do Instituto das Participações do Estado, é o que se depreende da entrevista concedida pelo presidente da Comissão Instaladora daquele organismo ao nosso colega «O Jornal» na sua edição desta semana.

De acordo com o teor das declarações do responsável do I.P.E. — organismo criado em Março de 75 e ainda por funcionar — devido à demora do Conselho de Ministros em aprovar os diplomas respectivos — não só não se encetou ainda uma imprescindível acção de desmantelamento e reordenação dos grupos económicos privados, como não tem sido possível dar resposta coordenada aos urgentes problemas estruturais e de funcionamento que afligem a gestão das empresas participadas pelo sector público, não obstante estarem concluídos há já algum tempo os trabalhos daquela Comissão Instaladora.

MAIS DE 300 EMPRESAS SOB CONTROLO PÚBLICO

Recordando que o instituto não tem apenas preocupações de técnica de gestão mas também uma «preocupação política muito importante: a de substituir, de uma vez para sempre, a irracionalidade do capitalismo «coxo» em que nos encontramos por uma nova racionalidade submetida no mínimo a um planeamento centralizado e a políticas sectoriais bem definidas» o responsável do I.P.E. sublinhou que doutro modo

não será possível tornar irreversível a socialização.

Registe-se ainda que segundo a revelação de «O Jornal», existem actualmente 117 em-

Jornalistas austriacos vêm

ao Algarve

Um grupo de 14 jornalistas austriacos visitará o Algarve durante alguns dias para recolher informações sobre a realidade turística, potencialidades e atractivos da região, pois a partir de Junho vão realizar-se regularmente voos «charters» entre Viena e Faro.

Helmut Zolles, director-geral do Turismo Oficial Austriaco, disse que estava disposto a estabelecer os contactos necessários com as autoridades portuguesas respectivas no sentido de que entre os dois países sejam estabelecidas as melhores relações, também no campo turístico. Zolles mostrou-se interessado em actuar em conjunto, ao reconhecer o enriquecimento que poderá representar uma oferta combinada com os atractivos de Portugal e os contrastes da Áustria.

O director-geral do Turismo Austriaco revelou que a curto prazo arrancará em Portugal uma série de iniciativas no sentido de fomentar uma presença mais activa a nível de turismo, o que valorizará o intercâmbio.

Moradores contra a alta do custo de vida

A Comissão de Moradores da Zona de Fanares (Algueirão-Merit Martins) delibrou por maioria apoiar todas as formas de luta contra o aumento do custo de vida, o desemprego e o congelamento dos contratos colectivos, bem como repudiar as deficiências nos rans or es co ecívios, rincipa men e na in a de Sintra, pelos atrasos exagerados que prejudicam milhares de trabalhadores.

BOM APETITE



Av. Padre Manuel
da Nóbrega, 9-A
Lisboa



Restaurante
CASTANHEIRA

DECLARADO DE UTILIDADE TURISTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ªs feiras)



Av. Padre Manuel
da Nóbrega, 9-A
Lisboa



LEÃO D'OURO

(RENOVADO)

ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO

Rua 1.º de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195



Av. Padre Manuel
da Nóbrega, 9-A
Lisboa



R E S T A U R A N T E

QUINTA DE S. VICENTE

TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO
Encerrado às 2.ªs-feiras a partir das 16 h
e 3.ªs-feiras todo o dia



Av. Padre Manuel
da Nóbrega, 9-A
Lisboa



PUB

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DOS RESERVATÓRIOS DO VALE ESCURO

ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 4 de Março de 1976 pelas 15 horas, na Sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 3 de Março de 1976.

O Processo de concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos Sábados, durante as horas de expediente, na sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1976.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

Nacional

Imposto de automóveis cresce com a inflação

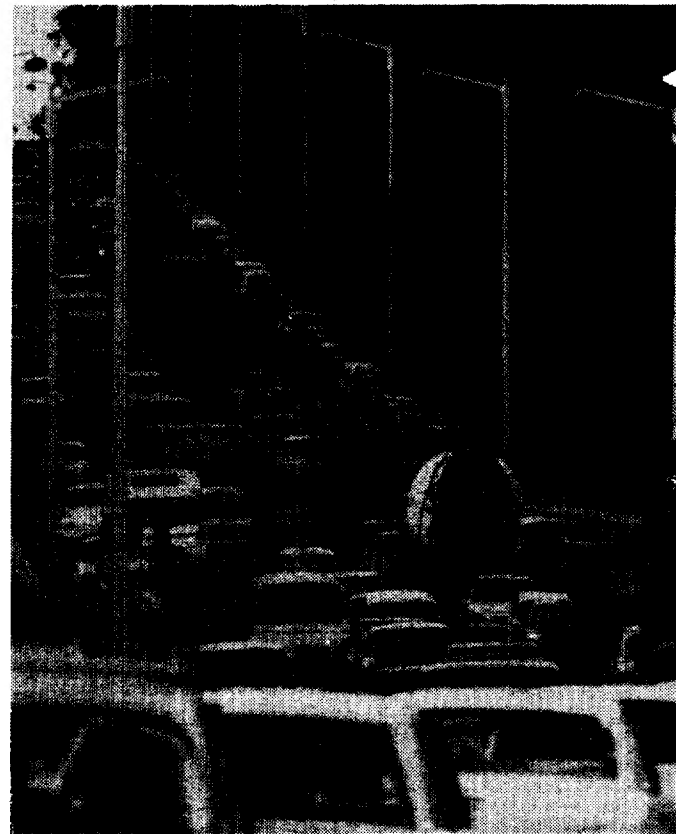
O «Diário do Governo» publicou o Decreto-Lei n.º 81/76, de 28 de Janeiro, que estabelece o novo Regulamento do Imposto sobre Veículos que vem substituir o aprovado pelo Decreto-Lei n.º 782/74, e em que se reúnem num único diploma disposições dispersas, reguladoras do imposto e no qual, principalmente, se revê o regime de isenções e das taxas,

«cuja utilização está amplamente justificada pelo surto inflacionário e pelas medidas de austeridade e de obtenção de receitas já anunciadas, sem deixar de atender na revisão agora efectuada aos tipos de veículos de utilização mais generalizada pelas classes trabalhadoras e de menor poder económico».

O presente regulamento

abrange o uso e fruição de automóveis ligeiros, de passageiros ou mistos, e motociclos de passageiros com ou sem carro, aeronaves de uso particular e barcos de recreio de uso particular, matriculados ou registados no território do continente e ilhas adjacentes, ou quando não sujeitos a essas formalida-

dados nos grupos A, B e C da tabela I que publicamos em anexo, e a redução de 50 por cento nas taxas de imposto quando se trata de automóveis compreendidos nos grupos D, E e F da mesma tabela que a seguir publicamos. O imposto será liquidado durante os meses de Janeiro e Fevereiro



O imposto de circulação, conforme há tempos se previa, sofreu aumentos sensíveis. É a inflação a reflectir-se nos mínimos aspectos do quotidiano.

PUB

FORÇA AÉREA

Centro de Recrutamento e Mobilização N.º 1
RECRUTAMENTO DE MANCEBOS VOLUNTÁRIOS COM DESTINO A SARGENTOS MILICIANOS ESPECIALISTAS DA FORÇA AÉREA

Faz-se público que, nos termos da Portaria n.º 723/75 de 5 de Dezembro de 1975, está aberto concurso para admissão de mancebos voluntários com destino a SARGENTOS MILICIANOS ESPECIALISTAS da Força Aérea, para as seguintes especialidades:

— OPERADORES:

- de Circulação Aérea
- de Comunicações
- de Radaristas de Detecção

— MECÂNICOS

- Electricistas
- de Rádio
- de Radar

I CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

- Ser cidadão português;
- Estar no gozo pleno de todos os direitos civis e políticos e ter bom comportamento moral e civil;
- Ser solteiro, viúvo ou divorciado, sem encargos de família;
- Possuir autorização de quem exerça o poder paternal, quando não emancipado;
- Ter mais de 17 e menos de 21 anos de idade na data em que for presente a provas de aptidão;
- Possuir como Habilitações Literárias: curso geral dos liceus ou equivalente.

II CONDIÇÕES DE PREFERENCIA NA ADMISSÃO POR ORDEM DE PRIORIDADE

- Possuir habilitações escolares, técnicas e/ou profissionais mais adequadas às especialidades da Força Aérea que pretendem e em que poderão vir a ingressar;
- Tenham experiência profissional mais adequada às especialidades que pretendem e em que poderão ingressar;
- Tenham menos idade;
- Tenham obtido as habilitações literárias exigidas para o concurso no Colégio Militar ou no Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e não hajam sido expulsos desses estabelecimentos.

III TEMPO DE SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

- O pessoal em causa permanece nas fileiras por um período de três anos a contar da data do início da preparação militar.

IV DOCUMENTOS A APRESENTAR:

- DOC. N.º 1 — Requerimento em papel selado, dirigido ao General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.
- DOC. N.º 2 — Certidão de idade simples.
- DOC. N.º 3 — Certificado de habilitações literárias, (anos completos do curso que possuir).
- DOC. N.º 4 — Autorização em papel selado, dos pais ou tutores.
- DOC. N.º 5 — Declaração em papel cumum de 25 linhas, de ter ou não concorrido à Força Aérea.
- DOC. N.º 6 — Declaração em papel selado, em como é solteiro (viúvo ou divorciado) sem encargos de família.
- DOC. N.º 7 — Certificado de Registo Criminal. — Este documento pode ser entregue após as provas de aptidão, mas sempre antes da data da incorporação.

NOTA 1 — A especialidade em que o candidato poderá ser incorporado é definida no Centro Psicotécnico e com o acordo do interessado.

NOTA 2 — Os pedidos de esclarecimento e a documentação devem ser enviados para a Rua Martens Ferrão, 26-2.º — LISBOA-1.

Lisboa, 27 de Janeiro de 1976

O CHEFE DO CENTRO
João Calado Orvalho
(Ten. cor. pil.)

b) Para motociclos:

TABELA II

Grupos	Motociclos Cilindrada (centímetros cúbicos)	Imposto anual segundo a antiguidade do motociclo	
		Até cinco anos 1.º escalão	Mais de cinco anos 2.º escalão
G	De 180 a 250	200\$00	100\$00
H	De 251 a 350	300\$00	150\$00
I	De 351 a 500	1 000\$00	500\$00
J	De 501 a 750	4 000\$00	2 000\$00
K	Mais de 750	7 000\$00	4 000\$00

des logo que decorridos 180 dias a contar da sua entrada no mesmo território.

A determinação do imposto tem em consideração, nos automóveis, o combustível utilizado, a cilindrada do motor, a voltagem quando movidos a electricidade e a antiguidade; nos motociclos a cilindrada e a antiguidade; nas aeronaves, o peso máximo autorizado à decolagem; nos barcos de recreio, a propulsão, a tonelaagem da arqueação bruta e a antiguidade.

Além dos serviços nacionais e estrangeiros, o regulamento prevê isenções de imposto para os retornados, os deficientes das Forças Armadas com 30 por cento de invalidez e os restantes deficientes cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 60 por cento. Os retornados das ex-colónias poderão beneficiar relativamente a automóveis da sua propriedade, de isenção de imposto quando se trate de automóveis compreen-

de cada ano, devendo a sua colocação ser feita no canto superior direito do pára-brisas dos automóveis e no lado direito, em lugar visível e preservado da humidade, nos motociclos.

TABELA I

Grupos	Automóveis		Imposto anual segundo a antiguidade do automóvel		
	Combustível utilizado		Movidos e electricidade Voltagem total	Até seis anos 1.º escalão	Mais de seis anos até doze anos 2.º escalão
	Gasolina Cilindrada (centímetros cúbicos)	Outros produtos Cilindrada (centímetros cúbicos)			
A	Até 1000	Até 1500	Até 100	600\$00	300\$00
B	De 1001 a 1300	De 1501 a 2000	Mais de 100	1 200\$00	600\$00
C	De 1301 a 1750	De 2001 a 3000	—	2 000\$00	1 000\$00
D	De 1751 a 2600	Mais de 3000	—	5 000\$00	2 500\$00
E	De 2601 a 3500	—	—	8 000\$00	4 000\$00
F	Mais de 3500	—	—	14 000\$00	7 000\$00

MAIORES MULTAS

A utilização de qualquer veículo sem o pagamento do imposto devido, é punida com multa igual ao triplo do imposto, por cujo pagamento é solidariamente responsável o condutor do veículo. A falta de aposição do dístico será puni-

da com a multa de 200 a 1000 escudos. A aposição do dístico em veículo diferente daquele a que respeita é punida com multa igual a cinco vezes o imposto, em falta, correspondente ao veículo e nunca inferior a 10 contos. A multa por falsificação pode ir de 20 a 300 contos.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE AERONAVEGAÇÃO E PESCA

CONVOCATÓRIA PARA DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os delegados sindicais para um Plenário de Delegados a realizar no próximo dia 3 de Fevereiro de 1976, pelas 21.00 H, no Anfiteatro de Electricidade do Instituto Superior Técnico, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Informações
- 2 — Análise ao congelamento da Contratação Colectiva de Trabalho
- 3 — Medidas a tomar

EM FRENTE POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO!
PELA LUTA! PELA UNIDADE! PELA VITÓRIA!

Lisboa 28 de Janeiro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

PUB

C. C. T. EDITORES E LIVREIROS

Artes Gráficas — Fotografia e Actividades Publicitárias

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos por este sector, para um plenário que se realiza dia 30, 6.ª feira, pelas 19.30 horas, no salão nobre, do Instituto Superior Técnico.

NÃO FALTES! COMPARECE E PARTICIPA!

Lisboa, 28-1-76.

OS SINDICATOS OUTORGANTES

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

CHARAIS À "FLAMA"

"M.F.A. detém direcção do País"

«Após dois anos de revolução, o MFA tornou-se um conjunto bastante vasto de oficiais e sargentos do quadro permanente e até de sargentos milicianos e de soldados» — afirma o brigadeiro Franco Charais, comandante da Região Militar do Centro, numa entrevista publicada hoje na revista «Flama». — «O País apenas conhece parcelas desse grande bloco que nós continuamos a designar por MFA, cada vez com maior consciência política. O MFA aprendeu tudo aquilo que se passou ao longo destes dois anos e, neste momento, está mais preparado para aquilo que terá de fazer. Não errarei 0,5 por cento se disser que esse grupo, que traduz o que o MFA pensa, detém efectivamente a direcção político-militar do País, embora isso possa ser susceptível de discussão. É que, em termos globais, o Poder político não é apenas exercido pelas Forças Armadas, nem pelo seu órgão supremo, o Conselho da Revolução, na medida em que há uma grande pulverização de centros de decisão».

Interrogado acerca da coesão a nível do Poder político no âmbito militar, o comandante da RMC declara que essa coesão existe: «embora não possamos desprezar franjas compostas por indivíduos mais conservadores ou mais radicalizados» — diz. — «Porém, em síntese, há identificação entre todas as Forças Armadas».

Charais pronuncia-se acerca da situação em que actualmente se encontram as Forças Armadas, a sua estrutura e o seu funcionamento. «A estrutura das Forças Armadas tem linhas de informação que as percorrem de baixo a cima, como num corpo, digamos assim. A criação de esquemas de organização democratizada não aconteceu por as considerarmos absolutamente essenciais ou com grande importância. Em síntese, há uma articulação entre as unidades de todo o País, através das regiões militares e dos estados-maiores, o que permite saber-se o que se passa em todo o País».

AS ELEIÇÕES, A DIREITA E O FUTURO

Charais pronuncia-se ainda sobre alguns dos problemas que se levantam com mais preminência no momento político actual.

Acerca das eleições para a Legislativa e respondendo a uma pergunta sobre se não receia os seus resultados: «Não — diz Charais. — Estou convencido que não irão longe dos obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte. Acredito mesmo que sejam mais favoráveis em relação aos objectivos da revolução portuguesa, ou seja, à transformação da sociedade capitalista na sociedade socialista e, consequentemente, à independência nacional».

Sobre a eventual formação de um Governo de direita, de acordo com eventuais resultados eleitorais: «A formação de um Governo de direita teria uma oposição que não permitiria a sua existência — prevê o comandante da RMC. — O que poderá preocupar-me são os conflitos sociais e económicos que um Governo de direita gerava».

Charais não se mostra preocupado com as recentes libertações de elementos da P.I.D.E./D.G.S. e do regime depositado em 25 de Abril de 1974, e considera que as libertações não são propriamente um reforço para as posições da direita: «a direita não precisa dessas pessoas — diz —, até porque, além do dinheiro, possui uma herança cultural e também uma prática de 50 anos de guerra psicológica, o que em si, constitui uma vantagem sobre a esquerda». Também o Pacto e a sua revisão não preocupam Charais. «O Pacto, em si, não me preocupa, mas sim a agudização da luta de classes, ao ponto de provocar confrontos, inclusivamente entre trabalhadores».

O fundamental da perspectiva política em que Charais se situa parece conter-se na passagem da entrevista onde o comandante da RMC declara:



Franco Charais: «Há identificação entre todas as Forças Armadas»

«Entre os militares e no sector civil há franjas que pensam que é possível criar um socialismo de base pelas vanguardas em pouco tempo. Quanto a mim, esse socialismo está a nascer a partir das comissões de aldeias, de moradores, de trabalhadores. As fórmulas de poder popular da cintura industrial de Lisboa estão viciadas e não traduzem a maneira de seguir de todo o País».

Aboim Inglês defende

"UMA POLÍTICA DE LARGAS ALIANÇAS"

«Os comunistas quando se reúnem não é para se fecharem, mas para se abrirem. Se há um ponto em que todos os partidos estão de acordo, desde Varsóvia, é precisamente nessa larga abertura a todas as forças interessadas connosco, num futuro de paz, segurança, cooperação e progresso social que todos temos de construir em comum. Uma política de largas alianças é uma política de princípio para os partidos comunistas. As dificuldades à unidade não partem de nenhum partido comunista, mas sim daquelas forças que fazem do anticomunismo uma capa para os seus inconciliáveis interesses» — declara,

em entrevista concedida à Anop, Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do P.C.P., a propósito da próxima Conferência de Partidos Comunistas Europeus.

Referindo-se à intenção da conferência, ainda sem data marcada, disse Aboim Inglês: «Não se trata de impor qualquer linha única, trata-se de apreciar, em comum, questões comuns e definir objectivos e acções que, em comum, todos estamos interessados em alcançar, mantendo intacta a independência da elaboração e aplicação do programa e linha política».

Referindo-se aos acordos de Helsínquia, Aboim Inglês re-

conheceria neles um marco visível para o desanuviamento político no nosso continente. «Trata-se agora — disse — de aprofundar o desanuviamento político, completando-o com o desanuviamento militar».

Reconhecido por aquele membro do Comité Central do P.C. que a situação na Europa conheceu «grandes e favoráveis alterações» ultrapassando o período da guerra fria pelo «crescente triunfo dos princípios de coexistência pacífica», é necessário agora «o desenvolvimento da cooperação económica e outra entre todos os países da Europa, e especialmente entre os países socialistas e capitalistas».



BANCO FONSECAS & BURNAY

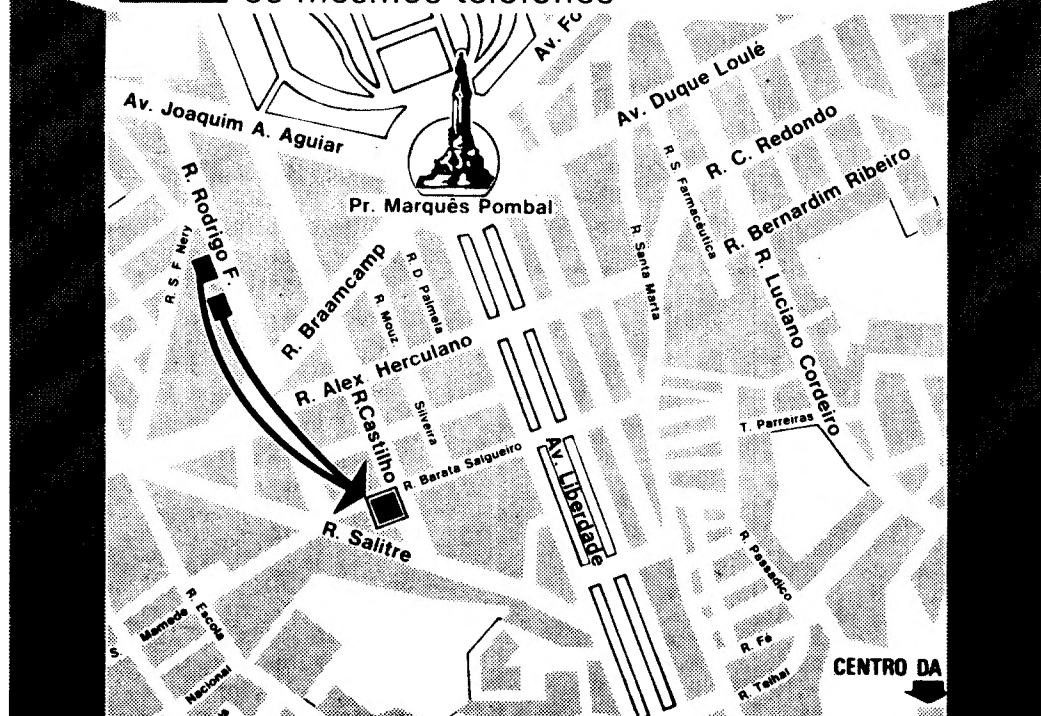
Informam-se todos os nossos Clientes e o público em geral da transferência e integração num só edifício, para maior eficiência e rapidez de acção, dos serviços instalados na rua Rodrigo da Fonseca, n.ºs 49 e 73, para

RUA CASTILHO n.º 7 a partir de 2 de Fevereiro

- Departamento de Contencioso ● Departamento de Estudos Económicos
- Departamento de Inspecção ● Departamento de Serviços Administrativos
- Divisão de Letras e Correspondentes ● Serviço de Comunicações e Arquivo
- Serviço de Segurança



os mesmos telefones



Sá Carneiro categórico

"JOGA-SE EM PORTUGAL A DEMOCRACIA NA EUROPA"

«O que está a jogar-se em Portugal neste momento é a defesa da democracia na Europa, a possibilidade de construção em Portugal de uma democracia pluralista estável, de tipo europeu» — declarou o secretário-geral do PPD ontem à sua chegada a Lisboa, vindo de Bruxelas, aonde se deslocou para conversações com as autoridades governamentais belgas e do Mercado Comum, e onde encontrou — disse — «uma posição muito concreta e em grande parte já bastante concretizada de auxiliar o nosso país». A propósito, Sá Carneiro informou que o Governo belga anunciou antontem a sua intenção de conceder a Portugal um empréstimo de 30 milhões de francos belgas para os retornados.

Sá Carneiro referiu-se a seguir às conversações que teve com o presidente da C.E.E., François-Xavier Ortoli, e com outros altos responsáveis daquele organismo, acerca da si-

tuação em Portugal. Sublinhou a satisfação que eles lhe exprimam por ter sido possível concretizar a ajuda a Portugal, «a primeira na história da comunidade» — lembrou — «e que marca uma clara intenção política na definição de uma política internacional assente na democracia».

«Os países do Euromercado» — frisou o secretário-geral do PPD — «estão dispostos a contribuir para que se prove que não tem qualquer fundamento a tese de algumas potências não-democráticas de que não há possibilidade real para a democracia de tipo europeu no Sul da Europa, a começar por Portugal».

E acrescentou: «Porque de facto é isso que se está a jogar em Portugal, neste momento: a defesa da democracia na Europa, a possibilidade da construção em Portugal de uma democracia pluralista estável, de tipo europeu».

Trabalho

PUB IMPOSTO PARA O SERVIÇO DE INCÊNDIOS

As Companhias de Seguros avisam os proprietários de prédios urbanos dos Concelhos de Oeiras e Sintra de que termina em 29 de Fevereiro o prazo para a apresentação das declarações destinadas à isenção do imposto para o serviço de incêndios.

Lembram, por isso, os seus segurados de que devem proceder, o mais rapidamente possível, àquela formalidade, junto do respectivo Organismo, para o que se torna indispensável juntar à apólice do seguro e respectivo recibo de prémio a Caderneta Predial devidamente actualizada.

AS COMPANHIAS DE SEGUROS

PUB Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul

Praça Marquês de Pombal, 6, 3.º-D. — LISBOA 1
Telefones 4 17 51 - 53 56 47

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Profissionais de Enfermagem para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, dia 31-1-76, pelas 16 horas, no Anfiteatro do Hospital D. Estefânia.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — INFORMAÇÕES
- 2 — CADERNO REIVINDICATIVO — formas de luta
- 3 — DIPLOMA ÚNICO — formas de luta

TODOS A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA!

COLABORA NA RESOLUÇÃO DOS TEUS PRÓPRIOS PROBLEMAS!

Lisboa, 21 de Janeiro de 1976.

Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Joaquim Augusto Tomé Carreira

PUB ADVOGADO

Empresa Pública, precisa advogado, com experiência no exercício da profissão, sem outra ocupação profissional ou ligação a empresas privadas ou públicas, com a situação militar regularizada, para chefiar a tempo completo os seus serviços de Contencioso.

Solicita-se o envio de «curriculum vitae» e a remuneração pretendida.

Resposta ao Serviço de Pessoal da EPAL — «Empresa Pública das Águas de Lisboa» — Av. da Liberdade n.º 22, Lisboa 2, a enviar até 4 de Fevereiro do corrente ano.

Rendeiros do Norte reúnem-se no domingo

No próximo domingo à tarde, na Faculdade de Economia do Porto terá lugar o I Encontro de Rendeiros do Norte promovido pelo M.A.R.N.

Em conferência de Imprensa dada ontem no Porto elementos daquele Movimento de Agricultores Rendeiros, que antontem se avistaram com o ministro da Agricultura, deram conta dos objectivos do encontro, o qual visa a discussão e a congregação de esforços de muitos milhares de rendeiros dos distritos do Porto Braga, Vila Real, Aveiro, Viana do Castelo, Viseu e Coimbra.

Serão abordados durante o encontro temas como: aplicação e boicotes à lei do arrendamento rural e actuação das equipas técnicas ligadas ao IRA, ao SADA; o papel da G.N.R. em casos concretos enfrentados pelos rendeiros; formação de comissões arbitrais e actuação do aparelho judi-



cial; fixação e tabela de rendas (problema das rendas de casa e necessidade de serem ouvidos os rendeiros antes de se fixarem novas tabelas); a reacção nos campos (discussão dos casos de Braga e Rio

Maior); previdência rural e problema dos senhorios pobres e idosos; organização dos rendeiros (comissões de rendeiros, formalização do M.A.R.N. como seu órgão máximo, participação D.M.P. rendeiros nas

ligas e cooperativas e marcação de novo encontro).

O problema dos senhorios pobres e idosos merece a especial atenção dos rendeiros «não há legislação que os defenda e a reacção tem aproveitado esses senhorios pobres para os intoxicar com propaganda dizendo que lhes querem roubar a terra». É propósito do M.A.R.N., afirmaram-nos — desenvolver esforços no sentido da defesa desses senhorios pobres e idosos cuja situação, na maioria dos casos, é tão precária como a dos próprios rendeiros.

NOTA OFICIOSA

Da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo recebemos, para publicação, a seguinte nota oficiosa:

«Devido ao acréscimo das importações de algodão em rama, numa altura em que os stocks estavam relativamente baixos em consequência da crise que se atravessava, chegou a prever-se a paragem de laboração de algumas fábricas. Como é óbvio, essa paragem acarretaria consequências económicas e sociais muito graves.

Como não se verificou, da parte do sector importador da matéria-prima referida, uma resposta com a necessária rapidez, achou-se conveniente uma intervenção do Estado.

Assim, o Instituto dos Têxteis foi autorizado a fazer a importação de cerca de 3000 toneladas de algodão em rama, o que representa cerca de 3 por cento das necessidades totais da indústria têxtil.

Foi autorizado também a comercializar directamente essa matéria-prima com as fábricas que tinham necessidade de abastecimento.

Estas atitudes foram tomadas atendendo à recuperação da situação de crise que se atravessou e para a qual não estavam garantidas, pelos importadores e armazenistas, os stocks suficientes. Procurou-se assegurar que os critérios de distribuição do algodão em rama desta operação, fossem de absoluta equidade para todas as fábricas. Foi atribuída prioridade às que defrontavam maiores dificuldades de abastecimento, as quais, possuindo encomendas para entrega a curto prazo, mais sofreriam e maior prejuízo trariam à economia nacional, no caso de se verificar uma interrupção de produção. Os preços e mais condições de venda, serão os correntes no mercado, devendo as fábricas garantir o respectivo financiamento através dos seus canais tradicionais, sejam eles os próprios importadores ou a banca comercial.

Posteriormente aos acontecimentos atrás referidos, o secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Barreto, efectuou uma reunião com o presidente do Instituto dos Têxteis e a direcção da Associação de Importadores de Algodão em Rama, durante a qual se esclareceram dúvidas quanto a esta operação e à orientação do Governo neste domínio.

Sublinhou-se em particular: — Que não está na intenção do Governo nacionalizar o sector da importação de matérias-primas para a indústria.

— É propósito do Governo não centralizar nada do que está a funcionar bem, descentralizando-o.

— A importação por parte do Instituto dos Têxteis, de cerca de 3000 toneladas de algodão de Moçambique, foi uma intervenção meramente pontual. O Instituto dos Têxteis tem que assegurar o abastecimento regular de matérias-primas necessárias à indústria têxtil quando se verificar uma retracção na importação normal, que possa ser imputável aos importadores tradicionais.

O regulamento da comercialização de algodão em rama e outras fibras têxteis, possivelmente inserido num regulamento mais vasto do exercício da actividade têxtil em geral, tanto importadora como exportadora, continuará a ser estudado com carácter urgente, devendo as associações interessadas e eventualmente outras entidades, serem previamente consultadas antes da sua publicação.

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa

RESPOSTA AO SR. MINISTRO DO TRABALHO

Sr. Ministro

O Senhor não sabe ou não quer saber o que são lutas de trabalhadores.

O Senhor não sabe ou não quis saber a razão de ser de uma paralisação de 2 horas votada num plenário dos trabalhadores do comércio.

O Senhor não sabe e talvez não queira saber que os trabalhadores do comércio à imagem dos restantes trabalhadores portugueses, vivem mal.

Mas Senhor Ministro: de certeza saberá o Senhor, é que os trabalhadores do comércio vivem do seu ordenado, e, são OS PEDINTES ENGRAVATADOS.

A sociedade que nós queremos é uma sociedade justa onde os trabalhadores não mais sejam explorados por aqueles que sempre o fizeram.

A sociedade que nós queremos é uma sociedade na qual exigimos daqueles que governam, a defesa intransigente da classe trabalhadora.

E o Senhor Ministro, esqueceu-se que os trabalhadores do comércio lutam e lutarão contra um patronato explorador, que diz respeitar a lei do congelamento da contratação, mas em muitos casos esquece-se das leis e nem os ordenados mínimos quer pagar.

O Senhor Ministro esqueceu-se que aquando o mandão desse Ministério era o fascista Silva Pinto os trabalhadores do comércio foram a S. Bento dizer que queriam o seu contrato na rua, já.

E o Senhor Ministro esqueceu-se que tal como agora no Rossio, nessa data foram os trabalhadores do comércio espancados.

Ah! mas coisa estranha!

À imagem de 1970, aparece o Senhor Ministro (do Trabalho) a chamar reacção aos trabalhadores do comércio e à sua Direcção.

À imagem de 1970 aparecem as forças policiais a reprimir os trabalhadores.

Mas será que à imagem de 1970 quererá o Senhor ser o novo Ministro das Corporações?

Senhor Ministro, o Senhor não sabia mas agora ficará a saber: os trabalhadores do comércio estão magoados, estão tristes e neste momento desprezam-no.

MAS NÃO ABANDONARÃO A LUTA.

A direcção deste Sindicato para que não fiquem dúvidas assume a responsabilidade deste comunicado.

O Presidente da Direcção



Trabalho

Paralisação de Braga vai a Viana e Aveiro

A exigência de que sejam as autoridades a custear as despesas de reparação pelos prejuízos causados nas sedes das organizações sindicais, vítimas dos atentados bombistas da madrugada de ontem, em Braga; a manutenção do actual delegado, naquel distrito, do Ministério do Trabalho, ao contrário de decisão tomada pelo M.T., que pretende substituir o dr. Sá Costa pelo dr. Daniel Castro; e vivos protestos contra o congelamento dos salários e o aumento do custo de vida constituem os pontos mais importantes da moção que os representantes dos sindicatos dos metalúrgicos, têxtil, construção civil e da União dos Sindicatos de Braga, em audiência com o capitão Sousa e Castro, porta-voz do Conselho da Revolução, deixaram esta manhã naquele órgão do Poder.

Na conferência de imprensa que esta manhã deram nas instalações da Intersindical, aque-

les sindicalistas bracerenses historiarão diversos pontos da luta que os trabalhadores daquele distrito vêm travando nos últimos meses, a que equivale, também, uma mudança táctica por parte do patronato expressa nas coacções impostas, no desrespeito pelo cumprimento dos diversos contratos colectivos de trabalho, redobramento da repressão e ameaças que culminaram com os atentados terroristas da madrugada de ontem, que noticiámos em pormenor na nossa edição de ontem.

«Os trabalhadores bracerenses estão confiantes e os seus dirigentes dispostos a responder com eficácia. Os edifícios foram destruídos, mas os homens e as organizações continuam de pé», afirmou um dos trabalhadores.

Na conferência que antecedeu a audiência com Sousa e Castro, um elemento sindical de Vila Nova de Famalicão re-

velou que tinha a incumbência de denunciar o facto de muitas das portarias do M. T. não serem cumpridas naquela vila. Nalgumas firmas, não foram ainda cumpridos os Contratos Colectivos de Trabalho de 72, 74 e 75. Os representantes dos órgãos da Comunicação Social foram informados, durante o mesmo encontro na Intersindical, que representantes dos trabalhadores se tinham encontrado ontem com o comandante da Região Militar do Norte, brigadeiro Pires Veloso, ficando persuadidos de que aquele chefe militar se esforçará no sentido de travar essa «onda de violência fascista», que desabrocha poucos dias após a realização de uma manifestação em Braga contra o congelamento da contratação colectiva e o aumento do custo de vida por iniciativa da União dos Sindicatos daquela cidade.

Como resposta à onda de repressão fascista, os trabalha-

dores vão responder com uma paralisação para esta tarde, das 15 às 16 horas. Aderiram à medida, a maioria dos sindicatos de Braga, Viana do Castelo e Aveiro. Manifestaram também a sua solidariedade para com estes trabalhadores, através de uma moção de protesto 27 sindicatos de Lisboa e duas federações, também de Lisboa.

Os sindicalistas bracerenses afirmaram a sua veemente disposição de enveredar por outras formas de luta se por acaso a reacção se mantiver interessada em travar a luta pela construção do socialismo em Portugal.

No seu encontro com o Conselho da Revolução, aqueles trabalhadores, constituídos em comissão de luta, exigirão ainda a criação de condições imediatas para que o Sindicato da Construção Civil de Braga, que ficou totalmente destruído, possa continuar a dar assistência aos seus sócios.



Rodoviários recusam substituições nas C.A.'s

Representantes dos trabalhadores das empresas rodoviárias nacionalizadas reuniram-se ontem à noite no Sindicato dos Rodoviários para discutir a anunciada substituição de elementos das respectivas comissões administrativas. No final, decidiram não permitir essas substituições, repudiando, igualmente, «a forma arbitrária como o dr. Manuel Moura», subsecretário de Estado dos Transportes, «tem actualizado».

Estiveram presentes membros das comissões de trabalhadores e delegados sindicais de cerca de 30 empresas rodoviárias, bem como dirigentes dos Sindicatos dos Rodoviários, Garagens e Metalúrgicos.

Ao rejeitar a substituição dos administradores, os representantes dos trabalhadores tiveram em conta que «ao fim de seis meses de actividade se verificou uma total identificação dos actuais elementos das comissões administrativas com os problemas específicos de cada sector», «demonstrando isenção e honestidade no desempenho das suas funções, bem como total apoio aos trabalhadores nos seus problemas mais delicados».

Tendo em vista o estudo da reestruturação do sector rodoviário nacionalizado, decidiu-se, também, constituir um grupo de trabalho, encarregado de definir medidas a curto e a médio prazo, na perspectiva de «uma verdadeira racionalização e socialização dos transportes».

Os trabalhadores sentem que «estão a ser progressivamente colocados à margem de

tudo o desenrolar do processo», tendo manifestado a intenção de impedir que os estatutos da Rodoviária Nacional, que estão a ser elaborados pela CCIRN, adquiram validade sem serem submetidos à sua apreciação.

Aliás, o presidente da CCIRN (Comissão Coordenadora e Instaladora da Rodoviária Nacional) foi alvo de contestação durante a reunião, decidindo-se pressionar as entidades competentes no sentido do seu afastamento. O dirigente da CCIRN presidiu, anteriormente, ao Grémio dos Industriais do Transporte Automóvel (GITA), e é accionista maioritário de uma firma de transportes (Transfec), e administrador da TAP.

No final do encontro, os trabalhadores presentes decidiram exigir a imediata negociação do CCT do sector, «que se arrasta há quase um ano sem solução».

EVA ESCLARECE

Informa-nos a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do grupo E.V.A. que «não existe neste momento qualquer entrevista marcada com o Primeiro-Ministro, nem é nossa intenção deslocarmo-nos a Lisboa no próximo sábado com esse propósito», ao contrário do que ontem noticiámos, de acordo com fonte normalmente fidedigna.

A C.T. da E.V.A. gostaria de ver confirmadas as notícias sobre o grupo, «pois quaisquer especulações poderão prejudicar grandemente o modo como tentamos resolver os nossos problemas».

Marcelo Curto afirma

Trezentas credenciais aguardam renovação

«Neste momento, os serviços verificam cerca de 300 pedidos de renovação de credenciais e de elevado número de contestações patronais», afirmou o secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, ontem, em conferência de imprensa, em que anunciou, ainda, a publicação, para breve, de um despacho que prorroga a validade das credenciais, actualmente em vigor, até 29 de Fevereiro.

O dr. Marcelo Curto, que convocou esta conferência de imprensa com o objectivo de prestar esclarecimentos sobre a política de trabalho que resulta da actividade da sua Secretaria de Estado, aproveitou a circunstância para referir as condições em que foram passadas as credenciais, durante o exercício do anterior ministro, ou seja em seu entender «com total desorganização e ausência de controlo» e «em completa anarquia».

Ainda sobre os pedidos de renovação de credenciais a Comissões de Trabalhadores, o secretário de Estado afirmou que os serviços se empenham na verificação da «coerência dos pedidos e das contestações com os processos já existentes» e também «os motivos novos que agora eventualmente se invoquem».

Sobre a emissão de credenciais até à sua tomada de pos-

se, referiu que um relatório de Outubro do ano passado, do director-geral das Relações Colectivas de Trabalho indicava que, nessa altura, se tinham passado credenciais a 195 pequenas e médias empresas, empregando cerca de sete mil trabalhadores. «Porém, recentemente, a União dos Sindicatos do Porto, dependente da Intersindical, anunciou que as credenciais no Porto abrangiam centenas de empresas e, salvo erro, não menos de 25 mil trabalhadores. E a verdade não tem aquela Secretaria de Estado números de bastante confiança que nos permitam confirmar ou refutar tal afirmação».

De acordo com o relato da Anop, «Após desmentir o que considerou de uma afirmação caluniosa e irresponsável» vinda de organismos ligados à Intersindical, segundo a qual o Ministério estaria a recusar credenciais, o dr. Marcelo Curto acrescentou que a gestão fundamental que surge agora é a da classificação dos casos e estudo de soluções, estudo esse que deverá ser feito mediante a observação de «casos-tipo, casos-pilotos» e não com a diversificação dos casos de empresa para empresa. Para tal propõe a criação de uma comissão de peritos de vários ministérios (do Trabalho, Fi-



Marcelo Curto: «Esta Secretaria de Estado nunca recusou credenciais»

nanças e Indústria) para o estudo de soluções.

OS PATRÕES DEPOIS DE 25 DE NOVEMBRO

Depois de referir que, principalmente depois de 25 de No-

vembro, vários patrões reclamaram as suas empresas, o dr. Marcelo Curto afirmou: «Não entregaremos as empresas, mas achamos que é necessário estudar todos os assuntos, classificá-los e dar a possibilidade aos patrões de dizerem porque querem agora as empresas».

Quanto ao aumento ou redução de rentabilidade da generalidade das empresas que têm estado a ser geridas pelos trabalhadores, disse não se poder afirmar com segurança nem uma coisa nem outra. «Qualquer das afirmações julgo que deve ser sempre entendida como ligada a determinados interesses políticos ou económicos, possivelmente mesmo de interesses de classes», acrescentou.

O secretário de Estado também anunciou haver estudos já feitos para um projecto de decreto-lei que regule as condições para a transferência de gestão e passagem de credencial a que se seguiria intervenção do Estado. Para a passagem legal da propriedade da entidade patronal para a Comissão de Trabalhadores, poder-se-á recorrer ao Direito Comercial (como o caso de transacção) ou a uma forma de expropriação, mas tudo isto terá de ser regularizado, o que espera estar conseguido até Março.

Alterada a lei dos despedimentos

O contrato de trabalho pode cessar por mútuo acordo das partes, por caducidade, por despedimento promovido pela entidade patronal ou gestor público, com justa causa, por despedimento colectivo ou por rescisão do trabalhador, segundo um diploma legal emanado do Ministério do Trabalho e que altera em alguns pontos o regime de despedimentos previsto no Decreto-Lei n.º 372-A/75.

Susceptível de constituir justa causa de despedimento, segundo o mesmo diploma: inobservância repetida e injustificada das regras e directivas referentes ao modo de executar a prestação do trabalho, com a diligência devida; violação de direitos e garantias de trabalhadores sob a sua direcção; provocação recebida de conflitos com camaradas de trabalho; lesão culposa de interesses patrimoniais sérios da empresa;

falta reiterada e injustificada à prestação do trabalho; inobservância culposa e repetida das normas de higiene e segurança no trabalho.

No caso de despedimento colectivo, a entidade patronal ou o gestor público são obrigados a comunicar à comissão de trabalhadores (ou comissão sindical), a cada um dos trabalhadores abrangidos e à Secretaria de Estado do Emprego,

a intenção de proceder a um despedimento colectivo, com a antecedência mínima de 60 ou 90 dias, conforme a empresa empregue menos ou mais de 50 trabalhadores. Se isto não for cumprido, os despedimentos são considerados nulos. A infracção a esta norma implica para a entidade patronal ou gestor público a multa de 10 a 100 mil escudos por cada trabalhador despedido.

Apanha da azeitona

Trabalhadores da Mague na "A Esquerda Vencerá"

Os trabalhadores da Mague, que haviam marcado para este fim-de-semana, uma deslocação a Pias, à Cooperativa «A Esquerda Vencerá», adiaram para os próximos dias 7 e 8 de Fevereiro, devido ao mau tempo.

Oito camionetas com trabalhadores da Mague, vão para a apanha da azeitona com os operários, deslocar-se-ão ainda alguns elementos da Filarmónica Lopes Graça assim como Luís Bastos, Carlos Paredes, José Jorge Letria e o teatro da União da Juventude Comunista. Será entregue à cooperativa a verba resultante da venda dos autocolantes editados pelos trabalhadores da Mague e ainda de um tractor.

Nacional



LÃ E ALGODÃO:
A MEADA ENREDADA (FIM)

TEXTO DE ROGÉRIO VIDIGAL
E J. GOMES BANDEIRA
FOTOS DE RUI PACHECO

Na região do Porto, que por questão de método (não coincidente com a divisão sindical) analisámos como englobando as regiões de Porto, Aveiro e Viseu, a indústria têxtil emprega mais de 70.000 trabalhadores e aí se localizam cerca de 35 por cento do total das empresas do sector. A nossa «exploração» não foi mais a Norte, porque os exemplos e a análise que obtivemos em entrevistas com um director de uma empresa têxtil, com dirigentes sindicais e trabalhadores em diversos locais, são perfeitamente elucidativos, e aplicam-se a toda a zona algodoeira e de lãs.

Nesta zona sindical, a actividade tem sido grande na organização dos trabalhadores, para, inicialmente, se conseguir suprir a fuga dos patrões e, actualmente, para tentar obstar o seu regresso, em alguns casos de sua iniciativa, noutros (pensamos na Têxtil Manuel Gonçalves, sobremente referida nas páginas do nosso jornal) por pedido dos trabalhadores, manobrados por forças que se adivinham.

Para além do Encontro de Ofir, em fins de 1974, outros encontros têm sido realizados nesta região, sob a égide de diversas organizações. Dentro de pouco tempo, no próximo mês mais concretamente, realiza-se na capital nortenha o I Congresso dos Trabalhadores dos Têxteis, na sequência da reunião havida em Ofir.

Assim se justifica, a nosso ver, este debate que aqui deixamos, onde se apontam casos concretos, numerosas curiosidades, algumas das quais ainda não eram do domínio público.

IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS

Segundo nos afirmou o director de uma empresa têxtil da região do Porto cuja actividade tem incidido particularmente no sector comercial, a importação de matérias-primas para a indústria têxtil sofreu algumas dificuldades resultantes da situação política portuguesa e das exigências feitas pelos fornecedores estrangeiros em vista dessa mesma situação. Assim registaram-se por exemplo exigências de abertura de créditos para a importação de matérias-primas, devendo o importador nacional pagar antecipadamente esses

matérias necessárias à laboração das empresas. Isto traduziu-se numa sobrecarga para o industrial e para a banca que apoia essas importações. Por outro lado, acrescentou, a maior parte das nossas empresas têxteis não tinha nem tem estrutura financeira que lhes permita enfrentar as dificuldades daí decorrentes. Daí que surtissem com frequência desequilíbrios financeiros motivados pelos consequentes aumentos das dívidas, pagamento de juros e custos de produção mais elevados.

Ainda no que toca a matérias-primas e particularmente no caso das empresas multinacionais verificou-se depois do 25 de Abril e de novo mais recentemente que elas deixaram de ter «stocks» de certas matérias-primas, por exemplo tintas, exigindo igualmente o pagamento antecipado para a sua importação. «Não é que falem matérias-primas a nível internacional» — disse-nos o nosso entrevistado. «O que falta, ou o que se tornou mais difícil, foi a sua venda para Portugal por alguns dos motivos apontados, nomeadamente dificuldades no crédito. De acordo com gráficos internacionais que nos foram facultados para observação, os stocks em vários sectores ligados à indústria têxtil são mesmo elevadíssimos.» A propósito, o

nosso entrevistado afirmou: «Todas estas dificuldades que sentimos correspondem de algum modo a uma posição política dos países exportadores de matérias-primas contra Portugal.» E acrescentou ainda que a crise do sector têxtil foi uma realidade mundial, sobretudo sensível em 1964, e que isso também não podia deixar de se reflectir entre nós. Em termos puramente capitalistas sucede que actualmente grandes empresas e mesmo grupos internacionais do sector têxtil (em Itália, em Inglaterra e na Holanda, por exemplo) deixaram de ser rentáveis e isso, como se sabe, traduz-se em primeira consequência no desemprego de milhares de trabalhadores e nas necessidades que os Governos de alguns desses países têm tido de tomar medidas de emergência para diminuir ou tentar travar os conflitos sociais daí resultantes.

EXPORTAÇÃO: DE NOVO FLORESCENTE

O aumento de custos de produção e os deficientes abastecimentos (até porque não havendo stocks de produtos também não havia poder de resposta para as entregas ao estrangeiro em sistema de concorrência) tiveram também alguns reflexos nas nossas exportações. Todavia acrescentou o nosso entrevistado, o nosso mercado exportador está de novo florescente desde há alguns meses. As maiores dificuldades coincidiram naturalmente com a crise mundial do sector têxtil em 1974 e, acrescentou, «a revolução portuguesa foi nesse contexto uma mera coincidência». Ressentimo-nos, portanto, dessa crise, embora em alguns aspectos, como já se disse, a própria situação portuguesa tenha agravado aspectos particulares dessa crise geral. E acrescentou: «Esta crise arrebata uma degradação de preços e uma redução de stocks que, em alguns casos, foi mesmo muito drástica.» Há alguns meses a situação começou a melhorar e o nosso mercado volta a ter encomendas de certo relevo.

A propósito desta questão, levantamos o problema do aumento de salários e suas consequências nesta problemática. A resposta foi a seguinte: «Não foram os salários instituídos após o 25 de Abril que fizeram com que os nossos preços, a nível das empresas razoavelmente ou mesmo muito bem estruturadas, deixassem de ser competitivos. O que diminuiu, na maioria dos casos, foram os lucros auferidos

"O MERCADO ESTÁ DE NOVO — informa um dirigente de empresa portuense"

pelas empresas. Acontece porém que a maior parte das nossas empresas têxteis não puderam responder aos aumentos de custos e à crise geral do sector a nível internacional.» O nosso entrevistado adiantou, depois, razões mais salientes deste facto: o que se verifica é que a maioria esmagadora das empresas têxteis nacionais são pequenas, mal estruturadas, sem tecnologia capaz, desprezam por incapacidade o sector comercial e não modernizam máquinas e processos de trabalho. Isto liga-se efectivamente à incompetência e mentalidade da maior parte desses empresários pequenos e médios: os lucros nem sempre ou quase nunca servem para melhorar as máquinas e a tecnologia. Servem sobretudo para gastos pessoais e o resultado foi uma enorme descapitalização das empresas, que as tornou incapazes de responder quer às dificuldades da crise mundial quer aos aumentos de custo internos. Não admira, portanto, que muitos deles tivessem fugido muito aflitos, agora, em certos casos, recuperar as fábricas que abandonaram e que só se mantiveram em laboração por esforço dos trabalhadores naturalmente interessados em manter os seus postos de trabalho.

O nosso entrevistado referiu, também, o facto de tal mentalidade poder explicar-se pela origem e capacidade da maior parte desses pequenos empresários: pessoas sem qualquer preparação, investindo com créditos a curto prazo, procurando «safar» o mais depressa possível os empréstimos contraídos. Assim e com frequência, depois de paga uma máquina inicial não cuidavam de comprar outra, pretendendo antes que a máquina velha continuasse a produzir de qualquer maneira. Isto como é óbvio nem sequer é correcto e acertado numa óptica capitalista. A degradação a que chegaram muitas empresas constitui assim um factor decisivo nas dificuldades do sector. E a confirmar este facto está o caso de haver, nas mil e quinhentas unidades têxteis existentes, uma meia dúzia que não adoptou estes processos artesanais e primários tendo conseguido manter um nível de laboração perfeitamente competitivo apesar do aumento dos salários e das dificuldades gerais a nível mundial. Esta meia dúzia de empresas bem estruturadas do País investiram em quadros, em técnicos, em tecnologia e por isso continuam a ter um peso decisivo dentro do sector.

Por outro lado a pequena dimensão da maioria esmagadora



«Das mil e quinhentas empresas têxteis existentes, uma meia dúzia de empresas leva-as a não suportarem a existência de um sector comercial capaz, ficando desde logo altamente dependentes de intermediários e de outras empresas maiores que lhes adquirem os produtos e retiram os lucros.»

PROBLEMAS DA AUTOGESTÃO

Por razões conhecidas, inclusivamente através de inquéritos ordenados pelas autoridades e por situações a que os trabalhadores deram devido conhecimento, algumas empresas do sector têxtil do Norte do País entraram em sistema de autogestão tendo essas mesmas trabalhadores pretendido sobretudo assegurar a manutenção de postos de trabalho indispensáveis à sua subsistência, aspecto particularmente importante quando era verdade que o número de desempregados em Portugal se contava pelas centenas de milhares. É evidente que as situações dessas empresas, das quais os trabalhadores se viam obrigados a lançar mão para a sua preservação, decorria de razões já acima referidas quanto aos processos de gestão utilizados pelos patrões, e ainda das próprias características e dimensões dessas mesmas empresas. Visando, sobretudo, a obtenção de lucros rápidos com os menores

encargos possíveis de investimento e capitalização, tais empresas da vasta região têxtil nortenha beneficiavam da existência de baixos salários mas não possuíam condições de gestão indispensáveis a um frutuoso desenvolvimento económico. Assim, depois do 25 de Abril, para essas empresas autogeridas e cooperativas do sector tornava-se indispensável a criação de estruturas a nível do sector comercial que as apoiasse. Ora isto nunca se verificou e, daí, as muitas dificuldades que vieram a ser sentidas. Quer dizer, por um lado, o apoio à iniciativa dos trabalhadores e aos seus esforços para manter os postos de trabalho e a produção não correspondeu a criação de medidas de apoio correspondentes. Por outro lado, os apoios que houve tinham sobretudo em vista razões de ordem social e política mas nunca a nível de apoios comerciais que lhes permitissem sobreviver. É verdade que a criatividade e o esforço desenvolvido pelos trabalhadores permitiram êxitos a curto prazo como pode considerar-se pelo número de empresas autogeridas e cooperativas que têm conseguido sobreviver. Mas também é um facto que as dificuldades, nomeadamente no sector comercial, haveriam de reflectir-se e pode-se dizer que o próprio trabalhador enquadrado num

DIMENSÃO DAS EMPRESAS, POR REGIÕES SINDICAIS

	Até 29	30 a 99	100 a 999	+ de 500
Região I:				
Braga	98	153	79	15
Bragança	—	—	—	—
Viana do Castelo	1	1	1	—
Vila Real	—	—	—	—
Total I	99	154	80	15
Região II:				
—	24	25	9	—
—	168	179	92	23
Total II	192	204	101	23
Região III:				
Coimbra	19	15	16	—
Leiria	24	22	8	1
Viseu	2	3	1	—
Total III	45	40	25	1
Região IV:				
Castelo Branco	61	78	27	2
Guarda	19	13	14	2
Total IV	80	91	41	4
Região V:				
Beja	—	—	—	—
Evora	—	—	—	—
Faro	—	—	—	—
Lisboa	94	85	23	3
Portalegre	3	1	1	1
Santarém	87	24	6	—
Setúbal	9	14	9	—
Total V	193	104	39	4
TOTAL	609	593	288	47
%	39,7	38,6	18,6	3,1

EXTERNO FLORESCENTE"

nte
se



dúzia não adoptou processos artesanais e primários». Na foto, excepção

processo geral do País proclamado em seu favor como classe explorada e desprotegida, também sentiu que, em muitos casos, não vê a utilidade do seu esforço devido precisamente aos problemas de colocação dos produtos. Esta é uma contradição fundamental de um processo definido como protector das classes mais desfavorecidas e que começa a agravar-se. Efectivamente o Governo nunca resolveu esta situação, ou esta contradição se preferiu. Um caso que nos foi referido pelo director têxtil que entrevistámos pode trazer uma luz decisiva sobre este problema. Conforme nos afirmou, nos concursos para fornecimento de têxteis a países socialistas foram as empresas privadas (minimamente dimensionadas e dispostas de sector comercial capaz de acionar o processo) que ganharam esses mesmos concursos. Isto levanta não só o problema do mau dimensionamento da esmagadora maioria das empresas têxteis, como também o da falta de apoio, que seria natural existir, dentro do processo, às empresas autogeridas e cooperativas.

A RECONVERSÃO

Segundo o nosso entrevistado, o problema candente da reconversão no sector têxtil só se resolve quando o Estado definir qual deverá ser a política

para o sector. E acrescentou: «Tem que haver uma definição geral nesse campo e isso também depende da evolução do processo político».

Com a nacionalização da banca, o Estado assume o encargo de ter de ser ele a definir a estratégia nesse capítulo, porque a maior parte dessas empresas têxteis (algumas falidas ou em vias de falência) ficaram nas mãos da banca. Por todas as razões já referidas o que temos como panorama é o seguinte: unidades obsoletas e a mais. Há ainda unidades em que o grau de obsolescência é tão grande que, pô-las minimamente rendíveis, equivale a ter que fazer fábricas novas. E muitas são de dimensão tão pequena que economicamente não têm essa viabilidade.

O nosso entrevistado acrescentou depois: «Logo, a reconversão terá que passar pelo encerramento de muitas unidades, pela associação de outras que, uma vez integradas, constituam unidades rendíveis». É mais adiante: «A reconversão implica também, para obstar à agudização de problemas sociais e novos prejuízos para a classe trabalhadora, que, previamente se tenha o cuidado de reciclar trabalhadores para outro tipo de indústria a desenvolver em áreas onde existem muitas empresas do sector têxtil. E isto aconselha-se até e está de acordo com as neces-

sidades de desenvolvimento regional. Não se podem mandar milhares de pessoas para outros lados só porque fecharam empresas têxteis da zona onde essas pessoas sempre viveram».

É claro que isto passa também, e sempre, por uma definição da política global dos sectores vários da indústria. Uma boa parte dos operários em regiões do norte são também pequenos proprietários rurais e agricultores que poderão ser integrados na industrialização do seu meio agrícola, muito mais próximo do seu sentir e das suas próprias aptidões e, isto, com vantagem sobre o fazer deles operários têxteis incapazes de se situarem com clareza nos problemas de desenvolvimento das suas próprias regiões.

SEMI-RURAIS SEMIOPERÁRIOS: FACILIDADES À REACÇÃO

Aliás esta mão-de-obra barata que em muitos casos absorvia famílias inteiras que permaneciam ligadas à actividade rural, teve e tem implicações políticas muito profundas e cujo estudo interessaria fazer para explicação de muitos acontecimentos verificados nas regiões industriais do litoral nos distritos nortenhos. É claro que não podem desligar-se das características destas populações, semi-rurais e semiooperárias (com forte contingente de mão-de-obra feminina) as facilidades de manipulação política e partidária que se traduziu numa escalada de violência desde o Verão do ano passado e onde o esforço de campanhas reacçãoárias encontrou campo de actuação particularmente favorável. A análise sociológica destas regiões e destes factores, em ligação com o recrudescimento das campanhas dos partidos de direita e das organizações terroristas da extrema-direita, passa pelo caracterizar destas mesmas populações em termos económicos e pelo seu enquadramento no processo produtivo. Não é por acaso que populações exploradas em inúmeras unidades industriais incapazes e de pequena dimensão, trabalhando igualmente a terra em más condições e com baixa produtividade, aparecem agora integradas em campanhas contra o processo revolucionário português, apoiando o regresso de patrões que sempre serviram a troca de baixos salários e de péssimas regalias sociais. Como se vê, não foi difícil tirar partido destas características regionais e dificultar o lúcido esclarecimento dessas populações que têm tudo a ganhar com a sua inte-



Dirigentes do Sindicato dos Têxteis do Porto: «A manutenção dos postos de trabalho significa, antes de tudo, uma reconversão do sector têxtil»

gração em moldes totalmente novos dentro do processo produtivo, o que passa, logicamente, por medidas políticas e sociais que só os próprios trabalhadores, como primeiros interessados, serão capazes de definir. Este é aliás o sentido imprimido pelo «25 de Abril» e confirmado pelas conquistas entretanto alcançadas pelos trabalhadores e que agora não podem ser postas em causa.

SINDICALISTAS E TRABALHADORES CONTAM: COMO FOI E COMO É

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil do Porto abrange os distritos do Porto, Aveiro e Viseu, onde se localizam centenas de empresas deste sector com mais de 70 000 operários. A característica fundamental é o facto de 76 por cento das empresas possuírem menos de cinquenta trabalhadores na sua laboração. Trata-se portanto, na sua maioria de empresas de pequenas dimensões e muitas delas de tipo que poderíamos considerar como de «tipo fami-

mais de cem trabalhadores rondam as setenta empresas. De salientar, ainda, que apenas três empresas naqueles mesmos distritos possuem mais de mil trabalhadores.

A cobertura sindical dos trabalhadores têxteis do distrito de Viseu tem sido feita através de deslocações dos respectivos dirigentes da sede do Sindicato, uma vez que não existe delegação do mesmo naquele distrito. As deslocações têm-se feito a fim de prestar assistência a problemas de trabalho surgidos na actividade dos operários sindicalizados e ainda para manter relações sindicais normais para uma aproximação entre os trabalhadores e a sua organização sindical. Todavia, o Sindicato possui três delegações fora do Porto: S. João da Madeira, Felgueiras e Vila do Conde (as duas primeiras criadas depois de 25 de Abril de 1974).

QUATRO COOPERATIVAS

Dentro do sector e na área abrangida por este Sindicato existem quatro Cooperativas, estando mais três em for-

tudo com abandono das mesmas por parte da entidade patronal, com saídas para o estrangeiro, o que se começou a verificar, com maior incidência, a partir da instituição do salário mínimo nacional e dos aumentos verificados por contratação.

UM CASO DE CREDENCIAIS

Alguns destes casos revestiram-se de pormenores que interessa salientar. Assim vejamos o caso da Fábrica de Malhas «Mara». Nesta empresa havia sido solicitado à banca, pelo patrão, um empréstimo de dois mil contos, o que foi concedido. Dadas as relações anteriores de trabalho dentro da empresa e a desconfiança, por parte dos trabalhadores, de que esse empréstimo não fosse utilizado em benefício exclusivo da mesma empresa, a Comissão de controlo, constituída por trabalhadores já credenciados pelo Ministério conseguiu que a movimentação desse dinheiro só fosse feita com a sua assinatura. Nessa mesma altura, informaram-nos, o patrão alegou motivos de saúde e abandonou a empresa deixando um «procurador» e um gerente cuja actuação é fiscalizada por aquela mesma Comissão. A situação da empresa tem-se normalizado, assegurando-se os postos de trabalho, pagando dívidas em atraso e aumentando a produção. Com artigos já fabricados e antiquados (os conhecidos «monos») os trabalhadores procederam à sua transformação em novos modelos que conseguiram vender, dando provas de um certo poder criativo e conseguindo esgotar todo esse «stock» inútil. Disseram-nos ainda que, após este esforço desenvolvido para a manutenção da empresa e dos postos de trabalho, em número de trinta e três, os operários encaram com certo descontentamento as perspectivas futuras pois é do seu conhecimento que o patrão pretende voltar à fábrica que só existe ainda porque os trabalhadores a conseguiram manter.

O CASO DA SOCOTIL PORTUGUESA

O patrão, um engenheiro belga radicado em Portugal há meia dúzia de anos, abandonou esta empresa em Agosto último. Os 253 trabalhadores da firma produziam praticamente para um só cliente americano (artigos de bebé e de criança). Na altura da sua saída, o patrão belga invocou «que a situação política não

Continua na pag. 12

DÍVIDAS DOS PATRÕES

As dívidas à Previdência, em Outubro do ano passado, ascendiam a mais de 400 mil contos só na indústria têxtil. Por outro lado são inúmeras, muitas dezenas, as empresas que não entregam ao Sindicato Têxtil as quotizações que retiram aos trabalhadores. Neste último capítulo as dívidas atingem cerca de mil contos. Depois da instituição do salário mínimo nacional aumentou o número das empresas que não entrega as quotizações ao Sindicato.

Está em discussão, o que já começou a ser feito no Sindicato dos Têxteis o problema da fusão dos Sindicatos contêneres, tais como: vestuário, tapeteiros e cordoeiros e lanifícios. Pensa-se portanto em englobar estes quatro Sindicatos num só, assim como está adiantada a discussão para a fusão das duas Federações — Têxteis e Lanifícios.

liar». Efectivamente mais de uma centena de empresas do sector têxtil dos distritos do Porto e Aveiro possuem um número de trabalhadores que não ultrapassa as cinco pessoas e, em regra, assentam a sua laboração em mão-de-obra recrutada dentro da mesma família, confundindo-se assim, por norma, as situações de trabalhador e de proprietário dessas mesmas empresas. Por outro lado, cerca de cento e cinquenta empresas, naqueles mesmos distritos, possuem um número de trabalhadores que varia entre cinco e vinte e cinco. Variando entre vinte e cinco e cinquenta trabalhadores existem oitenta e uma empresas, enquanto as que possuem

mação. As já existentes situam-se em Felgueiras (a Cootel) e no Porto (três), funcionando duas delas em muito boas condições. Todas estas Cooperativas se encontram devidamente legalizadas.

Por outro lado existem oito empresas do sector têxtil em sistema de autogestão e ainda mais duas com intervenção do Estado, todas também dentro da área coberta pela actividade deste Sindicato. Dessas oito empresas, seis situam-se na região do Porto e duas em Vila do Conde.

Segundo nos declararam os dirigentes sindicais e os trabalhadores, os motivos da entrada em autogestão dessas seis empresas relacionam-se sobre-

Nacional

A meada enredada

Continuação da pág. 11

estava clarificada» e era sua intenção ir estabelecer-se em Porto Rico, para onde chegou a levar alguns colaboradores os quais, um mês depois, regressaram. A empresa esteve paralisada durante cerca de três meses, no passado verão, após o que o comprador americano esteve em Ovar mostrando,

a fábrica, esgotada a matéria-prima em trabalho intenso, ficou sem fio e sem outras matérias necessárias à laboração. Os trabalhadores conseguiram um empréstimo de 30 contos da banca e foi «à custa da solidariedade de outros trabalhadores que conseguiram singrar», acrescentaram. A empresa conseguiu, graças a este

mento, já não falando nos capitais transferidos para o estrangeiro numa sangria de dinheiro e divisas que agora se abate novamente sobre os próprios trabalhadores.

MANUTENÇÃO E RECONVERSÃO

Na opinião dos trabalhadores e dirigentes sindicais que entrevistámos, a manutenção dos postos de trabalho significa antes de tudo uma reconversão do sector têxtil. Afirmaram-nos que «a crise têxtil, que nem é uma crise comercial ou de encomendas, é sobretudo uma crise de estruturas» referindo a propósito a grande diversidade das suas dimensões, a concentração das empresas deste ramo e o carácter «familiar» de muitas delas. E acrescentaram: «Pensamos que o problema da reconversão, numa primeira fase, tem de atender acima de tudo à manutenção dos postos de trabalho. Depois, a médio prazo e com medidas que têm de ser encorajadas desde já para sua futura aplicação, põe-se o problema do relançamento dos sectores industriais que possam recuperar muitos dos trabalhadores que, num novo dimensionamento, não ficarão na indústria têxtil». Esta é uma questão que o Governo tem de encarar com grande urgência e tendo em atenção certas áreas do Norte, nomeadamente nas regiões de Braga e de Guimarães, onde a grande concentração de empresas têxteis significa, em período de crise profunda no sector, a ameaça de falta de trabalho para milhares de pessoas. Tudo isto é consequência, afirmaram ainda, do carácter anárquico e meramente lucrativo do desenvolvimento industrial no sector têxtil. Por outro lado disseram-nos: «as nossas crises são crises importadas. Com efeito importamos tudo, desde matérias-primas até tecnologia, desenhos, acessórios, etc. Só não importamos a mão-de-obra. Isto é, damos não-de-obra barata e ficamos fortemente dependentes face ao estrangeiro».

Um caso vulgar dessa dependência no campo das matérias-primas foi-nos referido nos seguintes termos: muitas vezes torna-se necessário devolver para países europeus matéria-prima já existente nas empresas portuguesas a fim de poderem adquirir outras matérias-primas mais urgentes. Isto sucede com empresas americanas, suíças, alemãs, etc., as quais exigem garantias para fornecimento de certos produtos que chegam com vulgaridade a casos extremos como estes: empresas portuguesas devolvem tinta azul, por exemplo, por ainda a possuírem em certa quantidade, para que essas empresas estrangeiras lhes entreguem uma tinta amarela, por exemplo também, que é urgente na laboração da fábrica em determinada altura. Quer isto dizer que as nossas empresas se vêem obrigadas a devolver, numa espécie de «hipoteca» com garantia real, produtos já importados e que mais tarde terão que importar novamente. Este problema surge, sobretudo, nas empresas multinacionais e tem-se agravado ultimamente. Isto dá também uma ideia das características de funcionamento das empresas multinacionais e da «confiança» que depositam nas filiais que criam em países como o nosso, fortemente dependentes do estrangeiro e onde, afinal, a mão-de-obra barata, que facilmente têm explorado, significa, no fim de contas, o único aliciente para «auxiliar» o desenvolvimento doutros países como o nosso.

PARA AS LEGISLATIVAS

Recenseamento deve fazer-se entre 10 e 24 de Fevereiro

O recenseamento eleitoral para 1976 decorrerá entre 10 e 24 de Fevereiro, sendo a actualização dos cadernos eleitorais oficiosa e a inscrição de novos eleitores obrigatória. Estas algumas disposições do decreto-lei sobre o recenseamento eleitoral, recentemente aprovado em Conselho de Ministros e só agora distribuído, embora com data de 15 de Janeiro.

O recenseamento que se avizinha servirá para todos os actos eleitorais a realizar no ano de 1976, ou seja, pelo menos para as eleições da Assembleia Legislativa, Presidente da República e autarquias locais.

As operações de recenseamento abrangem a actualização dos cadernos eleitorais elaborados para a eleição da Constituinte e implicam transferências de recenseamento e novas inscrições.

Assim, a transferência verifica-se sempre que o cidadão eleitor deva inscrever-se (o local de recenseamento é na freguesia ou zona da residência habitual) em freguesia diferente daquela em que se encontrava inscrito. A transferência é feita mediante a apresentação de uma certidão de cidadão eleitor, a qual será passada a requerimento do interessado dirigido ao presidente da comissão de recenseamento da freguesia onde se encontrava inscrito. O requerimento será entregue pessoalmente ou pelo seguro do correio desde que a assinatura esteja notarialmente reconhecida.

NOVAS INSCRIÇÕES

Deverão proceder a inscrição, na freguesia ou zona da residência habitual, as pessoas que se encontrem em alguma das seguintes circunstâncias:

- tenham adquirido capacidade eleitoral após o recenseamento anterior;
- residam no território eleitoral (continente e ilhas adjacentes) e que à data do recenseamento anterior se encontravam a residir no estrangeiro ou em território ultramarino sob administração portuguesa;
- não efectuaram a sua inscrição ou não foram inscritos no recenseamento anterior, não obstante possuírem então capacidade eleitoral.

Para as novas inscrições deverão os interessados assinar o verbete ou apor-lhe a impressão digital, se não souberem ou não puderem assinar. O preenchimento do verbete e a sua apresentação à comissão de recenseamento são obrigatórios e poderão ser feitos pelo próprio, por qualquer outro eleitor ou pelos partidos políticos. No acto de entrega do verbete deve ser feita prova documental de que o interessado já é capaz eleitoralmente ou que residia no estrangeiro ou território ultramarino (no caso de não ser possível fazer prova documental basta uma declaração escrita de dois cidadãos eleitores da mesma freguesia, assinada perante a comissão de recenseamento ou com reconhecimento notarial de assinaturas). No último caso em que é possível nova inscrição deve ser apresentado atestado de residência do interessado ao tempo do recenseamento anterior e ainda uma declaração na qual ateste por sua honra que não se inscreveu naquele recenseamento.

Recorde-se que as certidões necessárias para o recenseamento eleitoral são gratuitas e

devem ser passadas no prazo de três dias.

COMISSÕES DE RECENSEAMENTO

As comissões de recenseamento compõem-se de um mínimo de três membros, designados pelo presidente da Câmara ou da comissão administrativa municipal, de entre pessoas reconhecidamente antifascistas e tendo em consideração um justo equilíbrio político.

As comissões deverão estar constituídas até ao dia 30 de

reito da comarca respectiva, o qual deve ser interposto até 17 de Março. Finalmente, o juiz decide, sem recurso, até ao dia 22 de Março.

SANÇÕES

O diploma que vimos resumindo, nos seus aspectos mais importantes, prevê diversas infracções, indicando também as respectivas penas aplicáveis, independentemente de outras mais graves previstas na lei penal.

As infracções mais importan-



A imprensa estrangeira vai afluír outra vez em força

Janeiro, devendo até à mesma data ser afixados publicamente os nomes dos componentes. Depois, no prazo de três dias a contar da afixação dos editais e possível reclamar para o governador civil contra um ou mais dos indivíduos designados para a comissão devendo o governador civil decidir, sem recurso, no prazo de dois dias, por forma a que todas as comissões estejam empossadas até ao dia 5 de Fevereiro.

As comissões de recenseamento funcionarão na sede das juntas de freguesia ou em locais previamente anunciados, todos os dias de 10 a 24 de Fevereiro, das 19 às 23 horas e aos sábados domingos e feriados das 9 às 12.30 e das 15 às 20 horas.

As reuniões das comissões de recenseamento são públicas, não podendo no entanto os assistentes intervir nelas. Por outro lado, prevê-se a possibilidade de os partidos políticos indicarem delegados para cooperar com as comissões.

Terminado o período de inscrição e elaborados os cadernos eleitorais, o que deve acontecer até ao dia 3 de Fevereiro, serão expostas cópias dos respectivos cadernos as quais ficarão patentes até ao dia 10 de Março, para efeito de exame e reclamação dos interessados.

Posteriormente e até 12 de Março qualquer cidadão ou partido político pode reclamar, perante a comissão de recenseamento, das comissões ou inscrições indevidas. A comissão deve decidir as reclamações até ao dia 15 de Março, cabendo da sua decisão recurso para o juiz de Di-

tes e as respectivas penas são as seguintes:

- inscrição dolosa indevida, punida com pena de prisão de seis meses a dois anos e multa de 1000\$ a 10 000\$;

- Obstrução à inscrição, quer por vontade do interessado quer por pressão de terceiros, punida com multa de 1000\$ a 10 000\$ e prisão de seis meses a um ano (se a obstrução for praticada por membro da comissão de recenseamento ou delegado de partido político a pena de prisão será de um a dois anos);

- Impedimento à verificação de inscrição no recenseamento punido com multa de 1000\$ a 10 000\$ e prisão de seis meses a 2 anos;

- Falsificação dos cadernos de recenseamento, punida com prisão maior de 2 a oito anos e multa de 1000\$ a 20 000\$;

- Não cumprimento de quaisquer obrigações impostas por lei, punido com multa de 1000\$ a 10 000\$ (parecem estar neste caso os que por ignorância não procedam ao seu recenseamento).

Constituem circunstâncias agravantes gerais o facto de a infracção influir no resultado da votação e o facto dos agentes serem membros das comissões de recenseamento, ou das massas das assembleias de voto, delegados dos partidos, mandatários das listas ou candidatos a deputados.

A concluir refira-se que a tentativa e o crime frustrado serão punidos como crime consumado e que a condenação em prisão acarreta sempre a suspensão de direitos políticos por período de um a cinco anos.

Da "organização familiar"

Esta indústria foi uma das primeiras a desenvolver-se em Portugal.

O seu rápido desenvolvimento deve-se especialmente a vários factores.

Devido a não ser necessário grande especialização na mão-de-obra, a localização das unidades fabris fez-se essencialmente nas zonas rurais ou semi-rurais. Assim os operários ganham muito pouco e têm pouco poder reivindicativo devido à sua fraca consciência operária e, ainda, por disporem dos produtos agrícolas cultivados por eles próprios e que contra-ponem aos baixos salários.

A fraca especialização necessária leva ainda que a grande maioria da mão-de-obra seja feminina e de menor idade. Esta característica é uma das mais importantes na determinação dos baixos níveis de salários.

A exploração da mão-de-obra barata e a importação das matérias-primas das antigas colónias garantia produtos a baixo preço.

Esta característica abriu-nos as portas dos países capitalistas, que levou a uma produção excedente em 60 por cento em relação àquilo que os portugueses consumiam.

Como a maior parte das empresas são pequenas empresas com menos de 50 operários a sua forma de organização é familiar:

- Os empregados de escritório são família do patrão.
- Os chefes são família ou amigos do patrão.
- Os serviços de vendas ou de pessoal são garantidos quase sempre pelo patrão.

Em algumas regiões a indústria têxtil é a única que existe, é a monoindústria o que provoca que às vezes toda uma família dependa do mesmo patrão.

Um dos mais graves problemas que afectam a indústria é a sua dependência do mercado externo, tanto nas vendas como na compra das matérias-primas.

A crise económica internacional, agravada ainda pelo boicote que os países capitalistas nos estão a mover causam-nos graves problemas não só na diminuição da nossa exportação como também no fornecimento de matérias-primas como por exemplo fios sintéticos e corantes necessários às estamparias e tinturarias.

Como Portugal produz muito mais do que aquilo que gasta, é absolutamente indispensável vender para o estrangeiro, se o não conseguirmos as consequências são imprevisíveis.

do-se interessado em continuar a comprar os produtos da Socotil. A empresa arrancou com uma Comissão de Gestão, dado que o patrão desaparecera e obteve-se auxílio da banca. Hoje, a Socotil labora normalmente com encomendas asseguradas para mais de seis meses, arranjando entretanto novos clientes noutros países incluindo países socialistas. Disseram-nos ainda que as perspectivas de trabalho e produção são muito boas e que foi feito um planeamento das despesas. Em princípios de Janeiro, o patrão belga telefonou para a Socotil pedindo para ser recebido pela Comissão de Gestão e, disseram-nos os nossos entrevistados, o patrão pediu inclusivamente «documentos para analisar a situação financeira actual».

O CASO DA RAMIRO E BALDAQUE

Neste caso, disseram-nos os trabalhadores, as relações sempre haviam sido difíceis com a entidade patronal. Em Maio último o patrão possuía dois mil contos de matéria-prima e pediu aos trabalhadores para fazerem turnos a fim de aumentar a produção, no que estes, em número de 35 concordaram. Acontece porém, disseram-nos os nossos entrevistados, que em fins de Junho o patrão vendeu os produtos existentes e «entregou as chaves» aos trabalhadores abandonando a empresa. Os trabalhadores tiveram que andar a vender alguma coisa que havia, pelas portas, a fim de obterem parte do salário que não lhes havia sido pago. Entretanto,

uma relativa normalização mas, concluíram, o patrão agora também vem reclamar os seus direitos como proprietário da mesma. Informaram-nos ainda que o patrão desta empresa teve a conta bancária congelada por ordem superior, que mais tarde foi descongelada por ordem do Comando da Região Militar do Norte mas que, na altura do descongelamento, o patrão continuava a dever dinheiro aos trabalhadores e à Caixa de Previdência, a quem não pagou.

Nos outros casos da auto-gestão de empresas os trabalhadores tiveram que actuar por razões idênticas às já citadas, as quais iam desde incompetência e desinteresse pela gestão das empresas até às ameaças de encerramento e de despedimentos, fugas de dinheiro e lucros fabulosos para despesas pessoais, incluindo ordenados a familiares que nem sequer trabalhavam nas empresas que vieram a ser dirigidas pelos trabalhadores. Acima de tudo havia a preocupação de manter os postos de trabalho e manter a produção, o que só graças aos trabalhadores foi conseguido. Disseram-nos ainda que os trabalhadores são agora acusados de «roubar» as fábricas aos patrões, mas perguntam com que dinheiro se construíram as casas de luxo, no campo e na praia, se compraram aviões e automóveis caros, com que dinheiro se jogou nos casinos e se fizeram viagens de férias ao estrangeiro enquanto em muitas empresas a obrigação de pagar o salário mínimo levou os patrões a fazerem ameaças de desemprego, de encerra-

Estrangeiro

O primeiro-ministro espanhol procura ganhar tempo

MADRID, 30 — (Por François Pelou, correspondente da FP) — «Surpresa e pesar», causaram na presidência do Governo as críticas violentas, unânimes e incomprensíveis — acentua-se — que acolheram no país o discurso de Carlos Arias Navarro pronunciado na quarta-feira ante as Cortes.

Nos círculos chegados à presidência afirma-se que o essencial das medidas anunciadas tinha sido aprovado previamente por todos os ministros, designadamente os considerados mais liberais.

Acrescenta-se que tais medidas são de «grande alcance», embora o chefe do Governo não tenha querido dar, perante «o auditório das Cortes», mais esclarecimentos sobre o seu teor.

Reconhece-se, no entanto, que a forma do discurso, da autoria do presidente, pode ter sido desajeitada e que poderia ter sido dirigida a outro auditório. As imprecisões, os «sim, mas...», os considerandos que, demasiado frequentemente, acompanharam, contradições, as decisões mais positivas, terão sido certamente um erro.

As críticas registadas em todos os meios, tanto entre a oposição como da parte dos liberais moderados, qualificam o discurso de «impreciso, conservador, enganador, inaceitável na Espanha de hoje». E,

salienta-se, «uma marcha atrás, puro franquismo», — sem falar no «tom ameaçador e agressivo», que «se julgava desaparecido com o regime precedente».

A imprensa, ontem de manhã, fazia-se eco, livremente, destas críticas, nomeadamente das feitas por certos procuradores liberais das Cortes, provavelmente as mais áspers.

Na roda da presidência do Governo tenta-se explicar deste modo a posição delicada de Arias Navarro: os conselhos de moderação, ao que se diz, vieram de cima, e o chefe do Governo teve que ter em conta a «prudência» aconselhada pelo «Exército e certos elementos importantes da economia». Além do mais, era dirigido aos procuradores das Cortes que são — e ele bem os preveniu — «membros da última legislatura de Franco».

Por isso, Navarro adoptou um tom duro para acalmar gente já desconfiada que considere o Governo actual traidor ao franquismo.

Mais ainda: Navarro, tanto como os espanhóis, não quer uma «portugalização» do país. Neste caso — sublinha-se — o famoso «Leitmotiv» da «Lei e a ordem», que acordou em redor de Nixon a maioria silenciosa norte-americana, funcionou ainda com mais força em Espanha, onde continua viva a recordação das hecatombes da

guerra civil. Arias Navarro quis dizer ao falar firmemente: «Não serei um Spínola». Reconhece-se que ele talvez tenha ido demasiado longe nesta direcção, mas o seu método sempre foi de ganhar tempo e de contemporizar com elementos que não querem contemporizar.

Não deixa de ser verdade que as reformas anunciadas, apesar do que muito justamente se condena, conservam toda a sua substância. Assim, destaca-se que, por respeito pelos procuradores, Arias não falou de partidos políticos, termo banido pelo general Franco. Mas o significado era o mesmo. Só fechou uma porta: a do comunismo totalitário, a qual permanecerá encerrada num futuro previsível.

Haverá duas câmaras: a Câmara Alta, o Senado, que será corporativa, formada por elementos das Cortes actuais e membros do Conselho Nacional. A segunda será composta por deputados eleitos por sufrágio universal directo. Arias Navarro também não pronunciou tais palavras, mas estavam implícitas quando aludiu ao sistema parlamentar das democracias europeias. Seria preciso ser mais positivo? — pergunta-se.

Quanto à autonomia das regiões, assunto tão escaldante como os outros tabus franquistas,

poderá ir, se as regiões desejarem, até ao federalismo. O Governo aceitou o seu princípio.

Do mesmo modo, Navarro não pronunciou as palavras referendo popular, mas o povo será obrigatoriamente chamado a votar duas vezes quanto às reformas da monarquia e das instituições.

No relativo às reformas sindicais, assegura-se que o Governo está a encará-las, mas que está tão dividido como os movimentos clandestinos ou outros acerca das vantagens e inconvenientes dos sindicatos únicos ou de uma ou outra fórmula. Citam-se, a propósito, as palavras de uma delegação de um país democrático europeu, ligada aos partidos da oposição clandestina, pondo de sobreaviso o Governo contra os perigos de um sindicato único, «presa fácil para os comunistas». Mas não faltam outros argumentos igualmente anticomunistas contra o pluralismo dos sindicatos.

Esta confusão a respeito do futuro sindical é, aliás, notada também entre os próprios operários.

Nos meios da Presidência reconhece-se que Navarro foi impreciso, mas — acrescenta-se — permanece intacta a determinação do Governo e convém aguardar realizações concretas.

Balas de borracha contra manifestantes

MADRID, 30 — (ANOP) — A Polícia espanhola disparou ontem balas de borracha sobre centenas de manifestantes — na sua maioria mulheres acompanhadas pelos filhos — que em frente do Ministério da Educação pediam mais escolas, escolaridade grátis e melhor ordenado para os professores anunciou a agência Europa Press.

Segundo a mesma notícia, a Polícia perseguiu de bastão em punho, pelas ruas do centro da cidade, alguns dos manifestantes que haviam causado um

monstruoso engarrafamento na hora de ponta.

A manifestação fora convocada em apoio dos professores, milhares dos quais se encontram em greve em diversas cidades espanholas, em virtude de disputas salariais.

Prossegue entretanto em todo o país a agitação laboral. Enquanto algumas empresas conseguem chegar a acordo com os trabalhadores, surgem outras em que as divergências entre o patronato e os operários se traduzem na criação de novos conflitos.

Constituído um "exército do Líbano árabe"

BEIRUTE, 30 — (FP) — O tenente Ahmed Khatib, desertor do Exército libanês, anunciou a criação de um «Exército do Líbano Árabe», em entrevista publicada ontem pelo diário «Al Kifah Al Arabi».

Por outro lado, Zuheir Moshen, chefe do departamento militar da O.L.P. (Organização de Libertação da Palestina), desmentiu as informações dadas por outros dois diários libaneses de que Khatib tinha sido detido pela Polícia síria e levado para Damasco a fim de comparecer ante um tribunal militar. «O tenente Khatib», declarou Zuheir Moshen, que também é chefe da Saika (organização da resistência palestina de obediência básica ou síria) — «representa de certo modo a consciência nacional dos soldados e dos oficiais do Exército libanês».

O tenente Khatib qualifica a sua unidade de «Exército autónomo apoiado pela resistência palestina».

«Consideramos», disse ele — «que a causa palestina é a do Líbano e que a linha política seguida pelo movimento progressista é a nossa».

Entretanto, continua por resolver, uma semana após a entrada em vigor do cessar-fogo no Líbano, o problema do campo palestino de Dbayeh, a uma dezena de quilómetros, a Norte de Beirute.

É actualmente o único dos 15 campos palestinos do Líbano que não se encontra sob o domínio da O.L.P., situado na região cristã do monte Líbano, este campo foi ocupado em 14 de Janeiro passado pelos milicianos das falanges e do Partido Nacional Liberal. Foi em seguida entregue a uma comissão local que compreende habitantes da aldeia de Dbayeh e representantes das falanges e do P.N.L. A resistência palestina está ausente desta comissão.

Uma fonte falangista indicava que nada de concreto foi decidido quanto ao futuro deste campo. De qualquer maneira — acrescentava-se — está posta de parte nova introdução de armas ali.

Vivem em Dbayeh à volta de três mil palestinos cristãos.

Caleidoscópio

FASCISMO

MOSCOVO, 30 — (F.P.) — O jornal «Estrela Vermelha» inquieta-se, na sua edição de ontem, com a extensão do fascismo no Mundo e, em particular, com a sua penetração nas Forças Armadas, nos serviços secretos e na Polícia.

DESEMPREGO

NOVA IORQUE, 30 — (F.P.) — Os países da Europa Ocidental, em particular a Itália, devem o mais rapidamente possível impulsionar a sua economia e lutar sobretudo contra o desemprego sob pena de se encontrar em breve numa situação susceptível de levar os comunistas ao Poder — comentou ontem o «New York Times».

Com 14 milhões de desempregados nas dez principais nações da Europa Ocidental, há o perigo de que um número crescente de cidadãos desses países acabem por considerar que a acessão dos comunistas ao poder seria um mal menor do que um desemprego crónico — escreveu o editorialista do jornal nova-iorquino.

A ascensão do comunismo, em particular no caso da Itália, não obstante os avisos do chanceler Helmut Schmidt da Alemanha Federal ou do secre-

tário de Estado Henry Kissinger, nem pela distribuição de seis milhões de dólares a alguns políticos — prossegue o jornal. O que é preciso — acrescenta o «New York Times» — é um sério impulso económico que poderia ser facilitado por uma «concessão de créditos da parte dos Estados Unidos e da Alemanha Federal».

NAMÍBIA

NAÇÕES UNIDAS, (Nova Iorque), 30 — (R.) — Espera-se que o Conselho de Segurança adopte hoje uma resolução pedindo eleições fiscalizadas pelas Nações Unidas destinadas a decidir o futuro da Namíbia (Sudoeste africano) e para que a África do Sul retire desse território.

CHAMPANHE

EPERNAY (França), 30 — (R.) — Um total de 122 173 580 garrafas de champanhe foram vendidas o ano passado — cerca de 16 por cento mais que em 1974 — revelam estatísticas hoje publicadas em Epernay.

Do total, pouco mais de 28 milhões de garrafas foram exportadas — o que equivale a uma quebra de 5,76 por cento em relação a 1974.

Trudeau na Venezuela

CARACAS, 30 — (ANOP) — Depois de visitar o México e Cuba, chegou ontem a esta cidade, para uma visita de cinco dias à Venezuela, o primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, cuja viagem aos três países é a primeira de tal magnitude feita à América Latina por um chefe de Governo canadiano.

Durante a visita — diz-se ex-

tra-oficialmente — Trudeau aproveitará para fortalecer entre o Canadá e a Venezuela as relações económicas, políticas e culturais, e para examinar, com o presidente Andres Perez, assuntos relacionados com a proibição de armas nucleares e a evolução das relações económicas entre as nações desenvolvidas e em vias de desenvolvimento.

REIVINDICAÇÕES BASCAS

MADRID, 30 — (FP) — O comité executivo do Partido Socialista Basco apresentou ao Governo espanhol determinado número de reivindicações sobre o estatuto do País Basco, em documento que ontem foi tornado público.

Com uma influência algo limitada devido à implantação do Partido Socialista Operário Espanhol na região basca, o Partido Socialista Basco exige um estatuto autónomo, liberdade de expressão, direito ao «autogoverno» (por referência ao Governo autónomo nascido do estado de autonomia de 2 de Outubro de 1936), a possibi-

lidade de utilizar o termo «Euzkadi» para designar o País Basco e a liberdade de utilizar uma bandeira própria.

O Partido Socialista Basco pede ainda que seja posto termo à confusão voluntariamente mantida durante 40 anos entre as noções de «autonomia» e de «separatismo».

Por último, o documento denuncia as incessantes campanhas que se encarnam em classificar de separatistas e de subversivas todas as cerimónias pacíficas através das quais o povo basco tenta reafirmar a sua identidade.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telet. 57 40 73
LISBOA

COMUNICADO

Assembleia Geral Orçamento Geral 1976

Comunica-se a todos os sócios que se encontra à sua disposição na sede do Sindicato, onde pode ser levantado a partir de hoje, sexta-feira, dia 30, o projecto do Orçamento Geral para o ano 1976. Lembramos que a Assembleia Geral terá lugar, no próximo dia 2 de Fevereiro, pelas 21 horas; na Voz do Operário.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1976.

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS MAQUINISTAS PRÁTICOS, AJUDANTES E ARTÍFICES DA MARINHA MERCANTE DO DISTRITO DE LISBOA

TELEFONE 63 77 70

RUA JOSÉ DIAS COELHO, 5, 2.º ESQ.
(AO LARGO DO CALVÁRIO)

LISBOA - 3

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

De harmonia com o que se estatui nos preceitos legais, convoco para o dia 5 de Março de 1976, pelas 20.30 horas a Assembleia Geral Ordinária deste Sindicato que se realizará na Casa dos Marinheiros Mercantes, sita na Calçada Salvador Correia de Sá, n.º 42-2.º em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Apreciação e votação do Relatório e Contas de 1975
- Apreciar e deliberar sobre o Orçamento Geral para 1976

Lisboa, 29 de Janeiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Joaquim Jorge Mateus

Espectáculos

Tailândia contra pornografia na tela

Indignadas por causa da vaga de filmes pornográficos rodados no país por entidades estrangeiras que apresentam a Tailândia como «uma alcova de luxúria», as autoridades decidiram proibir a exibição em todo o território de todas as películas do género realizadas interna ou externamente, informa de Bangkok a agência Ansa.

KENNEDY?

NOVA YORK, 29 (ANSA/ANOP) — Um romance de Richard Condon intitulado «Winter Kills» («O Inverno Mata») será adaptado ao cinema pela Stirling Gold Ltd., uma casa de produção e distribuição com sede em Nova York.

O trabalho começará a meio deste ano em Los Angeles, es-

tando já contratado Fred Segal para escrever o argumento desta obra sobre «O assassinio de um presidente norte-americano nos anos 60».

GIANNI SIRAGUSA EM 35 MM

GÉNOVA, Itália, 29 (ANSA/ANOP) — Começou na região de Génova a tomada de exteriores de «4 Minutos por 4 bilhões», a obra-prima de Gianni Siragusa que a «Bairo Cinematográfica» assumiu o encargo de transformar em filme.

Uma mensagem contra a violência é praticamente o tema desta película que terá como intérpretes principais Lea Lander, John Richardson, Antonio Sabato e Attilio Severini.

"Jeanne Dielman" - obra prima no feminino

Para mim, declarava Chantal Akerman durante a última Biennale de Veneza, Jeanne Dielman é um filme que começa onde os outros geralmente acabam, quando o realizador diz: Conto!

Jeanne Dielman, 23, quai du Commerce, 1080 Bruxelles, seu título original, é, de certo modo, o retrato em tamanho natural, sem embelezamentos, de uma dona de casa de Bruxelas, viúva há seis anos, mãe de um rapaz de dezasseis, confinada num apartamento-fortaleza, sem outro horizonte que não sejam as tarefas domésticas que ocupam a maior parte do seu tempo.

Quando o marido morreu, Jeanne não quis trocar a vida de mulher de sua casa pela independência possível de um trabalho fora. Para ganhar a vida ela recebe diariamente, ao fim da tarde, um «cliente», sempre na maior discrição, e sem que a ordem pequeno-burguesa da sua existência seja minimamente perturbada: Jeanne ainda ignora a revolta

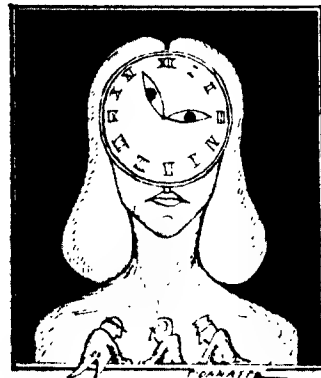
e aceita a imutabilidade do seu destino. Toda a sua afeição recai no filho que, no entanto, começa a fazer perguntas.

Um dia o choque produz-se e o belo edifício insonorizado onde ela se protegia dos ecos do mundo exterior, começa a estalar e as falhas, profundas, vão praticamente cortar em dois a personalidade de Jeanne: a mãe de família, a dona de casa, descobre a aventura na prostituição, encontra bruscamente a feminilidade, vê os antigos constrangimentos. O que até então fora natural, surge como uma agressão. E a revolta leva-a a matar numa das cenas mais fortes da história do cinema, uma cena digna do melhor Stroheim.

Para dizer estas coisas horríveis, Chantal Akerman utiliza a doçura mais insidiosa, abafa a narrativa numa duração átona sem altos nem baixos aparentes. A acção, se se pode usar semelhante termo, concentra-se em quarenta e oito horas desigualmente separadas em três dias. Na verdade

nada se passa, e Chantal Akerman acentua esse sentimento de uma continuidade sem acontecimentos, desprovida de peripécias e recusando o menor recurso aos processos da narrativa cinematográfica clássica, isto é, em primeiro lugar o grande plano e o travelling óptico (o «zoom»). Tudo acontece num clima de neutralidade cuidadosamente mantido, tudo parece insignificante.

No entanto, Jeanne Dielman não tem nada de comum com o antigo neo-realismo de Roberto Rossellini; ou de Vittorio de Sica: nem paisagem Umberto D. Chantal Akerman pega no cinema onde Antonioni o deixara na Aventura e dá uma volta até à vanguarda americana que conheceu muito bem em Nova Iorque: Andy Warhol e Michael Snow ensinaram-lhe a arte de ler na banalidade do familiar, de pôr em evidência a usura do tempo. Ela volta à velha Europa do cinema literário, de Marguerite Duras, de Robbe-Grillet. Nem mesmo procura escrever um romance,



põe directamente na película os seus fantasmas, a sua própria revolta.

Jeanne Dielman só na aparência é um filme duro, difícil: de uma limpidez quase impudica, convida-nos a repor em questão toda a nossa percepção do quotidiano, a encontrar de novo as palpitações secretas que trabalham na sombra a nossa sociedade.

Jeanne Dielman é um poema. Não é possível dissociar nesta extraordinária realização, a parte da autora, a de Delphine Seyrig que interpreta a figura de Jeanne Dielman, a de Babette Mangolte, senhora da máquina de filmar. Jean Dielman é, decerto, a primeira obra-prima feminina da história do cinema.

(c) Le Monde

"LUA DE PAPEL" — o plágio televisivo

«Paper Moon» ((Lua de Papel)) foi um êxito do cinema, de Peter Bogdanovitch, com Ryan O'Neal e sua filha Tatum nos principais papéis. A TV, seguindo o rasto, criou 13 episódios «inspirados» na «Lua de Papel» e foi ao ponto de recrutar artistas com pareenças físicas com os actores do enorme sucesso da Paramount.

Por detrás destas séries que a RTP agora apresenta, a história conta-se assim:

O enorme êxito conseguido pelo filme «Paper Moon», de Peter Bogdanovitch, catapultou para o estrelato a jovem Tatum O'Neal, filha de Ryan O'Neal, ele próprio protagonista do filme graças ao qual a pequena Tatum conseguiria o «Oscar» de Hollywood para a melhor actriz de 1973. A Paramount, produtora da película, pretendeu realizar uma segunda parte dado o «negócio à vista» da dupla O'Neal. Porém, o pai Ryan já decidira que a filha não voltaria a fazer cinema até que tivesse idade bastante para tomar por si própria decisões quanto ao futuro. Face a tal decisão, a Paramount só restava um caminho: estudar de novo e sob nova óptica as potencialidades, enormes, do tema. E foi o que fez, decidindo-se não pela realização de uma longa metragem mas de uma «série» televisiva, para a qual buscou afanosamente dois intérpretes que substituissem os O'Neal.

Encontrar um actor que se assemelhasse a Ryan, acabou por ser mais fácil do que parecia. Com efeito, os observadores da Paramount centraram desde logo a sua atenção no actor Christopher Connelly que havia sido protagonista dos 450 episódios de uma das séries de maior audiência nos Estados Unidos, «Peyton Place» (que revelou Mia Farrow). Connelly é, aliás, um dos actores da nova geração mais cotados, quer no cinema, quer na TV. Entre as dezenas de séries em que interveio salientam-se, além da já indicada, «Mannix», «Barnaby Jones», «Brian Keith Show» e as nossas conhecidas

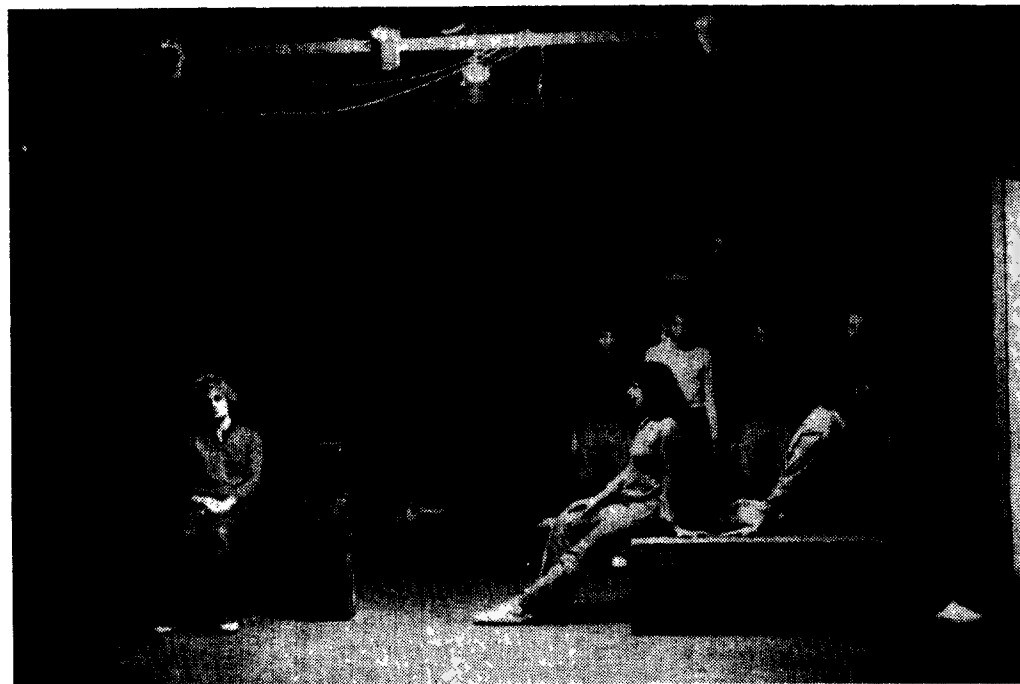
«Missão Impossível» e «Dr. Marcus Welby».

O que já não foi tarefa fácil foi encontrar substituta para a pequena Tatum. Tornava-se necessário alguém não apenas muito semelhante fisicamente, mas também com talento que não desmerecesse o estupeficiente trabalho realizado pela heroína da versão cinematográfica de «Lua de Papel». Centenas de jovens candidatas a actrizes, e mesmo algumas «veteranas» da tela grande, como da pequena, foram submetidas a provas bem rigorosas. E, finalmente, os produtores acertaram na escolha. Uma jovem ruiva, irrequieta como Tatum, e com notáveis pareenças físicas com ela, como se impunha, iniciava assim uma caminhada para a fama. O seu nome: Jodie Foster.

Jodie tinha já um «passado» deveras curioso, sempre ligado ao espectáculo TV. Aos quatro anos estreou-se num episódio da série «Mayberry RFD», e pôde dizer-se que desde então e até agora (conta 11 anos) nunca mais deixou de frequentar os estúdios especializados na rodagem de um tipo de filmes que constitui o «alimento» mais substancial não apenas de TV do seu país mas de todos os países. Pequenas intervenções, mas que lhe possibilitaram o treino suficiente para o lugar em «Lua de Papel». Jodie tem o seu nome ligado a séries como «O Maravilhoso Mundo de Disney», «Daniel Boone», «Bonanza», «Kung-Fu», «Ironside» e «Histórias de Amor».

Mas «Lua de Papel», de que a RTP passará 13 episódios — o que quer dizer que teremos a sua companhia até aos primeiros dias de Abril — não é apenas Jodie Foster e Chris Connelly. É, também, uma série que tem o alicante de recriar as belas paisagens do Oeste americano, onde, aliás, se filmaram os exteriores, sob a direcção de alguns realizadores credenciados no género: Donald Wrye, Jack Shea, James Frawley e Jerry Paris. Com tal rigor são feitas as reconstituições, de tal modo foi criado o ambiente peculiar ao desenvolvimento das histórias que esta «Lua de Papel», pelo menos sob estes aspectos, não fica distante da inolvidável película de Peter Bogdanovitch que esteve na origem da série.

"O Grande Cidadão" em Campolide



O Grupo de Teatro de Campolide prepara uma peça de Virgílio Martinho, «O Grande Cidadão», para a sua reaparição pública.

«O Grande Cidadão», adaptação cénica daquele autor feita a partir de um romance seu com o mesmo título, coloca o problema da degenerescência humana do fascismo e do carácter humanista de resistência que lhe é oposta.

A peça é encenada por Joaquim Benite e tem direcção musical de Carlos Paredes. A estreia está prevista para breve.

Teatro

A RTP apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»

de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinês», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

C. P. — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

AVISO CONCURSO

Até às 17 horas do dia 5 de Fevereiro de 1976, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a exploração do restaurante e cantina da estação da Guarda.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 40 000\$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C.P., a caução provisória de 6 600\$ e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

Guarda.
Entroncamento.
Serviço Comercial da Região Norte.
PORTO (SÃO BENTO)
Serviço Comercial da Região Centro.
LISBOA (ST. APOLÓNIA)
Serviço Comercial de Passageiros.
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar — LISBOA-2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, Estação de Santa Apolónia, 1.º andar, LISBOA-2, acrescentando-se aquele endereço, no invólucro, o seguinte:

«Proposta para a exploração do restaurante e cantina da estação da Guarda».

CURSOS

Estão abertas as matrículas até 5-2-76 para os cursos de Perfunção/Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início dos cursos 6-2-76. As inscrições são limitadas. Matrículas no

EXTERNATO CONTINENTAL
T. 344272-R. do Arsenal, 100-1.

MARIA VITÓRIA

TODOS OS DIAS

2

SESSÕES

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:
1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora

Força, Força,

Camarada Zé!



FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora»

Salvador Florbela
Henrique Santana

Vitor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AOS DOMINGOS E FERIADOS
«MATINÉE» às 16 horas
As 2.ª-feiras: Descanso da Companhia

TEATRO INFANTIL
AOS SÁBADOS
às 16 horas (para todos)

«O PRINCE DAS ORELHAS DE BURRO»

Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (SÓ !)

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

ECONOMIA: FOGE ENTRE AS MÃOS COMO UMA ENGUIA

Nada é fácil. Tudo é fácil. Economia, finanças, poesia, turismo, política, música. Tudo fácil quando vivemos, quando entendemos unicamente por ciência ou também por ciência acrescentada. Tudo é fácil, por exemplo, quando falamos com os nossos pares.

Tudo é difícil quando estamos a milhas dos problemas. Quando não há ninguém capaz de inventar, em nossa intenção, binóculo de grande alcance. Ou quando estamos na situação daquela mulher do povo que só aguentou a primeira parte de uma peça com Palmira Bastos: «Estavam lá a dizer coisas que não me diziam respeito...»

Entender economia é fácil, por exemplo, quando falamos com Eugénio Rosa. Recordo-me igualmente de uns artigos de Sérgio Ribeiro, sobre economia, tão fáceis de entender, tão fáceis de entender por todos que a censura achava melhor cortá-los.

Nem toda a gente possui qualidades de divulgador. É um dom. Langevin, por exemplo: até o leitor simples ficava a pensar que tinha compreendido a relatividade restrita.

Na ausência de dom genial (são poucos os eleitos...) louvemos os esforços para tornar legível o seu discurso, desenvolvidos pelo eng. Sousa Gomes. Certamente não conseguiremos crer que por razões

que o ultrapassam: a vastidão da matéria e uma certa contenção para não permitir fortes infiltrações ideológicas no seu discurso.

Nesta confusão de investimentos importaria antes de mais nada determinar o ângulo da aplicação deles. Não basta falar em classes mais desprotegidas. Não basta amandar pra frente com as prioridades. Não basta tratar de planos ou projectos de planos, ou tentativas de projectos de planos, ou qualquer coisa assim. Há que saber, antes de mais nada, quem vai ao leme, dada a impossibilidade de afastar a hipótese da luta de classes, na sua função de motor da História. Porque, meu caro Sousa Gomes, é indispensável criar riqueza se queremos distribuir riqueza; mas tudo dependerá, na prática, de quem proceder à distribuição...

Isto é tanto assim que a única pergunta verdadeiramente quente do serão ficou sem resposta. A pergunta veio de Saarsfield Cabral que pretendia tão quazinadamente saber quando saia o tal decreto sobre o controlo operário...

E a verdade é que, sem um pormenor tão simples como esse, e outros que tais, qualquer plano de investimentos a seguir num plano inclinado.

Mais uma vez chama a atenção para a incrível estopada destes sessenta minutos de

alta escola em matéria de monólogos. Duas correcções possíveis: o responsável da cátedra prescinde da introdução; os participantes na conversa, em vez de doutores, serão três responsáveis operários de grandes organizações — para ontem, por exemplo, a Intersindical, o Sindicato da Construção Civil e o Sindicato dos Metalúrgicos.

É que, se realmente vamos ainda a caminho do Socialismo, não será tempo de nos lembrarmos na televisão portuguesa, que há uma classe operária em Portugal?

PARA UMA POLÍTICA DO LIVRO

Com todas as letras, um programa coordenado por Joaquim Soares da Costa, Manuel Costa e Silva, e ainda pelo digníssimo director-geral da Cultura, doutor Eduardo Prado Coelho, levou-nos ontem até à *Diabril*, cooperativa de autores, a propósito da abertura de uma livraria ali a Campo de Ourique. Orlando Neves, com simplicidade notável, falou-nos da actividade da cooperativa, mais ainda: falou-nos da sua necessidade. Na realidade, os autores devem evitar os habituais esquemas comerciais que, em geral não dinamizam, e pelos quais acabam por ser, muitas vezes, devorados.

No seguimento desta sugestão, Soares da Costa conversou com dois livreiros: Hipólito Clemente, da *Opinião* e Edmundo Costa da *Moraes*.

Dificilmente poderia escolher melhor. Quem anda e ciranda por livrarias desta cidade conhece bem as qualidades de ambos: de um lado, maior experiência, do outro mais juventude — mas a mesma paixão pelos livros, em ambos, o mesmo interesse em colocar o leitor certo no caminho do livro certo. Quem quiser ver como se trabalha com amor e com

a ciência de quem sabe do ofício, peça o auxílio do Hipólito e do Edmundo (Edmundo, aquela pequena livraria nos dias escuros que a tua presença iluminava...)

Um dos temas com mais interesse debatidos foi o da necessidade de uma política nacional do livro. Realidades, tristes realidades, a ultrapassar: o preço do livro; a inexistência de um Instituto do Livro; as deficiências do circuito do livro que passa fora do circuito popular; a necessidade da regionalização do comércio livreiro, etc.

Dois assuntos, que me desculpem os entrevistados, ficaram por tratar. Um diz respeito à urgente estruturação da Imprensa Nacional. O outro refere-se à urgente necessidade de criar uma vasta rede de bibliotecas públicas. Quem como eu assistiu ao funcionamento das bibliotecas públicas em alguns países socialistas, pode testemunhar como se encontra aí um factor decisivo da cultura popular e da expansão do livro.

Não sendo nem livreiro nem editor, aí fica a minha contribuição para o debate.

COMUNA
Teatro de Pesquisa

DIARIAMENTE, às 21.30

F O G O !

TEXTO COLECTIVO
DOMINGO — Matinée
às 18 h.2.ª FEIRA — DESCANSO
Preço único — 20\$00
PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVA
Tel. 762624

Hoje



«Eleonora»

I PROGRAMA

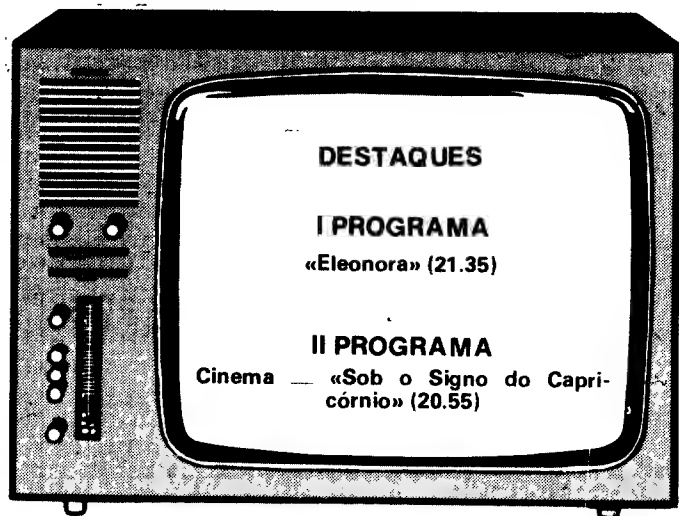
- 19.00 Abertura e «Zé Palerma Desportista» — peça de fantoches.
19.35 «David Copperfield» — série filmada baseada no romance de Charles Dickens. Realização de Joan Craft, com Collete O'Neil, Pat Keene e John Gill — 6.º episódio — 2.ª parte.
20.05 «Viagem de Inverno», de Schubert — 4.º e último programa do ciclo de 24 canções de Schubert, interpretadas pelo barítono José de Oliveira Lopes. Transmissão dos Estúdios do Porto.
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 Afinal como é? — um programa pelo dr. Pitacas Antunes.
21.35 «Eleonora» — série filmada — 3.º episódio — produção da Radiotelevisão Italiana. Realização de Silverio Blasi com Giulietta Massina e Giulio Brozi nos principais papéis.
22.40 Telejornal — 3.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e a série «David Copperfield»
20.55 Noite de Cinema — «Sob o Signo de Capricórnio» («Under Capricorn») — com Ingrid Bergman, Joseph Cotten e Michael Wilding. Ano de produção: 1949. Realização de Alfred Hitchcock.

A vida de um ex-condenado, numa colónia penal da Austrália, e o drama familiar que se vai adensando à medida que a história se desenvolve.

- 23.00 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
23.30 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

12.45: Abertura e Fronteiras do Amanhã; 13.00: Retrospectiva — revista desportiva; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e da TV; 13.35: Programa Musical; 14.00: Desenhos Animados; 14.25: Falar Educação; 14.55: Série filmada; 15.45: Ensaio; 15.55: Tesouros do Museu Britânico; 16.25: Fungagá da Bicharada; 17.50: Cinema de Amadores — um programa da Federação Portuguesa de Amadores; 18.15: «Lua de Papel» — série filmada; — transmissão em gravação da 2.ª parte do concerto realizado no Tivoli com a participação da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional sob a direcção do maestro Yvval Zaliouk. No programa: Sinfonia n.º 3, em mi bemol maior, op. 55, «Heróica», de Beethoven; 19.40: Memórias do Nosso Tempo — a Grande Guerra — esta história pode durar muito tempo — realização de John Terraine; 20.10: Cada Dia uma Esperança — um programa pelo dominicano Luís de França; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.45: Noite de cinema «Aldeia da Roupas Brancas»; 00.00: Telejornal — 3.ª edição; 00.15: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e Desenhos Animados; 20.25: Ver; 20.35: Expedição; 20.55: Tesouros do Museu Britânico; 21.25: Foi êxito na TV — «Os Camponeses» — «O Fogo» — realização de Jean Rybrowski com Wladyslaw Hanczarski; 22.20: TELEJORNAL; 22.45: Fecho.

CONVITE A NUMISMATAS

A Sociedade Numismática do México convida, por intermédio da Embaixada de Portugal na Cidade do México, todos os numismatas portugueses para a «Convenção México 76» que se realizará no Hotel Fiesta Palace daquela cidade nos dias 25, 26 e 27 de Março do corrente ano.

Os modelos dos documentos que deverão ser preenchidos por todos aqueles que desejem participar na referida convenção deverão ser solicitados à Sociedade Numismática de México, A.C. — IV Convención Numismática Internacional México 76 — Eugénia 13-301, México, D.F.

REVOLUÇÃO
SALDOS

ARMAZÉNS NIMBO

TRAV. DA BOA-HORA, 43-A-B (AJUDA)
TELEF. 63 47 24

★ ★ ★

ARMAZÉNS BRASIL

RUA DO LORETO, 6 - 8 (CAMÕES)
TELEF. 32 27 23

★ ★ ★

ARMAZÉNS FIM DO SÉCULO

RUA DA ESCOLA PRIMARIA, 12-B
(COVA DA PIEDADE)
TELEF. 2 76 81 42

★ ★ ★

POP BEXIGUINHA

RUA ANTÓNIO PEDRO, 171 - 1.ª (CHILE)
TELEF. 53 35 95

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

ESCOLA SUPERIOR DE MEDICINA DENTÁRIA

AVISO

Aceitam-se candidaturas para a docência das seguintes disciplinas a ministrar na Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, em regime de contrato:

Dentisteria Operatória
Cirurgia Oral
Patologia Oral
Endodontia
Gnatologia
Radiologia e Anatomia Radiológica
Prótese Fixa
Prótese Removível Parcial
Ortodontia
Odontopediatria

As respostas, acompanhadas do «curriculum» deverão ser enviadas até ao dia 16 de Fevereiro de 1976, para: Escola Superior de Medicina Dentária — Av. 5 de Outubro n.º 107, 7.º andar, Sala 701 — Lisboa, 1

Desporto

ANDEBOL:

dinheiro é pomo de discórdia

Os representantes dos clubes lisboetas estiveram uma vez mais reunidos, para debaterem o passado e esboçarem o futuro do andebol português. Presente a esta segunda reunião o prof. Vital de Melo, inspetor da modalidade, representante da Direcção-Geral dos Desportos.

A reunião foi um autêntico «lavar de roupa suja», que não terá aproveitado a ninguém. Quase todos os representantes dos clubes puseram em dúvida a legalidade ou o critério usado pela Federação, no que concerne à distribuição das verbas e, mais do que isso, à forma como elas terão sido administradas. Foi nota comum a censura à política da direcção federativa, no que toca à administração dos dinheiros, até porque quase todos os repre-

sentantes clubistas reclamaram que nada haviam ainda recebido de uma determinada verba atribuída pela D.G.D. Apenas um emblema não abordou este tema: foi o Clube Oriental de Lisboa, que defendeu a tese de uma urgente alteração dos regulamentos, já que, os que regem actualmente a modalidade, são anacrónicos, estão ultrapassados e não servem o interesse geral.

A certa altura, deparou-se com uma realidade verdadeiramente inacreditável: serem os próprios clubes e antecessores, só faltando a aprovação de uma moção verberando a sua própria actuação...

No final (já longa a noite e já muitos representantes dos clubes haviam abandonado a reunião) chegou-se à apresentação e aprovação de uma

moção que é do seguinte teor: «Os clubes, reunidos em 28 de Janeiro, no ginásio do Clube Atlético Campo de Ourique, chegaram à conclusão de que as verbas atribuídas à F.P.A. foram mal administradas e gastas sem critério que tivesse como objectivo o fomento e expansão do andebol. Para completo esclarecimento do exposto, exigem da D.G.D. o facultar do balancete e os respectivos documentos respeitantes à época de 1974/75, a fim de os clubes deliberarem acerca da validade da sua conclusão.» Para tal foi eleita uma comissão, constituída por delegados do Sporting, Oeiras, Passos Manuel, Campo de Ourique, CDUL, Domingos Sávio e, ainda por Fernando Eisele, ex-vice presidente da Associação de Andebol de Lisboa.



Nos baixos de Alvalade estão a construir-se diversos ginásios. Embora ainda longe da conclusão, já vão servindo para o fim em vista: e a pequenada, sob as vistas do prof. Reis Pinto, brinca e desenvolve o físico

Portugal

«Dia do clube», para os associados do Estoril Praia que, no próximo domingo, quiseram presenciar o jogo de futebol entre estorilistas e «leões». Assim, os sócios do Estoril terão de adquirir bilhete especial de ingresso no «António Coimbra da Mota».

A Federação de Basquetebol puniu o Sporting das Caldas, com falta de comparecimento no encontro com a Associação Recreativa e Cultural de Azmeis.

Três jogos de basquetebol que a Federação da modalidade manda efectuar oportunamente: Luso-Oriental (para a «Taça de Portugal»), Montijo-Maria Pia e Oriental-Luso (ambos para o nacional de seniores da 2.ª divisão). O Oriental, o Maria Pia e o Luso tinham recorrido de «faltas de comparecimento» anteriormente conferidas.

Os árbitros de futebol filiados na Comissão Regional de Lisboa reúnem-se hoje (21 horas) na sede da A.F.L., para discutirem os planos de reestruturação dos quadros nacionais.

Ciclismo na ordem do dia: esta tarde (18 horas), nas instalações da D.G.D. (Av. Infante Santo, 76, 3.º, em Lisboa), o director-geral dos Desportos preside a uma conferência de imprensa em que será tema-base o ciclismo.

Muito bem elaborado, acaba de ser divulgado o plano de actividades da Federação de Basquetebol, que se debruça (especialmente) no apoio às várias Associações e nas representações nacionais.

A direcção da Associação de Tênis de Mesa de Lisboa reúne-se, hoje, pelas 20 horas, com os órgãos de Comunicação Social. O encontro processa-se pelas 20 horas, no restaurante do Sporting, junto ao Estádio de Alvalade.

Valério Couto, técnico de voleibol, vai frequentar um curso de especialização na Universidade de Leipzig (R.D.A.).

Uma selecção portuguesa de futebol actuará em Itália, a 9 de Abril, perante uma formação transalpina, num jogo de carácter particular.

O guarda-redes Rui (F.C. Porto) fracturou o indicador da mão direita. Uma semana de inactividade, no mínimo.

De 4 a 6 de Julho é natural que se desenrole o «Prémio Vilamoura», em ciclismo.

A Comissão de Moradores do Casal Vicente que realizou uma obra útil na canalização da água naquela localidade (para que as crianças não continuem a beber a água das poças...), leva a efeito no próximo domingo, diversas provas de atletismo, que se destinam às crianças de idade compreendida entre os 6 e os 13 anos.

Estará em disputa um valioso troféu (prémio de equipas) e serão distribuídas medalhas aos concorrentes classificados até ao 5.º lugar. As inscrições poderão ser feitas até às 14 horas daquele dia, pelo telefone 95 11 27.

Prossegue o torneio de hóquei patinado promovido pela Salesiana, com os jogos seguintes: Sporting, 5-Paço de Arcos, 4; Cascais, 6-Paredes, 3 e Sotto Mayor, 1-Salesiana, 3. Após esta 3.ª jornada, a classificação está assim ordenada: Salesiana, 9 pontos; Sporting, 8; Sotto Mayor, 6; Cascais e Paço de Arcos, 5; Paredes, 3. A competição tem novos jogos no dia 5 de Fevereiro.

O xadrezista Joaquim Durão derrotou, no Torneio de Orense (Espanha) Javier Sanz, o que não o arredou do derradeiro lugar da tabela após nove rondas realizadas.

A Federação de Lutas Amadoras faz várias convocações com vista à formação de um grupo nacional. Nomes e clubes: **SPORTING** — José Biscoito, Américo Teixeira, Vitorino Gaspar, Leonel Duarte, João Grilo, Luis Grilo, Carlos Freitas, Joaquim Vieira, Manuel

BENFICA EM PARADA

Benfica e Sporting vão realizar dois jogos de futebol, na Luz e em Alvalade, a favor dos passivos «Águias» e «leões».

Está a ser organizado o programa da festa de homenagem ao prof. Noronha Paulino, glória da ginástica benfiquista.

Sugestão da Comissão de Estudo e Gestão do Benfica: a criação de uma categoria de sócios-iniciados, com inscrição gratuita de menores de 10 anos.

Com receita a favor da Associação Luis Braille, os futebolistas veteranos do Sporting e do Benfica efectuarão um jogo, no próximo dia 7, no campo do Oriental. Dia 14, o Sport Lisboa e Saudade estará presente no encerramento do 51.º aniversário do Seixal, num confronto com a **velha guarda** local. E, a 22 de Fevereiro, jogará com o Grupo Recreativo dos Reclusos da Colónia Penal de Alcoentre.

Os juniores futebolistas do Benfica actuarão no «Torneio de Roubaix» (França), de 17 a 19 de Abril.

Foi antecipado para um sábado (dia 21) o jogo Atlético-Benfica, da jornada dominical da 1.ª divisão, prevista para 22 de Fevereiro.

É provável a deslocação da turma de hóquei em campo do Benfica ao «Torneio de Santo Isidro» (que terá lugar em Maio, na cidade de Madrid).

No parque da Luz está em construção o túnel de acesso das cabanas ao campo de futebol n.º 2.

A Comissão Central vai levar a Munique um «águia-jacto».

A PALAVRA DOS OUTROS

Do nosso leitor sr. António Pereira Gonçalves recebemos a carta seguinte:

«Li, como sempre faço, todo o conteúdo do «DL» (que acho bem 'prá frente') do dia 19 do corrente. E estou inteiramente de acordo com o seu escrito acerca das tristezas que são, agora, as 'tardes desportivas da EN'. Simplesmente uma brincadeira de mau gosto.

«Sou angolano e, acima de qualquer suspeita, devo esclarecer que acho muito estranho não ouvir aqui os bons locutores desportivos que existiam em Angola: Ribeiro Cristóvão (o melhor), Oscar Coelho José Manuel Frota, Bandeira Martins, Davison Correia e outros. Só ouvi o Alfredo Cunha: mas, ainda é pouco. Será que os outros ainda não foram 'encontrados' ou que eles mesmos não estão interessados em se misturar com aquela 'chucadeira'?

«É uma pena assistir a coisas destas, quando tudo se podia remediar tão bem com gente que, se calhar, está sem emprego. Ou será que 'também' os locutores angolanos estão a ser vítimas de discriminação? Aqui, já acredito. Oxalá que por pouco tempo. Para bem de todos nós.»

HÓQUEI EM PATINS

Final da "Taça" será em Coimbra

A final da Taça de Portugal em hóquei patinado está este ano jogada na cidade de Coimbra, em jornada incluída no Plano de Dinamização. **As-Expansão da Patinagem**. Assim o determinou a direcção da Federação Portuguesa de Patinagem, que fixou (igualmente) o local exacto e o programa complementar: a festa corolário da Taça de Portugal decorrerá no dia 28 de Fevereiro (sábado), às 15 horas, no pavilhão dos Olivais, e o jogo decisivo será antecedido de um festival de patinagem artística e um embate entre selecções de escolas de jogadores, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos.

Entretanto, nos próximos fins-de-semana terão lugar os encontros referentes aos quartos de final: Académica da Amadora-F. C. do Porto, Carvalhos-Valongo, Madeira de Espinho-Sporting e Oeiras-Infante de Sagres. Os jogos da

1.ª mão efectuar-se-ão nos rancios dos clubes indicados inicialmente, já amanhã, a partir das 21 e 30. Os embates da 2.ª mão disputar-se-ão nos recintos dos clubes esta semana visitantes, no dia 7 de Fevereiro, a partir (também) das 21 e 30. Exceptuam-se o Sporting-A. Espinho (que será jogado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa) e o Valongo-Carvalhos (a ocorrer em Espinho).

HÓQUEI JUVENIL

A Associação de Patinagem de Lisboa promove no próximo dia 3 de Fevereiro (21 e 30) na sua sede, uma reunião de delegados a nível de directores, para se tratarem os seguintes assuntos: planificação dos campeonatos juvenis de infantis, iniciados, juvenis e juniores, e respectivos sorteios.

PATINAGEM ARTÍSTICA E CORRIDAS

Integrado no plano de activi-

dades federativas para esta época, preconiza-se o desenvolvimento e promoção da patinagem artística e das corridas em patins, de molde a proporcionar um mais correcto enquadramento destas duas disciplinas, perante as solicitações nacionais e internacionais.

Neste sentido (e face à carência de meios humanos de que dispunha) a direcção da F. P. P. resolveu nomear um grupo de trabalho, que com ela colaborasse na estruturação daquelas disciplinas. Chega-se, entretanto, à conclusão que o sistema em que aquele G. T. vinha funcionando não lhe possibilitava a capacidade de resposta necessária aos objectivos que se pretendem atingir. Assim, a direcção federativa, na última reunião, deliberou extinguir o G. T., nomeando simultaneamente um «Comité de Patinagem Artística» e um «Comité de Corridas», os quais funcionarão com autonomia própria, só dependendo da F. P. P. em questões de carácter administrativo e financeiro.

Esta deliberação não envolve qualquer tipo de censura para o trabalho desenvolvido pelo referido G. T., mas sim por se entender que, com esta nova estrutura criada, poderá conseguir-se uma outra dimensão para a patinagem artística e para as corridas em patins.

Os «comités» têm a seguinte constituição: **Patinagem Artística** — dr.º Odete Santos, Albino Silva, Victor Manuel Martins, João Carvalho e António Catalão Fernandes. **Corridas em Patins** — Maria Cristina Costa Correia, António Vaz da Silva, Fernando Nunes Pereira, padre Miguel Barros Silva e João Serra.

Também tomou posse a Comissão de Dinamização de Desenvolvimento de Patinagem, que tem a seguinte constituição: Fernando Nunes Pereira, Victor Manuel Martins, Albino Silva, Victor Manuel Mar-João Serra, Fernanda Aguiar, dr. Rui Lupa Costa, Pinho dos Santos, Maria Cristina Correia, António Saraiva Loureiro e Francisco Saraiva dos Santos.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telet. 57 40 73 LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios deste Sindicato para uma Assembleia Geral, que se realiza no próximo dia 2 de Fevereiro, pelas 21,30 horas, na Voz do Operário, ao abrigo do Art.º 33.º dos Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL PARA O ANO DE 1976.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) José Carolino Santos

NOTA: Apela-se a todos os associados que sejam portadores de seu cartão de sócio, ou de qualquer outro documento comprovativo.

Desporto

VERDADES E MENTIRAS
DO FUTEBOL JUVENIL

Agora que o futebol juvenil atingiu uma fase de expansão e de entusiasmo indesejáveis; agora que os torneios de futebol juvenil são uma realidade no nosso meio desportivo; agora que as entidades oficiais encararam o futebol praticado por miúdos como uma actividade normal e oficial, será caso para perguntarmos como vamos de controlo individual dos praticantes. Por outras palavras, poderíamos perguntar se todos os jovens que praticam o futebol o fazem devida e conscientemente legalizados.

Na pergunta não mora a desconfiança nem o conhecimento prévio de alguma ilegalidade: nela reside (apenas) o desejo de que casos de outora não mais venham a acontecer, para defesa da saúde do jovem entusiasta que, às vezes, não hesita em sujeitar-se a uma pequena irregularidade, à fome de uns irregularidades, à fome de uns irregularidades.

Sabemos como em jogos de

seniores (a nível da 1.ª ou até mesmo da 2.ª divisão nacional) é extremamente difícil «fabricar» uma irregularidade, para servir os desejos de um atleta ou apenas para resolver uma situação afitiva de qualquer clube: todos os jogadores são (mais ou menos) conhecidos e qualquer inclusão, não regulamentada, daria logo nas vistas.

Mas, a nível de futebol juvenil, como vamos de controlo? Pelo número de praticantes, pelo modo como se conseguem (às vezes) licenças desportivas (ou cartões do Centro de Medicina Desportiva), a questão tem de ser posta para que as entidades responsáveis possam, em qualquer altura, fazer «autocrítica» e balanço da sua consciência.

Será relativamente fácil forjar-se um cartão do Centro de Medicina Desportiva, uma autorização para a prática do futebol: os árbitros (como últimos fiscalizadores) não podem garantir a autenticidade dos

cartões que lhes são entregues, nem vão ao requinte de identificar cada um dos jogadores, perante a fotografia do cartão. Deste modo, será extremamente viável a um jovem reprovado num exame médico jogar sob falso nome, utilizando o cartão de um outro jogador que ficará na bancada ou em casa.

A ideia de se descobrir um sistema de controlo para estes jogos, agudizou-se na leitura de uma entrevista que o «internacional» Vítor Campos (do Académico) deu, há dias, ao trisemanário «Record». Diz ele (confessa ele...) que, quando tinha 13 anos, jogou com nome fictício pelo clube da sua terra (o Torriense), enganando todos, enganando-se a si, principalmente. O caso, felizmente, não teve consequências de maior. Mas o exemplo abre perspectiva a uma pergunta que poderá ter resposta alarmante: quantos jovens andam por aí a jogar, de modo irregular?

CARTAZ FIM-DE-SEMANA

Para além dos jogos dos campeonatos nacionais de futebol marcados para sábado e domingo (e dos quais falaremos amanhã em pormenor) é o seguinte o cartaz fim-de-semana no aspecto desportivo: Hoje, basquetebol, campeonato nacional da 1.ª divisão, Académica de Coimbra — Conimbricense (no Pavilhão Universitário de Coimbra), Sanga-lhos-C. D. U. P. (em Sanga-lhos), Barreirense-Cuf (no Barreiro), Queluz-Benfica (na Ajuda), Algés-Sporting (também na Ajuda), e Sacavenense-Belenenses (em Sacavém). Todos os jogos a partir das 21 e 30 horas, excepto o Algés-Sporting, que será uma hora mais tarde.

Para o Campeonato Nacional da I divisão: Almada-Rio Seco, às 21 horas, no Pavilhão D. António da Costa.

Hóquei em patins, Campeonato distrital da II Divisão: Liga de Algas-Sesimbra, Queluz-Sintra, Belenenses-Fígica (em Campo de Ourique), Vilafranesense-C. Ourique e F. Benfica-Estremoz a partir das 22 horas, nos riques dos clubes indicados em primeiro lugar. Estão igualmente marcados para hoje jogos respeitantes aos torneios de iniciados,

juvenis e juniores, todos no pavilhão do Paco de Arcos.

Voleibol: para o Campeonato Nacional da II Divisão, C. D. U. L.-Além, às 21 e 30 horas no Pavilhão Universitário de Lisboa.

AMANHÃ: andebol, primeira jornada da segunda volta do Campeonato Nacional da I Divisão. Jogos marcados: Beira Mar-Almada, Benfica-Belenenses, Sporting-Académica de S. Mamede, F. C. Porto-Vitória de Setúbal, Campo de Ourique-Técnico e Passos Manuel-Boa Hora. Luta: primeira jornada do Nacional de Esperança com a participação das equipas do Sporting, Algueirão, Benfica, Ateneu, Colina, Baixa da Banheira, Queluz e Dois Portos. Os encontros terão lugar no pavilhão gimnodesportivo do Estádio Universitário a partir das 18 horas. Hóquei em campo: para o Campeonato de Lisboa jogam Palmeiras-Benfica, Belen-

ses-Hóquei e Atlético-F. Benfica. Raguebi: para o Campeonato Nacional da I Divisão jogam amanhã Direito «A»-Benfica «A». O encontro será no Estádio Universitário a partir das 14 e 30 horas.

DOMINGO: hóquei em campo, jogo de juniores entre as equipas do Belenenses e do Benfica, no Restelo a partir das 9 horas.

Raguebi: Campeonato Nacional da I Divisão, Técnico «A»-Belenenses «A», (Restelo às 10 e 30 horas), C. D. U. P.-Barreiro (campo do Ramaldense às 15 horas) e Académica «A»-C. D. U. L., no Estádio Universitário de Coimbra às 16 e 30 horas. Prosseguem também os campeonatos da II divisão e de juniores bem como o Torneio de Inverno, com jogos no Restelo, Estádio Universitário, Campo J. Pimenta, Estádio da Luz, Universitário de Coimbra, Pragal e Estádio Nacional, a partir das 11 horas.

Lá fora

COMPUTADOR
NO XADREZ

O concorrente misterioso ao campeonato de xadrez de Genebra, é um cérebro electrónico.

Certamente que corremos um risco. O computador poderá deixar-nos envergonhados e ganhar o troféu, embora não pensemos que tal aconteça, declarou Renzo Ambrosio, o organizador do torneio.

O computador, operado de um terminal na sala, onde se disputa o campeonato, enfrentará, segundo se espera, 40 outros concorrentes, conforme se portar.

O cérebro electrónico, inscrito por uma firma de computadores de Genebra e programado para os jogos do campeonato, pode facilmente «pensar» em 19 863 lances possíveis, em qualquer altura. «Sabe» algumas boas aberturas e tem m uita lógica, mas é fraco a meio das partidas. Falta-lhe imaginação e audácia, notou Ambrosio.

Num jogo sem limite de tempo é invencível, porque se trata de uma questão de lógica. Contudo, temos alguns jogadores de nomeada no clube de Genebra e é muitíssimo provável que eles derrotam o computador no meio das partidas, quando os lances forem demasiado complicados para o cérebro electrónico «pensar» rapidamente.

O presidente do clube jogou contra o computador, na semana passada, e ganhou em 30 lances — acrescentou Ambrosio.

JAPÃO
EM MONTREAL

O Japão projecta enviar 249 atletas a Montreal para os jogos Olímpicos, em Julho próximo, anunciou a Comissão Olímpica Japonesa. O número é provisório, uma vez que ainda terão

de se classificar as equipas de futebol, hóquei, basquetebol e andebol. As autoridades desportivas locais esperam conquistar medalhas de ouro em judo, voleibol feminino, ginástica e luta-livre.

KARPOV PROSSEGUE

O soviético Anatoli Karpov foi, em Barcelona, distinguido com o «Oscar» mundial de xadrez de 1975, concedido pela Associação Internacional de Cronistas de Xadrez.

Pela terceira vez consecutiva o referido «Oscar» foi atribuído ao actual campeão do Mundo de xadrez, que obteve, agora, votos favoráveis de 72 jornalistas de 29 países. Em segundo lugar ficou o jugoslavo Ljubomir Ljubojevic e, em terceiro, o soviético Efim Geller.

RACISMO CONDENADO

Tudo parece indicar que o México seja suspenso por dois ou três anos de participar na «Taça Davis», em ténis, se a sua equipa se negar a jogar, pelo segundo ano consecutivo, com a representação da África do Sul.

O Governo mexicano proibiu todo o vínculo desportivo, cultural e comercial com a África do Sul, como consequência da política racista daquele país. O ano passado (recorda o diário «El Sol») o México retirou-se da «Taça Davis» quando o Governo mexicano se negou a passar os vistos de entrada no país aos jogadores sul-africanos.

MAIS ALTO

O polaco Tadeusz Slusarski bateu, em Fidalândia, o recorde europeu em recinto coberto do salto com vara, transpondo 5,46 metros. A marca anterior pertencia ao sueco Tjell Isaksson.

salos

de 2 a 14 de fevereiro

PARA HOMEM · CRIANÇA · SENHORA
MALHAS · CONFECÇÕES · PRONTO A VESTIR

Confecções

RODRIGUES
& RODRIGUESRUA NOVA DO CARVALHO, 58-66/1º - LISBOA
RUA DE S. PAULO, 61 - LISBOASindicato
dos Trabalhadores
da Construção Civil
do Distrito de Lisboa

QUEM ESTÁ POR DETRÁS DE TUDO ISTO?

Tomou a Direcção do nosso Sindicato conhecimento no «Diário Popular» do dia 27.1.76 de um comunicado dos candidatos pela Lista B, candidata às eleições para os Corpos Gerentes do nosso Sindicato a decorrerem no dia 12 de Fevereiro.

O conteúdo desse comunicado, no que refere ao acto eleitoral e actuação da Mesa da Assembleia Geral não nos diz respeito, portanto, compete ao órgão responsável (Mesa da Assembleia Geral), dar a resposta que entender. No entanto, o comunicado em questão faz graves acusações à Direcção, pelo que tornamos pública a nossa opinião acerca das afirmações lá contidas.

O comunicado acusa-nos de sermos traidores, repressivos e até vigaristas. Como se vê não passam de desabafos reaccionários, próprios de patrões ou seus lacaios. Os homens que fizeram este comunicado, para além de serem cobardes, são mentirosos porque não provam o que dizem. Quem fala assim são homens sem vergonha e indignos de pertencerem à nossa honesta e combativa classe, que tantas provas tem dado de firmeza, carácter e coragem, ao longo destes meses de luta.

Não nos iludamos camaradas, é a voz da reacção que diz tais coisas. Eles são os mesmos que tudo fizeram para impedir a greve de Novembro e a paralisação de Janeiro. São eles também que estão implicados até aos ossos no assalto ao nosso Sindicato. Eles que tudo fizeram e fazem para nos dividir, desde panfletos não assinados até à tentativa de, agora, aproveitarem o acto eleitoral para se infiltrarem no Sindicato, e dar cabo de todo o trabalho já realizado. São, sem dúvida, aqueles que ganhando mais do que o nosso Contrato aponta, tudo farão para não perderem as regalias e ordenados que possuem.

Mas estes senhores vão mais longe na sua provocação. Como sabem que a maioria dos trabalhadores da Construção Civil vive em dificuldades económicas bastante graves, atiram a boca para o ar, de que o Sindicato tem 1650 contos mensais. Pretendem insinuar que o Sindicato anda a gastar o dinheiro dos trabalhadores ao desbarato. Nós não temos medo destas calúnias, porque temos a consciência bem tranquila. A direcção publica regularmente os balancetes e as contas estão à disposição de qualquer sócio que as quiser verificar, como aliás, o já fizemos diversas vezes.

Camaradas, a intenção destes senhores está bem à vista. Eles estão a ser manobrados pelas forças do capital que tudo têm feito para continuar a exploração sobre nós. Os patrões esfregariam as mãos de contentes se conseguissem dividir-nos e deixar por terra toda a nossa organização sindical e unidade em torno do Contrato Colectivo.

Agora, a cartada deles é pôr em causa as eleições, fazer tudo o que esteja ao seu alcance para impedir que elas se realizem, chegando até ao ponto de tentarem encerrar o Sindicato. Esta é a jogada dos patrões e de quem os serve. Desde já alertamos os camaradas para a ideia que preside à Conferência de Imprensa, que esses senhores pretendem realizar no dia 29, a qual se destina a «pedir» a intervenção de forças externas ao Sindicato, com a finalidade de o encerrar.

Não podemos embarcar neste jogo. A resposta que a classe deve dar a esta ofensiva das forças da exploração e do capital, tem de se saldar por uma impressionante expressão de força e unidade à volta das eleições do próximo dia 12 de Fevereiro.

— ABAIXO AS MANOBRAS DOS LACAIOS DOS PATRÕES
— EM FRENTE PELO CONTRATO
— A LUTA CONTINUA!

Lisboa, 25 de Janeiro de 1976

A DIRECÇÃO

E ESTA?

Imbróglia espantoso para a arbitragem lisboeta: num jogo de juvenis, desenrolado dentro do calendário da A. F. L., o Arroios foi batido (0-4) pelo clube visitante do seu terreno o Unidos. Pois o bom do juiz enganou-se: rubricado por José da Piedade Júlio, da Comissão Regional de Lisboa, o boletim aponta o defecho ao contrário, conferindo um espectacular êxito ao Arroios exactamente por 4-0!

O Unidos reclama: com toda a razão. O Arroios concorda com a verdade: a sua representação perdeu mesmo por 0-4 e o clube (muito prestigioso) jamais pretenderá triunfar por meios ilícitos de uma competição desportiva. Por seu lado, o árbitro faz finca-pé: para José da Piedade Júlio, quem ganhou perdeu... e vice-versa. E esta?

Geral

Almoço-homenagem
a Barros e Saramago

Trabalhadores da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do «Diário de Notícias», homenageiam amanhã com um almoço os antigos

director e director-adjunto, respectivamente Luis de Barros e José Saramago. O almoço é na Churrasqueira do Campo Grande.



SOUSA GOMES E OS INVESTIMENTOS
Arranque de projectos
é o problema de fundo

«A solução simplista de conseguir maior produção com os investimentos tem de ser corrigida. É necessário ter em conta a criação de emprego, a distribuição de riqueza, a satisfação das necessidades de toda a população e a salvaguarda da independência nacional.» Esta afirmação foi ontem feita pelo secretário de Estado dos Investimentos Públicos, eng. Sousa Gomes, no programa da televisão «A Economia Dia-a-Dia».

As palavras de Sousa Gomes caracterizaram-se pelo tom optimista que tem predominado nas intervenções dos membros do Governo e que resiste às perguntas e dúvidas dos entrevistadores, parecendo não corresponder à realidade que o País enfrenta: carência de meios monetários, falta de recursos técnicos e humanos, quebra de produtividade e incapacidade de estruturar e mobilizar os trabalhadores e estruturar as relações nas empresas de produção, nomeadamente através da institucionalização do controlo operário, de modo a conseguir os objectivos estabelecidos nos planos gerais e sectoriais, que também não existem.

Após fazer uma exposição sobre investimentos públicos, em que procurou explicar o que são, as condições em que devem ser feitos, as correcções que há-de ter o objectivo do aumento de produção e a previsão dos efeitos multiplicadores, Sousa Gomes afirmou que não existe dinheiro para investir em tudo ao mesmo tempo, tornando-se indispensável planear a aplicação dos investimentos e seleccioná-los de modo a favorecer as classes mais carenciadas. Este, disse, é o primeiro elemento que distingue os restantes sistemas políticos de capitalismo, cujo objectivo predominante é o do lucro.

FERRO, URÂNIO, PIRITES

Consciente das suas responsabilidades, o Estado responsável por mais um terço do Produto Nacional, pretende estabelecer um ritmo mais acelerado do crescimento do rendimento nacional. Para o efeito está prevista uma lista de investimentos de projectos para os próximos 5 anos cujo custo se avalia em mais de 300 milhões de contos — precisou Sousa Gomes. Entre os projectos previstos e que serão dados a conhecer em breve está o aproveitamento do ferro de Moncorvo, as pirites alentejanas, o urânio, etc., no sector mineiro, as refinarias, de Sines e do Porto, no sector da petroquímica; a indústria de cimento, a reestruturação da indústria de papel e celulose; camiões, tractores etc., no sector dos equipamentos mecânicos; e novos centros de produção de energia a instalar pela C.P.E., incluindo a produção de energia nuclear em complemento das fontes de produção de energia hídrica.

Ao mesmo tempo o Estado dedicará a sua atenção ao sector dos transportes, que tem bastantes deficiências, e a outros investimentos sociais na habitação, hospitais, etc. Além disso — continuou — o Estado apoiará o desenvolvimento da agricultura e os sectores em que predomina a iniciativa privada, sempre que se apresentem projectos válidos.

Os investimentos do presente

ano, calculados em cerca de 70 milhões de contos, têm como objectivos, segundo Sousa Gomes, criar condições de melhoria de produção interna, distribuir maior riqueza através de melhores salários, aumentar o emprego e reduzir a dependência externa. Para conseguir estes objectivos é necessário aumentar a produtividade, pois é com ela que se pode responder às justas reivindicações e repartir riqueza.

BOLSA DE LISBOA			
VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 2 3/4 %	295\$	290\$	—
Cons. 3 %	320\$	320\$	—
Cons. 3 1/2 %	350\$	350\$	—
Centenários	805\$	800\$	—
Tes. 5 %	—	810\$	—
Tes. 10 %	—	810\$	530\$
Extern. 1.ª - S.	530\$	525\$	—
Extern. 1.ª - C.	—	—	—
Extern. 3.ª - S.	—	—	—
Extern. 3.ª - C.	—	—	710\$
Caut. 3.ª - S.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	770\$	—
C.M.L. 5 3/4 %	—	810\$	—
C.P. 5 1/2 % - 67	—	720\$	—
C.P. 5 1/2 % - 68	—	—	—
C.P. 5 1/2 % - 69	—	—	—
Corr. 5 3/4 %	—	—	—
Metr. 5 3/4 %	—	800\$	—
Tur. 5 3/4 %	—	810\$	—
C.P. 6 3/4 %	—	800\$	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 % - 58	—	—	—
G. 5 % - 59	—	—	900\$
G. 5 % - 62	—	—	—
G. 5 % - 63	—	—	—
G. 5 % - 64	—	—	—
G. 5 % - 65	—	—	—
G. 6 % - 67	—	—	—
G. 6 % - 69	—	850\$	900\$
G. 7 % - 69	—	—	—
H.E.A.A. 5 %	640\$	640\$	680\$
H.E.C. 5 %	—	750\$	—
H.E.C. 6 %	—	—	650\$
H.E.D. 5 %	750\$	750\$	—
H.E.D. 6 %	—	700\$	—
H.E.N.P. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 % - 57	—	750\$	—
H.E.Z. 6 %	—	650\$	690\$
N. Elec. 5 %	—	—	780\$
N. Elec. 6 %	620\$	615\$	625\$
Termoel. 5 %	—	700\$	—
U.E.P. 5 % - 60	—	—	—
U.E.P. 5 % - 63	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	750\$	—
U.E.P. 7 %	—	—	800\$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % - 56	700\$	700\$	720\$
A.P.T. 5 % - 58	—	—	—
Lisnave 6 %	—	—	—
Nitratos - 60	—	—	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	700\$	—
Sacor 7 %	800\$	800\$	880\$
Sacor 5 % - 54	—	—	—
Sacor 5 % - 60	—	850\$	—
Sid. 5 % - 2.ª	—	700\$	—
Sid. 5 % - 3.ª	—	—	750\$
Sid. 5 % - 4.ª	—	700\$	—
Socel 5 %	—	—	—
R. Fabril - 67	—	820\$	850\$
R. Fabril - 68	—	820\$	850\$
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % - 57	—	—	—
Rev. 5 % - 59-60	—	—	—
Mocambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

MONTE ESTORIL
Máxima 13,5°

F.deC.RODRIGO
Mínima 07,6°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar 13,5°
Atmosfera 7,0°

PREVISÃO GERAL ATÉ
AS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado alternando com boas aberturas; aguaceiros por vezes de granizo; agravamento do estado do tempo a partir do meio-dia de amanhã com céu encoberto chuva e vento de Sudoeste e moderado ou forte.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO 8°
P.DOURADAS
COIMBRA 6°
PORTALEGRE 4°
LISBOA 7°
FARO 10°
FUNCHAL 15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

3.31 4,0 m 9.19 1,0 m

15.59 3,9 m 21.30 1,0 m

Dia 31

4.14 4,2 m 9.57 0,9 m

16.39 3,9 m 22.06 0,9 m

Dia 1

4.53 4,2 m 10.32 0,8 m

17.16 4,0 m 22.41 0,9 m



AMANHÃ

NASCE AS 8.44

OCASO AS 18.56



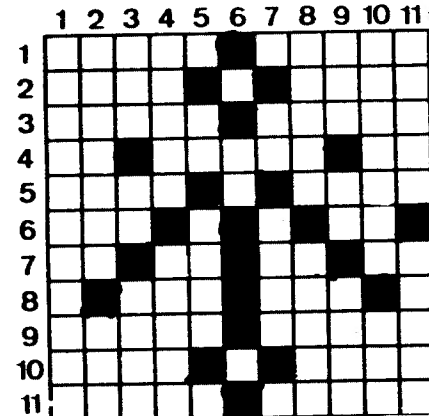
palavras cruzadas

COM PROVÉRBO

PROBLEMA N.º 11283

HORIZONTAIS:

- 1 Ilha pertencente à província de Macau. Limpam com água.
- 2 Pronome demonstrativo. Existência.
- 3 Mulher que foi amada por Petrarca. Encoliziza.
- 4 Viração. Talha. Post scriptum.
- 5 Sorte (pop.). Direcção.
- 6 Artigo definido. Miciare.
- 7 Osmio (s.q.). Preposição e artigo definido. Seguiu.
- 8 Nome que os Egípcios davam ao Sol.
- 9 Acrescente. Nome de mulher.
- 10 Cidade de Itália. Curai.
- 11 Lagoa do Estado da Bahia. Fazer muito frio.
- 12 Ecoara. Cidade de Itália.



VERTICAIS:

- 1 Quadros. Do feito de ovos.
- 2 Guarnecidas de asas. Saudável.
- 3 Pau ferro. Nosso Senhor. Uma das partes do Mundo.
- 4 A morte. Transferir para outro dia.
- 5 Preposição e artigo. Numeral cardinal.
- 6 Zomba.
- 7 Átomo. Apelido.
- 8 Despachar. Arma branca, de lâmina curta e larga, com dois gumes.
- 9 Caminhar para cá. Moderato (inv). Pernadas de sobribo.
- 10 Ajustar. Duna na Suécia.
- 11 Dinheiro (pop.). Agarrara.

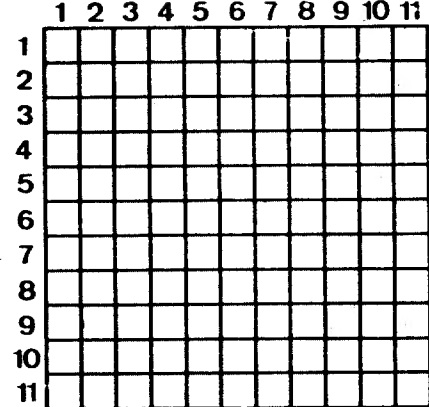
Resolva completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7443

HORIZONTAIS:

- 1 Possessão portuguesa na Ásia. Nome de frutos.
- 2 Lavar. Domestico.
- 3 Machos adultos das galinhas domésticas. Que é do ar.
- 4 Torno mestre.
- 5 Tecerías.
- 6 Prasiódimo (s.q.) Artigo definido.
- 7 A Irlanda. Tombas.
- 8 Gosta muito de. Arara.
- 9 Bocados. Direcções.
- 10 Terra nova arroteada de fresco. Simples.
- 11 Nome de flores. Unir por casamento.



VERTICAIS:

- 1 Feiticiaria. Prender.
- 2 Arara. O mesmo que três. Anel.
- 3 Guardar segredo. Estripes.
- 4 Cheiro. Sacrifica.
- 5 Período de sete dias seguidos (pl.).
- 6 Freguesia do concelho de Ponte de Lima.
- 7 Travar luta com.
- 8 Estive unido por aderência. Olor.
- 9 Diadema. Pequenos barcos de recreio.
- 10 Estime. Isolados. Nome de uma ave e dum peixe.
- 11 Ecoam. Rio da Alemanha que nasce no Tirol.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11282

HORIZONTAIS:

- 1 Marcas. Aca.
- 2 Afias. ANDAR.
- 3 Ripo. Arara.
- 4 Cão. Cró. Mar.
- 5 AS. Deã. Rosa.
- 6 Fim. Lás.
- 7 Taró. Sés. Er.
- 8 Ame. Mós. Elo.
- 9 Sais. Irás.
- 10 Arcar. No. Ra.
- 11 Sio. ARANHAS.

VERTICAIS:

- 1 Marca. Taras.
- 2 Afias. Am. Ri.
- 3 Ripo. Fresco.
- 4 Cão. Dio. Aa.
- 5 As. Com. Mira.
- 6 Ara. Sós.
- 7 Sáro. Les. Na.
- 8 Ne. Ras. Ion.
- 9 Adamas. Er.
- 10 Caras. Elara.
- 11 Arara. Rosas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7442

HORIZONTAIS:

- 1 Casca. Ordem.
- 2 Alar. Piara.
- 3 Rampa. Essas.
- 4 Ar. Amaro. Sc.
- 5 Asa.
- 6 Arad. Doma.
- 7 Atira. Açora.
- 8 Troes. Soror.
- 9 Ai. Me.
- 10 Cós. Nau. Caã.
- 11 Ossos. Tossi.

VERTICAIS:

- 1 Caras. Ataco.
- 2 Alar. Átrios.
- 3 Sim. Crio. SS.
- 4 Capa. Ares.
- 5 Aramadas. N.S.
- 6 As. Fa.
- 7 Operadas. Ut.
- 8 Riso. Ocos.
- 9 Dás. Amor. Cs.
- 10 Eras. Aromas.
- 11 Masca. Areal.

Provérbo: ANDAR AS ARANHAS

Farmácias de Serviço

LISBOA

TURNO R-1

TODA A NOITE

AJUDA

Lidia Almeida, C.da Ajuda, 170 (T.637318)

ALVALADE

Brisália, Av. Rio de Janeiro, 66 (T.722368)

ANJOS

S.José, R.dos Anjos, 41-A (T.50730)

AVENIDAS NOVAS

Cardote, Av. Visconde Valmor, 28-A (à Av. da República) (T.772291)

BAIRRO ALTO

Labor, R.Diário de Notícias, 81 (T.323428)

BAIRRO AMÉRICA

Martins, R.Fernão Magalhães, 33 (T.849448)

BENFICA

Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-A (T.704828)

CAMPO DE OURIQUE

Almeida, R.Silva Carvalho, 136 (T.681726)

CASTELO

Santa Luzia, R.da Saudade, 2-B (T.869831)

ESTEFÂNIA

Morgado Lourenço, L.D.Estefânia, 4 (T.54808)

LAPA

Silva, Filhos, R.S.João da Mata, 72 (T.661010)

PICHELEIRA

Marluz, C.da Picheleira, 140-B/C (T.720703/728395)

OLIVAIS SUL

Higiene, R.Cidade Vila Cabral, lote 43 (T.310026)

TURNO R-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCANTARA

Vieira Rosa, R.Prior do Crato, 74 (T.660187)

ALVALADE

S.Miguel, P.Francisco de Moraes, 1 (T.771469); Roma, Av. de Roma, 85-B (T.772466); Ideal, Av. Almirante Gato Coutinho, 49-A (T.712803)

ARROIOS

Alfama, Av. Almirante Reis, 145-B (T.570487)

BAIXA

Internacional, R.Áurea, 228 (T.322017/30203)

CAMPOLIDE

Pinto, R.de Campolide, 11-A (T.682610)

CAMPO DE OURIQUE

Elma, R.D.Maria Pia, 358-A (T.686176)

GRAÇA

Monte, R.Senhorado Monte, 30-A (T.867842)

LUMIAR

Patuleia, Al. das Linhas de Torres, 262-B (T.790332)

POÇO DO BISPO

Freitas, R.Zofino Pedrosa, 11 (T.381136)

RATO

Micael, R.de S.Bento, 380 (T.662162)

SETE RIOS

Canto, Edas Laranjeiras, 202-B (T.780841)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Branco, Av. C.G.Guerra, 29 (T.212081)

PAÇO DE ARCOS

Trindade Brás, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Toda a noite

OIRAS

Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas

NOVA OIRAS

Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS

Central, Toda a noite

S.DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE

Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204)

S.JOÃO DO ESTORIL

S.João, Quinta da Carreira, 29-A (T.261186). Toda a noite

AMOREIRA

Amoreira, Toda a noite

CASCAIS

Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas

NOVA

Ede, Alvide, Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Melo, P.D.João I, 9-8 (T.932756); Central, Av. Dr. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); Igreja, P.da Igreja, 22-A (T.937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120 (T.938424)

DAMAIA

D.João, Av. Gurgel do Amal, 2-A (T.970461)

QUELUZ

André, Av. Elias Garcia, 151 (T.950043)

CACÉM

Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)

MEM MARTINS

Quimã, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)

S.PEDRO DE SINTRA

Valentim (T.980456)

SINTRA

Simões, Estefânia (T.2930832)

COLARES

Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS

Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA

Galeno, R.Cajitão Leitão, 85-B (T.2760565)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO

Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (T.2073035)

COVA DA PIEDADE

Morgado, R.Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)

MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTUJO

Giraldes, R.Almirante Reis, 45 (T.2310008)

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETUBAL

Normal do Sul, P.do Bocage (T.22216)

SEIXAL

Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 9

ATÉ ÀS 22 HORAS

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016; Azevedo, R.de Azevedo, 136; Gomes Ferreira, R.Faria Guimarães, 449; Nau Vitória, R.Nau Vitória, 723; Ordem da Trindade, R.Heróis e Mártires de Angola; Confiança, R.d. Santa Catarina, 960; Falcão, R.de Santo Ildefonso, 61; Ferreira, P.D. Afonso V, 55-B

TODA A NOITE

Antas, Av. Fernão de Magalhães, 1076; Antiga Porta do Olival, Campo do Mártires da Pátria, 122; Lousada, L.do Campo Lindo, 62

COIMBRA

Figueiredo, R.da Sofia, 107 (T.22837); M.Nazaré, Av. João das Regras, 132 (T.23033)

Cinemas

CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A REVOLUÇÃO SEXUAL

2.ª Semana

C/Laura Antonelli-Ricardo Cuceiolla

Ante-estreia amanhã às 24.00

CAMILLE 2000

Não acons. a menores de 18 anos

IMPERIO

T. 555134 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Jean-Louis Funtignont - Bernardete Lafonel

VERDADE INTERDITA

(defense de Savori)

ROYAL

T. 865037 15.15 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

OK PATRÃO

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO

6.ª Semana

O «Sexo» Anda em Escape Livre

VOX

T. 720808 Estreia às 21.00

Não acons. men. 18 anos

UM FILHO POR ENCOMENDA

Uma história deliciosa

ROMA

T. 727778 15.30-18.30-21.15

Não acons. a menores de 18 anos

PAULO O QUENTE

2.ª Semana

Realização de Marco Vicário

Radio

1.º Programa

18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.00 Música variada
19.30 Imagens de cinema, por Luis Rodrigues
20.30 Jornal da noite
20.30 Conjuntos instrumentais
21.00 Pánel da noite
21.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do P. T., Noite 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, V. e B., Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa

18.00 Música sinfónica
18.45 Concerto pelos «Segreiros de Lisboa»
19.15 Sonata para piano, de Adolf Brunnner
19.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco
20.00 Música de câmara
20.44 Canções
21.00 Concerto da R.P.
22.29 Anúncio de despedida de Lisboa 2 e Norte 2
22.30 Música ligeira variada
00.00 Fecho

Programa Provisório

Emissão continua — Onda Média (Lisboa), 290-13 m — 1034 KHz e 186 m — 1594 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 97,4 e 99,4 MHz

BARES • BOITES

RESTAURANTE T. 261461/164526/264596/264621/264946

DANCINGS

NINA Dancing com atrações Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Tina, Strip-teaseuse
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

Cinemas

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Vittorio Gassman-Alessandro Momo-Agostina Belli em

PERFUME DE MULHER

As 14.00, 16.30, 19.00

UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

Interdito a menores de 18 anos

EDEN

T. 320768 Hoje estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Anthony Quinn-Pamela Tiffin Franco Nero em

LOS AMIGOS

Um filme de Paolo Cavara

As 14.00, 16.30, 19.00

«A ESTALAGEM DO PRAZER»

Interdito a menores de 18 anos

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

10.ª Semana sensacional

A comédia de sexo e de pecado à solta

COMO CAÇAR UM MARIDO

Um festival malandricas «secretas»

Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA

6.ª Semana

Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)

A PRIMEIRA PÁGINA

CASINO ESTORIL

T. 261462 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

JÁ EXPERIMENTOU NUMA MALA?

S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

«HARRY, O VIGARISTA»

James Coburn-Michael Serrazin

RESTELO

T. 610375 21.00

Int. a menores de 18 anos

JULIA E OS HOMENS

AVIS

T. 47163 15.30, 18.30, 21.15

Para todos maiores de 6 anos

OS MALUCOS VÃO A GUERRA

11.ª Semana

c/Les Charlots

D. JOÃO V

Tel. 971794 As 21.00

Grupo D

SEXTA-FEIRA SANGRENTA

ESTÚDIO

T. 555135 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NIVEL

ESTÚDIO 444

T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h

Interdito a menores de 18 anos

O RALLY DAS GOZONAS

Este filme contém cenas event. chocantes

6.ª Semana

CARLOS MANUEL

Tel. 2930394 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

AS RIVAIS

UNIVERSAL

T. 774402 17 e 21 h

Para todos

QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA

15.00, 19.00, 23.00

Não acons. men. 13 anos

A GREVE

COIDES

T. 322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

Colorido

FRNCH CONVECTION N.º 2

c/ Gene Hackman

O melhor cinema americano

BERNIA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Charles Bronson

O JUSTICEIRO DA NOITE

Um filme de Michael Winner

Em 13.ª Semana

LONDRES

T. 801313 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CENAS DA VIDA CONJUGAL

As 14.15, 16.30, 18.45

BREVE ENCONTRO

Não acons. a menores de 13 anos

ROXY

T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

EMILIEENNE



REMANESCENTE GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 66631/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBDA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

OTELLO LIBERTADO NA SEGUNDA-FEIRA?

O major Otello Saraiva de Carvalho será libertado na próxima segunda-feira — afirma hoje um matutino do Norte socorrendo-se de informações de fonte militar.

Entretanto Ruy Luís Gomes respondeu a uma carta que Otello lhe tinha enviado, resposta esta por sua vez a um telegrama de intelectuais do Porto manifestando ao ex-comandante do Copcon a sua solidariedade e repudiando o acto da sua detenção.

Mostrava-se Otello na carta, «confiante na vitória final do Povo Português em luta por uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados em que o mérito e a competência no trabalho produzido em benefício da comunidade se sobreponham à ganância do lucro obtido à custa do seu semelhante».

Noutro passo, Otello agradece aos signatários do telegrama a luta que têm mantido «pe-

la libertação dos camaradas detidos em Custóias, Santarém e Caxias, aos quais em Santarém me vim reunir encontrando o idealismo revolucionário que, inquebrantavelmente, continua a animar-nos para a construção de uma nova sociedade portuguesa em que os pobres, os explorados e os humildes ganhem um lugar igualitário».

OTELLO: O CRIME DE TER SONHADO

Quando vejo Otello Saraiva de Carvalho pagar o crime de ter sonhado fora do ritmo, enquanto os carrascos de anteontem, os dignitários da tortura, saem da prisão onde ele entra, tenho vontade, uma grande vontade, de me imiscuir nos assuntos de Portugal — disse em Paris o secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, no semanário do seu partido, «L'Unité».

BOMBA EM CASA DUM ADVOGADO

SANTO TIROSO, 30 — No espaço de pouco mais de dois meses, a residência do dr. José Rodrigues Braga, no lugar de S. Roque, freguesia de Santa Cristina do Couto, Santo Tirso, volta a ser alvo de mais um atentado.

Segundo apurámos, os atentados não têm qualquer fundamento político, dado que aquele causidico não está filiado em qualquer partido, muito embora, antes do 25 de Abril, pertencesse ao M.D.P./C.D.E.

Existem sim, segundo nos disseram, pessoas interessadas em afectar o dr. Rodrigues Braga profissionalmente.

UMA BOMBA NO AR

BARCELOS, 30 — Cerca das 22.15 de ontem, foi lançado so-

bre a Fábrica de Malhas «MIL-TEX», situada na freguesia de Vila Frescaíña, S. Martinho, um engenho que explodiu no ar, sem causar portanto qualquer estrago nas instalações fabris.

Entretanto, foi detectado um automóvel nas imediações da fábrica. Alertada a GNR local, esta iniciou diligências que levaram à identificação do proprietário do veículo, Joaquim Ribeiro, de 33 anos, e do indivíduo que o acompanhava, José António Rodrigues Lapa, de 18.

Interrogados, este último confessou ter sido o autor do atentado e que o fizera pelo facto de os operários da fábrica, onde em tempos trabalhara, não o admitirem ao serviço.

Progressão das F.A.P.L.A. sobre Huambo e Lobito

Prossegue a ofensiva das F.A.P.L.A. simultaneamente contra Huambo, Silva Porto, Lobito e Benguela. A progressão mantém-se em toda a linha de combate, mas não se confirmam rumores que ontem circulavam em Luanda dando como já efectuada a libertação de Huambo Lobito e Benguela.

Esta informação foi-nos fornecida esta manhã, de Luanda, pelo Estado-Maior das F.A.P.L.A.

Entretanto, confirma-se a ocupação do Alto Hama, importante nó rodoviário situado a 64 quilómetros de Huambo, que abre o caminho para aquela cidade e para Silva Porto.

Mais a leste, confirma-se também a libertação de Lumeje, povoação situada na linha férrea Teixeira de Sousa-Benguela, a cerca de 100 quilómetros da cidade do Luso, outra posição da U.N.I.T.A. que continua a ser batida pela ofensiva das F.A.P.L.A.

Entretanto a Serra Leoa tornou-se ontem o 24.º país africano a reconhecer o Governo do M.P.L.A., alterando assim definitivamente o precário equilíbrio obtido pelas nações pró-americanas na última «cimeira» da O.U.A.

O eventual reconhecimento do Governo do dr. Agostinho Neto por Portugal poderia alterar ainda mais a situação em favor da jovem república.

Face a insistentes notícias sobre uma possível decisão favorável ao reconhecimento, por parte do Conselho da Revolução, a Associação Portuguesa-Angola enviou a Belém o seguinte telegrama:

«Em nome dos seus militantes, manifesta esta Associação a sua esperança em que o Conselho da Revolução proceda

"JORNAL DO COMÉRCIO" SUPLEMENTO DE "O SÉCULO"?

Afectada por «reorganizações», «reestruturações» e — porque não? — por certas injustiças e pressões, a frente da Informação conhece agora na sequência de medidas governamentais que não a podem deixar insensível uma grande agitação e, paralelamente, uma série de recomendações e de decretos que a imobilizam e paralisam. Dos despedimentos de dezenas de jornalistas, que continuam no desemprego, entrou-se na resolução do caso «República» — o que vai igualmente significar desemprego — e aborda-se então claramente a possibilidade do desaparecimento a curto prazo de dois jornais diários, o que, segundo declarações prestadas por membros da direcção do Sindicato dos Jornalistas e pelo próprio «Jornal do Comércio», o ministro da Comunicação Social dr. Almeida Santos, teria afirmado.

Os jornais em questão seriam o «Jornal do Comércio» e um vespertino, transformando-se o primeiro num suplemento económico de um dos jornais da manhã («O Século»), vindo o segundo a fundir-se com um outro matutino («Diário de Notícias?»). Segundo se afirma, o dr. Almeida Santos não teria obtido da parte dos seus pares do Conselho de Ministros um acordo total sobre o problema em questão.

ao imediato e justo reconhecimento da República Popular de Angola sob a chefia do M. P. L. A., único e legítimo representante do povo angolano.

O reconhecimento do M. P. L. A. é uma consequência lógica e histórica dos ideais expressos pela nossa Revolução do 25 de Abril de que o Conselho da Revolução é o garante perante o nosso povo.»

ZÁMBIA DUPLICA EFECTIVOS NA FRONTEIRA

LUSACA, 30 (R/UI/ANOP) — A Zâmbia duplicou o número de forças militares ao longo da fronteira com Angola, enquanto se mantém no país o estado de emergência.

Ao redor da capital, a polícia ergue barreiras e revista os veículos que entram e saem da cidade, depois de o presidente Kenneth Kaunda ter assumido «plenos poderes».

Encontram-se agora ao longo da fronteira com Angola mil e quinhentos soldados.

Kaunda tem apoiado a União

Nacional para a Independência Total de Angola (U. N. I. T. A.).

As derrotas recentes deste movimento em detrimento das forças do M. P. L. A., foram apontadas como um dos motivos possíveis para a declaração do estado de emergência.

SAVIMBI E HOLDEN EM FRANÇA

PARIS, 30 (Tajung) — O deputado comunista francês, Louis Ordu, pergunta, no jornal «L'Humanité», órgão central do P.C.F., ao ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país, Jean Sauvagnargues, quais as razões da presença em França de Jonas Savimbi e Holden Roberto.

«A presença no nosso país, onde efectuaram reuniões, dos agentes da agressão da República sul-africana e do imperialismo contra o povo angolano», — escreve o deputado — «deixa a impressão de que o Governo francês resolveu continuar a dar-lhes o seu apoio e a intervir contra a República Popular de Angola.»

Carlos do Carmo já tem "canções para a Europa"

O mínimo de originais previsto no regulamento — oito — foi o resultado da selecção feita pelo júri para o concurso «Uma Canção para a Europa».

O júri, composto por 14 pessoas ligadas às letras, à música e ao espectáculo, considerou que apenas oito canções tinham a qualidade suficiente para serem apresentadas ao público.

As canções seleccionadas serão apresentadas pela seguinte ordem: «Onde é que Tu Moras?», «Canção da Tarde», «Era uma Vez», «Fado Alegre», «No Teu Poema», «Maria-Criada, Maria-Senhora», «Até Quando?», e «Uma Flor

de Verde Pinho».

Não foram divulgados os nomes dos poetas ou compositores concorrentes, de acordo com o previamente estabelecido, para evitar que o «peso» de certos nomes possa influenciar a opinião pública e, logo, a votação.

As canções seleccionadas serão apresentadas ao público no dia 22 (1.º Canal) e repetidas no dia seguinte (2.º Canal).

Como se sabe, todas as canções serão interpretadas por Carlos do Carmo, sendo a votação feita por público do continente e ilhas, através de boletins de voto a publicar em vários jornais e revistas.

Grupo Melo reconstitui-se

Continuação da pág. 1

a tentar, através do eng. Serodio, a associação com brasileiros para a constituição de uma sociedade de montagens industriais do tipo da Monpor Portuguesa, em que virá recrutar quadros técnicos. O ex-administrador da Nacional de Navegação, Daniel Tavares, dirige operações para a constituição de uma empresa de aquisição, venda e fretamento de navios. Está a organizar-se uma empresa do tipo da Norma, onde poderão ser utilizados material e técnicos desta empresa de organização e «marketing». Encontra-se já ao seu serviço, em Londres, e a trabalhar para o Bahrein, António Lopes, ex-administrador da Norma. No Brasil a empresa ficará possivelmente entregue ao português Sousa Máximo, especializado, em França, em Informática, e que esteve durante algum tempo no Banco Totta.

No campo dos seguros os Melos estão a estruturar a Global, sob o comando do economista Alves Porto, ex-funcionário da Império. Está ainda em formação uma empresa de construção civil, a Contec, em que participam técnicos da empresa portuguesa Construções

Técnicas, que já se encontram no Brasil e cujo número poderá aumentar em breve.

LIQUIDAR A LISNAVE?

Prevê-se ainda, que os Melos venham a conseguir o contrato perdido pela Lisnave para a construção de um estaleiro no Brasil, em associação com a Renave, de que fazem parte grandes empresas brasileiras. Aliás, parece que José Manuel de Melo não terá defendido com suficiente força os interesses da empresa portuguesa durante o período de hesitações

políticas que o País atravessou e que levou o presidente brasileiro Geisel a rejeitar o contrato com a Lisnave. Associada aos árabes do Bahrein, que interessam aos brasileiros por causa do petróleo, é natural que a família Melo recupere a posição perdida pela Lisnave, uma vez que as actuais negociações com a empresa japonesa Ishikawajima, com grandes interesses e influências no Brasil, parecem não conduzir a bom termo as negociações encetadas. A concretizar o seu objectivo, a Lisnave irá naturalmente perder muitos dos seus técnicos.

Porto comemora 31 de Janeiro

Passa amanhã o 85.º aniversário da Revolução do Porto, precursora da implantação da República, que foi sempre para os democratas portugueses uma data resistente, durante os negros anos do fascismo.

O 31 de Janeiro será amanhã comemorado no Porto com duas cerimónias simples: a colocação de flores no monumento aos mortos na revolta e nos túmulos de republicanos e democratas eminentes e a substi-

tuição de nomes em alguns arruamentos da cidade.

Assim, as Ruas António Sardinha, dr. Alberto Pinheiro Torres e do Conde passam a designar-se, respectivamente, dr. António Luís Gomes, Guilherme da Costa Carvalho e dr. Carlos Cal Brandão. Dá-se, deste modo, cumprimento à deliberação tomada pela Comissão Administrativa Partidária da Câmara Municipal do Porto em 30 de Janeiro do ano passado.



AUXÍLIO (II)

Os Estados Unidos vão mandar 5 milhões e meio de contos para Portugal. Isto ficou acertado numa reunião em que, pelo lado norte-americano esteve presente uma delegação presidida pelo sr. Frank Carlucci, o conhecido embaixador, e da qual fazia parte uma representação da AID — Agência Internacional para o Desenvolvimento. Redor-se que a AID, além de dinheiro, também prestou muitos outros «auxílios» e colaborou em muitos outros programas para o «desenvolvimento» do Brasil, Chile, Uruguai, Bolívia, Guatemala, Haiti, e outros países latino-americanos. Espera-se que a AID não tenha uma acção tão «humanitária» em Portugal.

RELATÓRIOS

Em resposta ao Relatório Preliminar aos acontecimentos do 25 de Novembro, o «Poder Popular», órgão do Movimento de Esquerda Socialista, publicou ontem, em número especial, «O que foi o 25 de Novembro? — Relatório Preliminar do Inquérito Popular realizado por elementos de Comissões de Trabalhadores, Moradores e Soldados».

Relatório e contra-relatório.

O VENCEDOR

Melo Antunes em Bruxelas: «Com ou sem auxílio da União Soviética e de Cuba, parece-me que o M.P.L.A. será o vencedor».

QUESTÃO DE TAMANHO

Uma afirmação de Salgado Zenha, dirigente do P.S. e ministro das Finanças: «Não li o relatório do 25 de Novembro. Era muito grande...»



Continuação da pág. 1

tudo isto e à deturpação política que as unidades de segurança pública estão praticando. Solicitávamos um inquérito — urgente, claro, consequente — aos incidentes ocorridos na Baixa de Lisboa, e referíamos-nos, a propósito, ao significativo comportamento de um certo «guarda António» de quem hoje mesmo encontramos uma foto num jornal, semelhante em tudo às várias que temos em nosso poder.

Entenderá o senhor ministro silenciar o caso e, com isso, redobrar os desmandos? Como democrata, que sabemos ser, e como ministro em exercício, considerará o comandante Almeida e Costa politicamente consequente procurar-se a ordem através da desordem oficializada?

E não terão os cidadãos deste País o direito de se interrogar sobre o que significa tanta agressividade em relação a casos como estes e tanta ineficácia na repressão aos atentados bombistas que dia-a-dia crescem de intensidade e frequência no Norte de Portugal?